



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GABRIELA FERRAZ BAPTISTA JANUÁRIO

TRAJETÓRIAS BRILHANTES:
MULHERES NEGRAS NA LITERATURA INFANTOJUVENIL

Londrina
2026

GABRIELA FERRAZ BAPTISTA JANUÁRIO

TRAJETÓRIAS BRILHANTES:
MULHERES NEGRAS NA LITERATURA
INFANTOJUVENIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos Literários.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Carolina Godoy.

Londrina - PR

2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

JANUARIO, Gabriela Ferraz Baptista Januário.

TRAJETÓRIAS BRILHANTES: MULHERES NEGRAS NA LITERATURA INFANTOJUVENIL / GABRIELA FERRAZ BAPTISTA JANUARIO. - Londrina, 2026.
175 f. : il.

Orientador: MARIA CAROLINA GODOY.

Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2026.
Inclui bibliografia.

1. Literatura de temática cultura africana e afro-brasileira - Tese. 2. LITERATURA INFANTOJUVENIL - Tese. 3. Construção de identidade - Tese. 4. Educação Antirracista - Tese. I. GODOY, MARIA CAROLINA. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDU 82

GABRIELA FERRAZ BAPTISTA JANUÁRIO

TRAJETÓRIAS BRILHANTES:
MULHERES NEGRAS NA LITERATURA
INFANTOJUVENIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos Literários.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Orientadora: Profª. Dra. Maria Carolina
Godoy
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Membro 2: Profª. Dra. Suely Leite
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Membro 3: Profª. Dra. Regilane Barbosa
Macedo
Universidade Estadual da Região Tocantina do
Maranhão

Londrina, 28 de Abril de 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela vida e pela força.

À minha companheira, Thainá, por todos esses anos, desde a graduação, caminhar comigo. Por me segurar quando quis parar, por celebrar comigo cada pequena conquista e por acreditar em mim, quando eu mesma duvidei.

Ao meu pai, pois entre o sol e as sombras que lançou ao meu caminho, construiu a estrada que me trouxe até aqui. Por sua presença à sua maneira, pelos ensinamentos — diretos e indiretos — e por tudo o que, mesmo sem palavras, contribuiu para que me tornasse quem sou hoje.

À minha mãe, por seu colo constante e apoio incondicional. Por ser abrigo nos dias difíceis, por sua escuta, cuidado e incentivo, e por me ensinar, com amor, a seguir mesmo quando o caminho parecia incerto.

Aos meus avós, Dona Lia e “Seu” Careca, que representam e sustentam as raízes de tudo o que sou — em especial à minha avó, cuja partida recente não apaga sua presença, que permanece viva em mim, me dá forças para seguir pelos caminhos que ela tanto se orgulhava de ver.

À Jacqueline, que para além dos vínculos que nos unem, tem sido uma mulher importante na minha vida, mostra com sua existência e força, a potência de uma mulher negra.

Às minhas amigas e amigos, companheiras e companheiros, pelos cafés, áudios longos, conversas e escutas compartilhadas, por entenderem o peso e a beleza desse processo.

Aos meus colegas e parceiros de trabalho, pelo incentivo de lembrarem, dia após dia, o valor deste caminho.

À minha orientadora, que foi mais do que uma guia acadêmica, o apoio afetuoso e acolhedor ao longo de todo o processo.

Às minhas psicólogas, que em diferentes momentos ajudaram a compreender e enfrentar processos internos — todas, de forma única, foram essenciais nesta caminhada.

À Editora Mostarda, por criar mundos e abrir portas, demonstrar que histórias também podem ser caminhos (brilhantes).

À Universidade Estadual de Londrina e à cidade de Londrina, que me acolheram como casa e se tornaram parte de quem sou — onde (me) construí, (me) reconstruí e vivi experiências que atravessam o tempo, entre elas, a realização deste mestrado.

E a mim mesma, por não desistir. Por acreditar. Por me refazer todas as vezes que achei que não havia mais como.

JANUÁRIO, Gabriela Ferraz Baptista. **Trajetórias brilhantes: Mulheres Negras na Literatura infantojuvenil.** 2026. 175 fls. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

RESUMO

Esta dissertação investiga como a literatura infantojuvenil que tematiza cultura africana e afro-brasileira contribui para a construção de identidade, tomando como corpus cinco biografias da Coleção Black Power (Editora Mostarda). O tema justifica-se pela histórica negligência e estereotipação de personagens negros na literatura infantojuvenil brasileira, e pela necessidade de implementar a Lei n.º 10.639/03 mediante obras que promovam identidades positivas e educação antirracista. O objetivo é analisar como as linguagens verbal e não verbal dessas biografias — dedicadas a Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro — retratam tais lideranças e oferecem novos referenciais para leitores em formação, especialmente crianças negras. O corpus é examinado à luz de conceitos como escrevivência, letramento racial, feminismo negro e representatividade, buscando compreender a interação entre palavra e imagem na construção de sentidos. Como resultados, verifica-se que as obras, ao articularem narrativas acessíveis e ilustrações expressivas, funcionam como “espelhos” para crianças negras (fortalecendo autoestima e pertencimento) e “janelas” para não negras (promovendo empatia e alteridade). O gênero biográfico valoriza a história e a cultura afro-brasileira, ampliando o repertório simbólico infantil e ressignificando conceitos como quilombo, escrevivência e amefricanidade. Conclui-se que a coleção representa uma produção editorial comprometida com a educação antirracista, integrando narrativa, arte e pesquisa histórica para romper estereótipos e reposicionar mulheres negras como protagonistas. Seu uso escolar contribui efetivamente para as diretrizes curriculares nacionais e para a formação de leitores críticos desde a infância.

Palavras-chave: Literatura infantojuvenil; Literatura de temática cultura africana e afro-brasileira; Construção de identidade; Educação antirracista; Biografias.

JANUÁRIO, Gabriela Ferraz Baptista. **Brilliant Trajectories: Black Woman in Children's Literature.** 2026. 175 fls. Dissertation (Master's in Literature) - State University of Londrina, Londrina, 2026.

ABSTRACT

This dissertation investigates how children's and young adult literature that addresses African and Afro-Brazilian culture contributes to identity construction, analyzing a corpus of five biographies from the Black Power Collection (Editora Mostarda). The study is justified by the historical neglect and stereotyping of Black characters in Brazilian children's literature, and the need to implement Law 10,639/03 through works that promote positive identities and anti-racist education. The objective is to analyze how the verbal and non-verbal languages of these biographies—dedicated to Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, and Sueli Carneiro—portray these leaders and offer new reference models for developing readers, especially Black children. The corpus is examined in light of concepts such as *escrevivência* (lived writing), racial literacy, Black feminism, and representation, seeking to understand the interaction between word and image in meaning-making. Results show that the works, by combining accessible narratives with expressive illustrations, function as “mirrors” for Black children (strengthening self-esteem and belonging) and “windows” for non-Black children (promoting empathy and alterity). The biographical genre values Afro-Brazilian history and culture, expanding children's symbolic repertoire and redefining concepts such as *quilombo*, *escrevivência*, and *amefricanidade*. In conclusion, the collection represents an editorial production committed to anti-racist education, integrating narrative, art, and historical research to disrupt stereotypes and reposition Black women as protagonists. Its use in schools effectively contributes to national curriculum guidelines and the development of critical readers from early childhood.

Key-words: Children's and young adult literature; Literature with African and Afro-Brazilian cultural themes; Identity construction; Anti-racist education; Biographies.

TABELA DE FIGURAS

Figura 1 - Tabela de Interdisciplinaridade BNCC	29
Figura 2 - Tabela da TCT "Diversidade Cultural"	29
Figura 3: Coleção Black Power - Editora Mostarda	82
Figura 4: Carolina a caminho da escola	110
Figura 5: Capa do livro “Carolina”, biografia da escritora Carolina Maria de Jesus, Editora Mostarda.....	114
Figura 6: Carolina e sua mãe sendo presas.	115
Figura 7: Carolina com seus escritos.	117
Figura 8: Favela representada na obra.	119
Figura 9: Encontro com Audálio.....	121
Figura 10: Carolina e seus filhos.	122
Figura 11: Capa do Livro “Conceição”, biografia Editora Mostarda, Orlando Nilha.	126
Figura 12: Conceição com mãe e irmão na cozinha.	126
Figura 13: Conceição na escola.	127
Figura 14: Conceição carregando água.	128
Figura 15: Mulheres Negras.....	129
Figura 16: Conceição professora.	129
Figura 17: Conceição com sua filha.....	130
Figura 18: Conceição na biblioteca.....	131
Figura 19: Capa do Livro “Beatriz”, biografia Editora Mostarda, Maria Julia Maltese.	134
Figura 20: Beatriz na escola, sala de aula.	135
Figura 21: Beatriz em seu estágio.	136
Figura 22: Beatriz conferencista na "Quinzena do Negro" USP.....	136
Figura 23: Beatriz sentada em sua poltrona.	138
Figura 24: Capa do Livro “Gonzalez”, biografia Editora Mostarda, Flávia Martins Carvalho.	141
Figura 25: Lélia sorrindo.	142
Figura 26: Lélia de perfil.	143
Figura 27: Lélia em sala de aula.	144
Figura 28: Lélia e Luiz Carlos.	145
Figura 29: Lélia Gonzalez e Benedita da Silva.....	148
Figura 30: Capa do livro Sueli, Editora Mostarda.	150
Figura 31: Sueli em frente ao computador.....	151
Figura 32: Sueli em manifestação.....	153
Figura 33: Sueli ao lado de Sonia Nascimento.	153
Figura 34: Navios para contexto histórico da obra.	154
Figura 35: Sueli intelectual.	154
Figura 36: Sueli intelectual 2.	155
Figura 37: Sueli Intelectual 3.....	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Levantamento de Autoria e Ilustração do Corpus Escolhido	53
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E O CENÁRIO ESCOLAR: ENTRE SILENCIAMENTOS E MARCOS LEGAIS	16
2.1 O RACISMO ESTRUTURAL NA LITERATURA INFANTOJUVENIL E A REALIDADE ESCOLAR 	20
2.2 A LEI 10.639/03 E O LETRAMENTO RACIAL	27
3. LITERATURA INFANTOJUVENIL DE TEMÁTICA DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: CONCEITOS	37
3.1. DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA À PERSPECTIVA TEMÁTICA	39
3.2 O GÊNERO BIOGRAFIA NA LITERATURA INFANTOJUVENIL	57
3.3 PILARES TEÓRICOS: FEMINISMO NEGRO, INTERSECCIONALIDADE E ESCRIVÊNCIA 	63
4. O <i>CORPUS</i>: A COLEÇÃO BLACK POWER E A EDITORA MOSTARDA	67
5. ANÁLISE DAS OBRAS: BIOGRAFIAS, TEXTO E IMAGEM	87
5.1 CAROLINA MARIA DE JESUS: A ESCRITA COMO SOBREVIVÊNCIA	98
5.2 CONCEIÇÃO EVARISTO: A LITERATURA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E AFIRMAÇÃO	124
5.3 BEATRIZ NASCIMENTO: QUILOMBO E RESISTÊNCIA.....	132
5.4 LÉLIA GONZALEZ: O FEMINISMO NEGRO E AMEFRICANIDADE	139
5.5 SUELI CARNEIRO: ATIVISMO E FILOSOFIA	150
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	162

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa dedica-se à análise de obras infantojuvenis que retratam lideranças de mulheres negras brasileiras, integra a Coleção Black Power da Editora Mostarda. O objetivo central é investigar de que modo as linguagens verbal e não-verbal narram as trajetórias dessas mulheres e constroem novos modelos identitários para leitores e leitoras em formação, com ênfase nas crianças negras. Busca-se observar como tais narrativas conferem visibilidade a figuras históricas frequentemente silenciadas pela historiografia oficial, nas quais operam como vetores de letramento racial.

O *corpus* selecionado compreende as biografias de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Enquanto as duas primeiras se destacam no campo da escrita literária, as demais são pensadoras fundamentais das áreas de História, Antropologia e Filosofia. Esta seleção permite refletir sobre a diversidade da atuação intelectual negra e a importância dessas representações na literatura infantojuvenil contemporânea.

Esta dissertação não nasce apenas de uma curiosidade acadêmica, mas de uma urgência pessoal e ancestral. Como mulher negra e pesquisadora, minha trajetória é marcada pela busca de espelhos que a instituição escolar, muitas vezes, me negou. Venho de uma família onde a escolaridade formal foi um privilégio tardio ou ausente, o que torna minha presença neste mestrado não apenas um dado estatístico, mas um ato político de ocupação.

Ao folhear as páginas da Coleção Black Power, não se observam apenas objetos de análise literária; há as histórias que minha avó poderia ter vivido e as referências que desejo que as crianças de hoje naturalizem. A memória de infância é atravessada por esse silenciamento: filha de um professor, que com grandes esforços, mantinha-me em uma escola particular, vivi o processo educacional como a única garota negra do ambiente.

Recordo-me de observar o contraste entre a cor da pele das mulheres que ocupavam os serviços de limpeza e a dos docentes e diretores, majoritariamente brancos. Naquela imaturidade, a ausência de representatividade era naturalizada, bem como a falta de identificação impactou profundamente minha autoestima e escolhas futuras, gerou um sentimento de invisibilidade que só começou a ser dissipado a partir do encontro tardio com a literatura que trazia representações positivas de personagens negras.

Hoje, como professora, compreendo que a literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira é mais do que cor; é uma experiência singular e valiosa. Minha trajetória, portanto, baliza e tensiona a leitura teórica aqui proposta, transforma esta pesquisa em um compromisso ético com a formação de outras meninas negras que buscam se identificar em um mundo que, historicamente, as desvaloriza.

A justificativa deste estudo reside na necessidade de confrontar o legado de inferiorização do personagem negro na literatura brasileira. Exemplo emblemático desse processo encontra-se na obra de José Bento Monteiro Lobato (1882–1948)¹, onde figuras como Tia Nastácia, embora cercadas de um carinho aparente, permanecem confinadas ao espaço da cozinha e à desqualificação social (Lajolo, 1988). Contra essa estrutura, que utiliza a cor para determinar o lugar social, surge a urgência de obras que resgatem a beleza e a complexidade do povo negro sem "coisificá-lo".

A respeito do impacto do racismo na literatura há décadas nota-se se vê na produção literária a condição do personagem negro ser colocada como inferior à do personagem branco. O *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, obra escrita por Monteiro Lobato (1920 e 1947), por exemplo, expressa em sua narrativa o lugar do negro – como figura ilustrativa imaginária ligada ao que é estranho (Saci) ou como trabalhadora serviçal ou cozinheira (Tia Nastácia), enquanto o menino e a menina protagonistas (Narizinho e Pedrinho) eram tidas como espertas e inteligentes.

Tia Nastácia, *negra de estimação que carregou Lúcia em pequena* ganha as primeiras atenções: ela desfruta da afetividade da matriarcal família branca para a qual trabalha e, ao mesmo tempo, apesar de suas breves mas muito significativas incursões pela sala e varanda, encontra no espaço da cozinha emblema de seu confinamento e de sua desqualificação social. Ao longo da obra infantil lobatiana, a exceção ao carinho brincalhão que a cerca vem sempre pela boca da Emília que em momentos de discussão e desentendimento desrespeita a velha cozinheira, como sucede em algumas passagens de *Histórias de Tia Nastácia* (Lajolo, 1988, p. 1).

Nesse sentido, nota-se o racismo em uma estrutura que se manifesta como se a cor determinasse o lugar social. Quando esta literatura é inserida na escola sem a devida problematização, as menções tendem a direcionar uma leitura equivocada sobre as

¹ Influyente escritor, editor e intelectual brasileiro, reconhecido como o "pai da literatura infantil brasileira" por criar o clássico *Sítio do Picapau Amarelo*. Misturou fantasia, folclore e educação, além de produzir obras adultas com forte crítica social, nacionalismo e a criação do personagem Jeca Tatu.

peessoas negras e seu papel na sociedade. Fato que justifica estudos que tragam outras perspectivas sobre a sociedade, que incluam a diversidade.

Diante disso, o gênero biográfico desponta como estratégia de resistência. É crucial destacar, contudo, o ajuste de lente teórica operado nesta análise: inicialmente buscou-se a definição de literatura afro-brasileira proposta por Eduardo de Assis Duarte (2014), que exige a autoria negra,

Conforme já visto, a instância da autoria é das mais controversas, pois implica a consideração de fatores biográficos ou fenotípicos, com todas as dificuldades daí decorrentes e, ainda, a defesa feita por alguns estudiosos de uma literatura afro-brasileira de autoria branca. No primeiro caso, há que atentar para a abertura implícita no sentido da expressão afro-brasileiro, a fim de abarcar as identidades compósitas oriundas do processo miscigenador. No segundo, corre-se o risco de reduzir essa produção ao negrismo, entendido como utilização, por quem quer que seja, de assuntos atinentes aos negros (Duarte, 2014, p. 30).

A realidade do *corpus* impôs a escolha de outro conceito, como parte significativa das obras é escrita por autores não negros, adota-se aqui o conceito de literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira, é “[...] uma literatura que traz como temática a cultura africana e afro-brasileira, sem focalizar aquele que escreve (a autoria), mas sim, o que tematiza” (Debus, 2017, p. 26). E justifica que “[...] a literatura afro-brasileira, é aquela escrita por escritores afro-brasileiros, - mesmo com dificuldades de delimitação, pois se trata de um “conceito em construção” (Duarte, 2008). (Debus, 2017, p. 26).

Contudo, é imperativo tensionar os limites dessa mediação. Ao adotar o conceito de 'literatura de temática' para validar obras de autoria não negra, corre-se o risco de ignorar como o filtro da branquitude pode operar na seleção e na tradução do que é narrado. Diferentemente da profundidade alcançada pela "escrevivência" conceituada por Conceição Evaristo — que nasce do corpo, da memória e da experiência —, uma autoria branca, ao biografar mulheres como Sueli Carneiro ou Beatriz Nascimento, pode tender à suavização das tensões raciais. Isso ocorre em prol de uma narrativa de 'resiliência' que não confronta diretamente o papel da branquitude na manutenção das opressões, transformando o ato político de existir dessas mulheres em um conteúdo meramente inspiracional, pedagógico e palatável. Essa dinâmica aproxima-se da crítica de bell hooks sobre "comer o outro" (hooks, 2019), onde a alteridade é consumida de forma apaziguada pelo mercado editorial.

Ainda assim, tal escolha não diminui a importância das obras analisadas; ao contrário, reconhece que, mesmo sob a mediação de uma escrita branca e seus eventuais filtros, a temática central, o protagonismo das biografadas e o projeto gráfico afirmam uma identidade negra positiva.

Assim, a justificativa deste trabalho reside na urgência de analisar como essas narrativas — que já estão nas mãos das crianças — constroem (ou reconstroem) o imaginário sobre a mulher negra brasileira, independentemente da cor da pele de quem as escreveu, mas sempre atentos às tensões que essa autoria pode suscitar.

A literatura infantojuvenil desponta como um campo fértil para promover representações positivas e inspiradoras. Em especial, o gênero biografia apresenta-se como uma poderosa aliada para resgatar histórias de vidas negras, que foram apagadas ou negligenciadas, oferecer às crianças modelos de identificação, pertencimento e resistência.

Com vistas a atender a tais complexidades, a presente pesquisa encontra-se organizada em quatro capítulos subsequentes. O primeiro capítulo dedica-se a dialogar com a literatura infantojuvenil de temática da cultura africana e afro-brasileira, compreendendo-a como um campo que reflete as tradições e as vivências da população negra, além de desempenhar um papel crucial na formação da identidade das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental (6 a 11 anos), período em que consolidam sua visão crítica e suas próprias opiniões, conforme postula Janaina Perpinelli Moraes (2020). O segundo capítulo busca pensar sobre a temática da representação do corpo negro nessa produção literária, bem como sobre o impacto dessa imagem na saúde mental e na autoestima da criança negra, refletindo sobre as marcas que a segregação e a exclusão deixam no ambiente escolar, respaldando-se nos trabalhos de Clarice Maynarte Oliveira e colaboradores (2021).

Avançando para a dimensão empírica do trabalho, o terceiro capítulo é dedicado à apresentação detalhada do *corpus* documental que alicerça este estudo. É o momento em que se contextualiza a proposta editorial da Editora Mostarda e se realiza a amarração teórica e contextual das biografias selecionadas com as diretrizes educacionais e os conceitos de letramento e representatividade vigentes. Por fim, o quarto capítulo constitui o cerne analítico da dissertação. Nele, realizo o exame pormenorizado das obras,

investigando de forma indissociável as linguagens verbal e não-verbal (textos e ilustrações) por meio de uma leitura multimodal. Essa imersão analítica permite desvelar como as trajetórias dessas mulheres se materializam em narrativas de insurgência, convertendo as teorias propostas nos capítulos iniciais em práticas pedagógicas concretas.

O estudo das personagens negras e sua relevância no contexto da literatura infantojuvenil de temática da cultura africana e afro-brasileira² é realizado a partir de Debus (2017) e Godoy (2019a e 2022). Para isso, busca-se utilizar os escritos das próprias autoras – Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzales e Sueli Carneiro – para refletir sobre a importância dessas trajetórias para o processo de construção de identidade de tantas crianças negras. Além disso, conceitos de identidade e representação cultural de Hall (2006), as reflexões desenvolvidas por Kilomba (2019) em torno do corpo negro feminino na sociedade e as feridas que o racismo estrutural causa no corpo negro, conforme Fanon (2008).

A autora Amanda Crispim Ferreira (2013) afirma que

Estudar a obras dessas mulheres, escritoras, mães, narradoras, poetisas, de alguma maneira, significam trazer à tona os discursos que perpassam pela escrita feminina e, ao mesmo tempo, o que se converte numa possibilidade de discutirmos os lugares de representação a que as “figuras” femininas ainda se veem vinculadas em nossa contemporaneidade. Acreditamos que, ao trazer para uma discussão os imaginários individuais e coletivos que perpassam os discursos destas “vozes mulheres”, possibilitamos o fortalecimento dos estudos do gênero, das identidades e das alteridades (Ferreira, 2013, p. 16).

Para outras reflexões são elencados estudos acerca do letramento negro de Nilma Lino Gomes (2005) e Neide A. de Almeida (2017). O ideal da educação antirracista é essencial para a formação de adultos mais conscientes e sensíveis às questões de justiça social. Abordar a literatura infantil e juvenil de temática da cultura africana e afro-brasileira significa compreendê-la, a partir da inserção fundamental da diversidade em sala de aula, como um poderoso instrumento de promoção de uma sociedade antirracista, principalmente quando a representação positiva de personagens negras, como as lideranças femininas aqui mostradas, são apresentadas aos leitores e leitoras em formação.

² Parte-se do conceito de Eliane Debus (2017b) literatura que tematiza a cultura africana e afro-brasileira, mas se utiliza também, neste trabalho, a terminologia literatura infantojuvenil de temática da cultura africana e afro-brasileira, entendida como equivalente conceitual, tendo em vista o recorte literário feito pela autora.

2 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E O CENÁRIO ESCOLAR: ENTRE SILENCIAMENTOS E MARCOS LEGAIS

A literatura infantojuvenil é um campo de estudo que transcende o simples objetivo de entreter, ocupando um lugar central na formação cognitiva, social e cultural de leitores em desenvolvimento. Conforme enfatiza Zilberman (2005), a literatura infantil, desde o seu surgimento, serviu como um importante instrumento de socialização e internalização de valores culturais. Lajolo (1996) complementa essa perspectiva ao ressaltar como essas narrativas se transformam ao longo do tempo, acompanhando as mudanças nas próprias concepções de infância e juventude, o que evidencia sua relevância histórica e educativa.

Historicamente, a produção literária para crianças no Brasil esteve associada à tradução de contos clássicos europeus e à força do folclore nacional como tentativa de consolidação de uma identidade e de uma ideia de nação, especialmente no início do século XX. De acordo com Zilberman (1985), o mercado de livros para crianças no país passou por um impulso quantitativo e qualitativo digno de nota, decorrente de um conjunto de fatores estruturais que imprimiram nova dinamicidade a este gênero literário. Para além da mera utilidade pedagógica, Lajolo (1984) já sinalizava a necessidade de valorizar a produção infantojuvenil em todo o seu potencial artístico, defendendo que a educação literária deve promover uma conexão profunda entre o jovem leitor e a apreciação estética da obra, indo além da decodificação ou da interpretação mecânica de textos.

É inegável que, nesse cenário de consolidação editorial, a figura de José Bento Monteiro Lobato (1882-1948) representou um ponto de inflexão fundamental. Com a publicação de *A menina do narizinho arrebitado* (1920) e a subsequente criação do universo do Sítio do Picapau Amarelo, Lobato introduziu elementos de fantasia, de brasilidade e de metalinguagem de forma inédita. Como aponta Fioravanti (2017), Lobato realizou mudanças radicais na literatura infantil, operando na linguagem para crianças uma modernização semelhante àquela que os modernistas de 1922 fizeram na literatura adulta. Ruptura esta que conferiu à sua produção uma visibilidade e um alcance editorial sem precedentes nas décadas seguintes.

No entanto, as análises críticas contemporâneas demonstram que essa modernização literária não veio isenta de problemas profundos, especialmente no que

tange às representações raciais. Sob a ótica crítica de Marisa Lajolo (1988), a estruturação da obra lobatiana reflete as hierarquias sociais de sua época. O exemplo mais contundente repousa na caracterização de Tia Nastácia:

Tia Nastácia, negra de estimação que carregou Lúcia em pequena ganha as primeiras atenções: ela desfruta da afetividade da matriarcal família branca para a qual trabalha e, ao mesmo tempo, apesar de suas breves mas muito significativas incursões pela sala e varanda, encontra no espaço da cozinha emblema de seu confinamento e de sua desqualificação social. Ao longo da obra infantil lobatiana, a exceção ao carinho brincalhão que a cerca vem sempre pela boca da Emília que em momentos de discussão e desentendimento desrespeita a velha cozinheira, como sucede em algumas passagens de *Histórias de Tia Nastácia* (Lajolo, 1988, p. 1).

Assim, embora a linguagem tenha sido modernizada, a narrativa cristalizou estereótipos que associam a mulher negra à subserviência, ao analfabetismo e ao confinamento do trabalho doméstico. Esse legado discriminatório, quando introduzido na escola de forma acrítica, naturaliza assimetrias e dificulta a construção de uma autoimagem positiva em crianças negras leitoras.

Essa percepção sobre o racismo explícito e a reprodução de visões depreciativas na obra lobatiana culminou, mais recentemente, em tensionamentos institucionais estruturais, como o debate em torno do Parecer CNE/CEB nº 15/2010. Esse documento surgiu a partir de uma denúncia formalizada pela Ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), motivada pelo processo de análise de Antônio Gomes Costa Neto acerca do livro *Caçadas de Pedrinho*. Conforme aponta o documento oficial:

O Sr. Antônio Gomes Costa Neto apresenta no processo análise da situação do livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato [...]. A crítica realizada pelo requerente foca de maneira mais específica a personagem feminina e negra Tia Anastácia e as referências aos personagens animais tais como urubu, macaco e feras africanas. Estes fazem menção revestida de estereotipia ao negro e ao universo africano, que se repete em vários trechos do livro analisado. A crítica feita pelo denunciante baseia-se na legislação antirracista brasileira, a partir da promulgação da Constituição de 1988, na legislação educacional em vigor e em estudos teóricos que discutem a necessidade e a importância do trabalho com uma literatura antirracista na escola superando a adoção de obras que fazem referência ao negro com estereótipos fortemente carregados de elementos racistas (Brasil, 2011, p. 2).

O parecer recomendou o uso da obra lobatiana apenas mediante uma mediação pedagógica qualificada, capaz de contextualizar criticamente tais estereótipos, evidenciando que a literatura clássica não deve ser consumida à revelia dos direitos humanos. Esse debate, amparado juridicamente pelas conquistas posteriores à Constituição de 1988, dialoga diretamente com os modernos marcos normativos da educação nacional, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004) e a Lei nº 11.645/2008, que consolidaram a obrigatoriedade institucional de uma educação antirracista.

Diante do esgotamento desses modelos tradicionais e excludentes, a literatura infantojuvenil brasileira adentrou um cenário pós-lobatiano de transição. José Nicolau Gregorin Filho (2009, 2011b) investiga essa guinada conceitual e metodológica na relação entre literatura e educação, apontando para a emergência de uma produção que passa a reconhecer as especificidades cognitivas e afetivas da infância sem subestimar sua capacidade crítica. Nas palavras do autor, o momento atual caracteriza-se como um:

[...] momento em que a literatura para crianças e jovens mostra uma individualidade consciente, obediência consciente, mundo com antigas hierarquias em desagregação, moral flexível, luta contra os preconceitos, linguagem literária que busca a invenção e o aspecto lúdico da linguagem, ou seja, uma literatura que mostra um mundo em construção para uma criança que passa a ser vista como um ser em formação (Gregorin Filho, 2009, p. 22).

Para Gregorin Filho, esse novo momento demarca o surgimento de um "novo narrador", comprometido com a construção de um indivíduo consciente dos acontecimentos sociais e da diversidade cultural que compõe o povo brasileiro. O autor pondera que, embora o Brasil enfrente um percurso historicamente mais lento e atravessado por preconceitos na aceitação do multiculturalismo em comparação com determinados contextos europeus, a mediação docente qualificada surge como o elemento central para fazer do livro um espaço de discussão identitária.

Esse cuidado na escolha e na mediação das obras justifica-se pelo fato de que o racismo estrutural se reflete de maneira alarmante no cotidiano escolar contemporâneo. Como discute a socióloga Marília Pinto de Carvalho (2003), a intersecção de marcadores como gênero e cor/raça no espaço escolar resulta em desigualdades de oportunidades educacionais gritantes, evidenciadas por taxas desproporcionais de evasão e distorção idade-série entre meninos e meninas negros. Quando a literatura canônica é eivada de

preconceitos é inserida na escola sem a devida problematização, ela legitima essa estrutura excludente e invisibiliza a agência da população negra.

É precisamente para combater essa invisibilidade e a histórica "coisificação" do ser negro que a literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira assume centralidade. Conforme propõe Debus (2017), essa produção literária atua diretamente na dimensão da afetividade narrativa, oferecendo representações de beleza, liderança e protagonismo que preenchem as lacunas deixadas por séculos de silenciamento.

A promulgação da Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, representa o divisor de águas institucional desse processo de retoma. Cumpre notar que a referida legislação não apenas reconfigurou as diretrizes pedagógicas nas escolas, mas também impulsionou uma reestruturação no mercado editorial brasileiro, estimulando a produção de obras alinhadas à urgência da representatividade e do antirracismo. É precisamente nesse horizonte de renovação literária e compromisso institucional que se localiza a *Coleção Black Power*, objeto central desta dissertação. Concebida como uma resposta prática a essas demandas históricas e legais, a coleção assume a função de visibilizar o protagonismo negro e fomentar identidades positivas para o público infantojuvenil. Desse modo, a fim de esmiuçar como tais preceitos afirmativos se materializam nas obras selecionadas, o próximo capítulo será dedicado à apresentação e à análise detalhada desse *corpus*, desvelando suas nuances textuais, visuais e pedagógicas.

2.1 O RACISMO ESTRUTURAL NA LITERATURA INFANTOJUVENIL E A REALIDADE ESCOLAR

No que tange à compreensão da urgência e a relevância das produções voltadas à diversidade étnico-racial, para tal, é imperativo situar o mercado editorial infantojuvenil no contexto do racismo estrutural que fundamenta a sociedade brasileira. Historicamente, a literatura destinada à infância operou sob a hegemonia de personagens brancos, que construiu um imaginário eurocentrado como norma universal. Nesse cenário, quando personagens negros não sofriam com o apagamento total, eram frequentemente relegados a papéis subalternizados, caricatos ou a estereótipos negativos, perpetuado por violências simbólicas que minavam a construção identitária das crianças negras.

Esse descompasso histórico entre a pluralidade demográfica do país e a homogeneidade fenotípica presente nas páginas dos livros gera o que se pode definir como uma profunda tensão representacional. Trata-se do embate entre narrativas hegemônicas que insistem em invisibilizar corpos negros e as demandas contemporâneas por uma literatura que reflita a pluralidade de forma digna e humanizada. É exatamente no cerne dessa tensão que a literatura se revela, não apenas como um campo estético, mas como um território de disputa política e de reconstrução de imaginários.

Em vista da necessidade de tensionar esse cenário, a presente dissertação adota o conceito de "literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira", cunhado por Eliane Debus (2017). Ao contrário da definição estrita de "literatura afro-brasileira" — que, sob a ótica de teóricos como Eduardo de Assis Duarte (2020), exige a autoria negra como premissa —, a perspectiva de Debus amplia o escopo analítico para a *temática*. Essa escolha teórico-metodológica justifica-se pelo *corpus* desta pesquisa, uma vez que permite analisar obras cujo eixo central é a valorização da ancestralidade, da cultura e do letramento racial, independentemente da pertença racial de quem as escreve, assumindo-se o texto como principal vetor da transformação social.

Para compreender as raízes dessa tensão representacional, é preciso recuar à gênese da literatura para crianças no Brasil, a produção inicial tinha fins meramente didáticos, moralizantes ou evangelizadores, advinda de uma sociedade recém-egressa da escravidão. Nesse cenário, o personagem negro era e, por vezes continua sendo retratado sob a ótica da subalternidade, destituído de erudição ou cultura positiva. É contra esse

legado de silenciamentos que a literatura contemporânea se levanta, busca reverter o caráter didático-moralizante em prol de uma estética de afirmação.

Todavia, esse racismo estrutural não é um resquício do passado, mas uma realidade que se reflete em dados alarmantes no cotidiano escolar contemporâneo. Segundo Marília Pinto de Carvalho (2003), pesquisas daquele período já indicavam que a intersecção de gênero e cor/raça resultava em experiências específicas de discriminação: meninos e meninas negros apresentavam maiores taxas de evasão escolar e resultados acadêmicos inferiores em comparação aos pares brancos. Essa disparidade, contudo, não se restringiu àquela década. Dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua - Educação), realizada pelo IBGE (2023), confirmam a atualidade do problema ao demonstrar que jovens pretos e pardos continuam liderando os índices de abandono e atraso escolar no Brasil.

Arelada a essas estatísticas, a ausência de representatividade sistêmica — como apontado por Cavalleiro e Gomes (1998) ao observar escolas onde não havia negros sequer nos cartazes — contribui historicamente para que crianças negras rejeitem sua própria identidade, favorecendo sobremaneira a baixa autoestima e a exclusão.

A análise dos autores evidencia que a subalternidade e o apagamento cultural não foram acidentais, mas reflexos diretos de uma estrutura social escravocrata que via no livro um instrumento de manutenção de hierarquias. É contra esse legado de estereótipos e silenciamentos que a literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira, como as selecionadas para este trabalho, levanta-se, busca reverter o caráter meramente didático-moralizante em prol de uma estética de afirmação e dignidade.

No que diz respeito à presença de personagens negras ou de elementos da cultura africana e afro-brasileira em narrativas de recepção infantil e juvenil, produzidas no Brasil, quase que inexistente anteriormente à década de 1970, e, quando isso ocorre, o negro é representado com docilidade servil, submisso ao cumprimento de seu papel de subalternidade (Tia Nastácia, de Monteiro Lobato), ou é aquele que provoca o apiedamento (Menino André, da lenda do menino do pastoreio) ou, ainda, aquele que não é o que é, travestindo-se de outra pele: o negro de alma branca (como Joaquim, de *Joaquim, Zuluquim, Zulu*, 1983), repercutindo ideias vinculadas, seja pelo regime de subalternidade promovido pela escravização dos povos africanos, seja pela política de branqueamento [...] (Debus, 2017, p. 29-30).

Dessa forma, a autora defende que a literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira para crianças não apenas educa, mas igualmente resgata e valoriza a

oralidade como prática cultural e política, fortalece o senso de pertencimento e identidade das crianças negras. Ao romper com paradigmas eurocêntricos e oferecer narrativas que colocam em evidência as experiências da população negra, essa produção literária assume um caráter crítico e transformador.

A necessidade de uma literatura que contemple o leitor negro é reforçada por Regina Dalcastagnè (2012), ao argumentar que a exclusão histórica dessa população das narrativas literárias contribui para a perpetuação de estereótipos e desigualdades. Obras que rompem com essa tradição, como as de Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, tornam-se marcos na produção literária ao retratar a complexidade e a diversidade da experiência negra no Brasil, de acordo com a autora. Trata-se de trajetórias que contam como as mulheres, em destaque nesta pesquisa, transformaram-se em sujeitos de sua própria história e marcaram seu lugar no mundo literário e intelectual. Dois espaços predominantemente brancos.

Leitores e leitoras em formação, ao manterem contato com o universo das heranças de variados grupos étnico-raciais, podem compreender de modo mais amplo o híbrido cultural brasileiro, inicialmente, pela literatura infantil e juvenil. Nesse sentido, Debus (2017, p. 76), ao tratar de Júlio Emílio Braz, assinala a importância de personagens negras na literatura infantojuvenil: “É necessário pensar aqui nesse leitor, negro e não negro, que ao acolher as narrativas, vivenciará experiências múltiplas.

O autor Júlio Emílio Braz (s.d.), no *site* da Editora Mostarda, cita Conceição Evaristo:

Como disse Conceição Evaristo: “*O meu texto é um lugar onde as mulheres se sentem em casa.*” Eu iria um pouco mais longe. O texto, literário ou não, é o lugar onde nos singularizamos, nos identificamos, nos reconhecemos em nossa unicidade, mas para, a partir de tal descoberta, nos sentirmos como parte de algo maior, mas em absoluta isonomia, igual aos outros nessa coisa grandiosa que identificamos a priori como Humanidade (Editora Mostarda, 2022, s/p).

Entende-se que o ambiente no qual a literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira se encaixa é muito grandioso, do que apenas um texto literário. A discussão sobre essa vertente da literatura infantil e juvenil, no Brasil, também deve considerar a influência significativa das mídias digitais, como um espaço de resistência, visibilidade e reinvenção da literatura voltada a crianças e jovens. Teoricamente rompe com os modelos tradicionais de mediação literária ao permitir que autores, leitores e mediadores culturais

se conectem diretamente, sem a intermediação exclusiva de editoras ou instituições escolares.

Na prática, plataformas como *Instagram* e *TikTok* têm sido fundamentais para a circulação de obras com protagonismo negro, uma vez que promovem a valorização da identidade racial desde a infância. Haja vista que existem perfis tais como: *@pretinhasleitoras* e *@patzzic* que exemplificam essa dinâmica, ao criarem conteúdos que não apenas divulgam livros, para além, estimulam o pensamento crítico, o pertencimento e o diálogo sobre questões raciais. Neste contexto, essas obras ganham novas formas de expressão e alcance, contribuem indubitavelmente para a formação de leitores mais conscientes e engajados com a diversidade cultural do país.

No *site* Folha de Pernambuco, o artigo publicado por Daniel Medeiros, em 2022, com o título “No Instagram, crianças ‘influencers’ incentiva o hábito da leitura”, são apresentadas algumas crianças e há uma breve discussão acerca da importância desse incentivo,

Para a pedagoga pernambucana Maria Cristina Tavares, os jovens influenciadores cumprem um papel importante no estímulo à leitura. Além disso, eles ajudam na divulgação do trabalho de escritores independentes, que acabam tendo os seus trabalhos comentados por esses pequenos potentes, ganhando visibilidade com isso. Sou prova viva disso”, observa a educadora, que também é autora de livros infantis e comanda a Maria Livreira, livraria itinerante focada na literatura infantojuvenil etnicorracial. A identificação com alguém da mesma idade, segundo a pedagoga, é capaz de gerar uma influência positiva em quem tem acesso a esse tipo de conteúdo nas redes sociais. Aplicada à realidade de crianças negras, essa representatividade gera uma verdadeira corrente de empoderamento. “Perfis como o da pequena Flor de Maria (*@flordemaria.3*), das Pretinhas Leitoras (*@pretinhasleitoras*) e dos Pretinhos Leitores (*@pretinhosleitores*) apresentam a literatura infantil afro-brasileira para crianças iguais a elas. Para as nossas infâncias pretas, são verdadeiros achados”, elogia (Medeiros, 2022).

A presença da mídia digital, não apenas amplia o acesso a obras diversas, todavia transforma as formas de mediação e recepção da leitura de leitores e leitoras em formação. Outrossim, a autora Erika da Silva (2024), em sua tese sobre *Literatura Infantil Digital e Suas Mediações: um estudo de aplicativos literários na perspectiva de professoras(es)*, aborda autores como Jenkins (2006, 2009) e Gee & Hayes (2011), que destacam o papel das tecnologias digitais na criação de experiências interativas e colaborativas, que favorecem o engajamento crítico desde a infância.

A autora argumenta que,

Segundo Jenkins (2009), essa participação, imprescindível para a cidadania, não ocorre espontaneamente, apenas pela exposição das crianças às mídias, exigindo intervenção pedagógica. Considerando que a escola é o principal, se não o único, espaço de acesso à leitura literária para muitas crianças, é fundamental que haja mediação docente qualificada, espaços de leitura convidativos (seja na biblioteca ou na sala de aula), disponibilidade de livros em boas condições e com qualidade, tanto em formato analógico quanto digital, além de um acervo diversificado. Esses fatores são importantes para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que estimulem as crianças, desafiando-as e proporcionando-lhes novas descobertas, contribuindo assim para sua formação leitora (Jenkins *apud* Silva, 2024, p. 23).

A citação de Jenkins, mediada por Erika da Silva, reforça a ideia de que o simples acesso às mídias digitais não garante, por si, o desenvolvimento de uma leitura crítica e cidadã. No contexto da literatura infantojuvenil que tematiza a cultura africana e afro-brasileira, essa reflexão é ainda mais relevante, pois evidencia a necessidade de uma mediação pedagógica qualificada, que valorize a diversidade e promova o protagonismo negro desde tenra infância.

Conforme observado por Gee e Hayes (2011), a igualdade na comunicação é comprometida quando alguns têm acesso privilegiado em relação a outros. A introdução das mídias digitais nas escolas, incluindo o uso do celular, oferece novas oportunidades de comunicação e produção, mas também apresenta desafios (Gee e Hayes *apud* Silva, 2024, p. 26).

Pelo exposto, a escola, como espaço privilegiado de acesso à leitura para muitas crianças precisa oferecer não apenas acervos diversos e atualizados — tanto físicos quanto digitais —, mas também ambientes acolhedores e práticas que estimulem a curiosidade e o pensamento crítico contínuo. Assim, a presença da mídia digital se torna uma aliada potente na formação leitora, desde que acompanhada de intencionalidade educativa e compromisso com a equidade.

Estudos como o de Erika da Silva (2024) apontam que a literatura digital, ao incorporar elementos multimodais — como som, imagem e interatividade —, potencializa a formação literária e estética das crianças, especialmente quando mediada por educadores conscientes de seu papel cultural.

Um exemplo marcante da potência da literatura e da mídia digital na formação da identidade e no enfrentamento do racismo é a trajetória de Adriel Oliveira, adolescente soteropolitano criador do perfil “*Livros do Drii*” no Instagram. Aos 14 anos, Adriel transformou uma experiência de violência racial em um movimento de resistência e incentivo à leitura, uma vez que utilizou sua página para compartilhar resenhas e reflexões literárias. A história evidencia como o acesso à literatura, aliado ao uso consciente das redes sociais pode fortalecer a autoestima de jovens negros e ampliar o alcance de narrativas que valorizam e respeitem a diversidade,

Adriel Oliveira, adolescente soteropolitano de 14 anos, conhece bem o poder que os livros têm na construção da autoestima. Ele diz que suas leituras o ajudaram a lidar com o ataque racista que recebeu em sua página no Instagram, a “Livros do Drii” (@livrosdodrii), em 2020. O ato de ódio, no entanto, gerou como resposta uma enxurrada de carinho nas redes sociais. Hoje, com mais de 530 mil seguidores, o garoto enxerga a leitura como uma ferramenta para o futuro (Medeiros, 2022, s/p).

O exemplo de Adriel ilustra de forma concreta como a literatura e a mídia digital podem atuar juntas na construção da autoestima e da identidade de crianças e adolescentes negros. Ao transformar uma experiência de racismo em um movimento de resistência e afeto por meio da leitura, Adriel demonstra o poder transformador da literatura quando acessada em ambientes que acolhem e valorizam a diversidade.

Sua trajetória reforça a importância de práticas pedagógicas e culturais que reconheçam o potencial das mídias digitais como espaços de formação leitora, expressão subjetiva e enfrentamento das desigualdades.

A pesquisadora Sandra Cavaletti Toquetão (2023), em sua tese *A influência das mídias digitais na cultura da infância*, ressalta que esses meios influenciam diretamente a construção da identidade infantil, sendo fundamentais para promover narrativas que valorizem a diversidade, a inclusão e o combate ao racismo. Assim, a literatura infantil e juvenil afro-brasileira em seu sentido amplo — contemplam de forma indissociável a autoria negra e o enaltecimento de protagonistas negros —, ao se apropriar desses recursos digitais, não apenas resiste às estruturas excludentes do mercado editorial tradicional, por conseguinte se reinventa como uma forte aliada no processo de empoderamento e transformação social.

Doravante, destaca-se que as políticas governamentais também têm desempenhado papel relevante na promoção da diversidade e inclusão na literatura infantojuvenil. Apesar dos avanços, contudo, persistem desafios estruturais. A representação negra nesse campo literário ainda é limitada e, não raro, atravessada por estereótipos. Soma-se a isso a histórica sub-representação de autores negros no mercado editorial tradicional, o que evidencia a necessidade de iniciativas que rompam com essas engrenagens excludentes.

Nesse contexto, editoras independentes e de cunho identitário assumem papel decisivo na publicação e valorização da pluralidade. Um exemplo emblemático é a Editora Mostarda, fundada em 2018, em Sumaré (SP), e liderada por uma equipe comprometida com a educação antirracista. É salutar justificar que, embora o *corpus* selecionado para esta pesquisa embase-se no conceito de "temática da cultura africana e afro-brasileira" — contempla, portanto, obras cujos autores assinantes não são, em sua maioria, negros —, esses títulos estão inseridos em um projeto editorial colaborativo e abrangente. A editora opera com redes de apoio e revisão que contam com a participação ativa de produtores de texto e intelectuais negros, a exemplo do consagrado escritor Júlio Emílio Braz, que atua na consultoria e estruturação literária da casa.

Destaca-se, assim, que a opção por essas obras não relativiza, sob nenhuma hipótese, o papel basilar e insubstituível da autoria negra. Reconhece-se que é a autoria negra que, desde a literatura voltada ao público adulto, atua de forma inegociável para inscrever a experiência negra e suas representações autênticas em um espaço literário historicamente eurocêntrico. A análise destas obras, portanto, foca-se no esforço coletivo e editorial de letramento racial que a coleção possui como escopo.

Outras iniciativas importantes incluem a Editora Nandyala, criada por mulheres negras e especializada em africanidades, feminismo e saberes da diáspora, bem como a Oríkì Editora, fundada no Rio de Janeiro em 2019, com foco na valorização de autores negros e marginalizados. Concomitante se destacam a Pallas Editora, editora mais antiga nesse campo, tem em seu catálogo obras infantojuvenis de autoria negra e não negra, fundada no Rio de Janeiro em 1975, cuja missão é divulgar a cultura afro-brasileira por meio de obras que abordam religiões de matriz africana, história, literatura e educação, por fim, a Editora Malê, criada em 2015, que tem como propósito ampliar a representatividade negra na literatura brasileira, publicar obras de autores negros, que

promove uma educação plural e antirracista. Embora não tenham a mesma projeção das grandes editoras, essas casas editoriais ocupam um espaço essencial na luta por uma literatura mais diversa, crítica e representativa.

2.2 A LEI 10.639/03 E O LETRAMENTO RACIAL

Como resposta a décadas de luta do movimento negro, a promulgação da Lei n.º 10.639/03 (complementada pela Lei n.º 11.645/08) tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Esta legislação não é apenas um adendo curricular, mas também trata-se de uma proposta de reorientação pedagógica para desconstruir estereótipos e valorizar a diversidade.

Documentos como o Parecer CNE/CP 003/2004 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforçam que a educação antirracista deve permear todas as áreas, utilizar a literatura como recurso privilegiado para trabalhar a autoestima e o pertencimento. O objetivo é superar o "confinamento simbólico" do negro na história oficial e na ficção, oferecer novas perspectivas que incluam a diversidade de forma afirmativa.

Dentro deste cenário, emerge o conceito de letramento negro ou racial (Gomes, 2005; Almeida, 2017). Letrar racialmente significa educar o olhar para as relações étnico-raciais, permitir que a criança negra se veja como sujeito de direito, de pertença e de história.

Ao complementar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n.º 9.394/96), tornou-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas públicas e privadas, nos níveis Fundamental e Médio, uma vez que integra essa temática aos componentes curriculares já existentes, com especial destaque para Educação Artística, Literatura e História Brasileiras (Brasil, 2003).

Para operacionalizar a Lei n.º 10.639/03, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP 003/2004 e Resolução CNE/CP 01/2004). Tais documentos, de leitura obrigatória para educadores, detalham os princípios, fundamentos e objetivos dessa política educacional. Enfatizam a necessidade da educação antirracista que vá além de

datas comemorativas, bem como que permeie todo o currículo e as práticas pedagógicas reflexivas com vistas à emancipação.

Datas significativas para cada região e localidade serão devidamente assinaladas. O dia 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, será tratado como o dia de denúncia das repercussões das políticas de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira no pós-abolição e de divulgação dos significados da Lei Áurea para os negros. No dia 20 de novembro é celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra, entende-se consciência negra nos termos explicitados anteriormente neste parecer. Entre outras datas de significado histórico e político deverá ser assinalado o dia 21 de março, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial (Brasil, 2004, p. 21).

As Diretrizes destacam a importância de trabalhar a autoestima e a identidade das crianças negras, desconstruir estereótipos negativos e racistas, valorizar a diversidade cultural, reconhecer a história de resistência do povo negro e promover o respeito às diferenças. A literatura infantojuvenil é explicitamente mencionada como um recurso pedagógico privilegiado para abordar essas questões de forma sensível, respeitosa e significativa.

Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), embora alvo de críticas por parte de alguns setores por supostamente diluir a centralidade das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08, também incorpora a temática da diversidade e das relações étnico-raciais. A BNCC estabelece como competências gerais da Educação Básica o respeito e a valorização da diversidade cultural, histórica e humana, o exercício da empatia, do diálogo e da resolução de conflitos, bem como a promoção dos direitos humanos.

Doravante, os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), propostos pelo MEC para integrar diferentes áreas do conhecimento (Brasil, 2019), incluíram o eixo "Diversidade Cultural", que abrange a educação para as relações étnico-raciais. Embora a implementação efetiva dessas diretrizes ainda seja um desafio nas escolas, a presença desses temas nos documentos curriculares oficiais reforça a legitimidade e a urgência de se trabalhar a diversidade na educação e a temática da cultura africana e afro-brasileira abordada na literatura infantil e juvenil surge como um caminho potente para concretizar essa proposta.

Figura 1 - Tabela de Interdisciplinaridade BNCC

PROPOSTA	INTERDISCIPLINARIDADE COM TCTS ARTICULADOS
Etapas/Ano	Ensino Fundamental – 5º ano.
Tema Contemporâneo	Diversidade Cultural
Componentes	História e Geografia
Prática	- Incluir na proposta curricular do 5º ano com um módulo de aprendizagem integrada para trabalhar o TCT "Diversidade Cultural". - Os responsáveis pela ementa, objetivos, definição de conteúdo e de metodologias serão os professores dos componentes Geografia e História. Eles também serão os responsáveis por ministrar o módulo de aprendizagem integrada. A proposta prevê espaços na grade horária para a abordagem integrada dos componentes curriculares, com presença dos docentes com os estudantes. - Compartilhamento da agenda de trabalho a fim de facilitar que os estudantes estabeleçam relações significativas entre temas, textos e produções. - De acordo com a complexidade e interesse do problema abordado, as atividades integradas podem promover a associação entre os conteúdos dos Temas Contemporâneos e os objetos de conhecimento estudados.
Habilidades da BNCC	(EF05HI01) Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado. (EF05GE02) Identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios.
Competências Gerais da BNCC	- Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. - Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Modelo 5: Módulos de Aprendizagem Integrada - Interdisciplinaridade no Projeto Pedagógico

Fonte: BNCC, 2019.

Figura 2 - Tabela da TCT "Diversidade Cultural"

TCT	OBJETIVO	ATIVIDADE PROPOSTA	COMPONENTE	HABILIDADE POR COMPONENTE	AValiação
Diversidade Cultural	1. Perceber a diversidade étnico-cultural no contexto em que se está inserido. 2. Reconhecer a importância da diversidade cultural para uma sociedade. 3. Respeitar as diversidades culturais.	A atividade consiste em: • Fazer levantamento para observar as diversidades culturais e étnicas que existem na turma (os estudantes podem ser orientados a fotografar, anotar registrar suas percepções gerais). • Escolher um(a) colega para entrevistar e identificar sua origem e seu perfil (onde nasceu, descendência, valores, religiões, entre outros). • Consolidar as informações obtidas e pesquisar em livros e outras fontes sobre os dados que coletou na entrevista. • Socializar com a turma os resultados da pesquisa.	Geografia	(EF05GE02) Identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios.	Diagnóstica: para identificação dos conhecimentos prévios dos estudantes. Formativa: uso de diferentes instrumentos para verificar o aproveitamento dos estudantes no desenvolver da atividade.
			História	(EF05HI04) Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos. (EF05HI05) Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica.	

A atividade é desenvolvida ao longo de um bimestre.

Modelo 7: Exemplo de Plano do Módulo de Aprendizagem Integrada – Intradisciplinaridade no Plano de Aula

Fonte: BNCC, 2019.

Como se observa na Figura 1, a interdisciplinaridade proposta a partir das orientações normativas permite que o Tema Contemporâneo Transversal "Diversidade Cultural" seja integrado organicamente ao Projeto Pedagógico por meio de Módulos de Aprendizagem Integrada. No caso do 5º ano do Ensino Fundamental, a articulação conjunta dos componentes de História e Geografia mobiliza competências gerais da BNCC voltadas à empatia, aos direitos humanos e à valorização de identidades sem preconceitos. Essa modelagem macro ganha contornos práticos no plano de aula ilustrado na Figura 2, que demonstra a intradisciplinaridade em ação. Nela, os objetivos de perceber, reconhecer e respeitar as diversidades traduzem-se numa sequência didática

bimestral em que os estudantes realizam levantamentos empíricos e entrevistas sobre a origem e o perfil dos próprios colegas. Ao acionar habilidades específicas de Geografia (EF05GE02) e História (EF05HI04 e EF05HI05), a proposta amarra a discussão das diferenças étnico-raciais e da cidadania a um processo avaliativo contínuo, tanto diagnóstico quanto formativo. Desse modo, ambas as figuras exemplificam como a estrutura curricular pode se organizar para acolher o debate sobre a pluralidade cultural.

Pelo olhar legal e pedagógico, a produção literária infantojuvenil com temática afro-brasileira e africana ganhou um impulso significativo nas últimas duas décadas. Editoras passaram a investir mais em autores negros e em narrativas que retratam positivamente personagens e culturas afrodescendentes.

Em pesquisas realizadas, o *site* da Fundação Tide Setubal³ em um artigo sobre 33 livros infantis que celebram a equidade e a cultura afro-brasileira, cita autores como Kiusam de Oliveira (*O Mundo de Tayó, Omo-Oba*), Otávio Júnior (*Da minha janela*), Heloísa Pires Lima (*Histórias da Preta*), Sonia Rosa (*O menino Nito*), Júlio Emílio Braz (*Pretinha, eu?*), Georgina Martins (*Gosto de África*), entre muitos outros, que têm enriquecido o cenário da literatura infantojuvenil brasileira com obras que celebram a beleza negra, resgatam histórias ancestrais, abordam o racismo de forma crítica e sensível, e oferecem às crianças negras espelhos para a construção de uma identidade positiva e orgulhosa.

Essa efervescência criativa e editorial, no entanto, traz consigo desafios complexos no plano da criação literária. Embora essa crescente lista de autores evidencie um mercado em expansão e pedagogicamente engajado, Eduardo de Assis Duarte (2008) alerta que tal produção não deve perder seu caráter estético em favor de um didatismo puramente panfletário.

Essa produção, no entanto, não está isenta de debates e tensões. Questões sobre a qualidade estética das obras, a autenticidade das representações, o risco de essencialização ou folclorização das culturas africanas e afro-brasileiras e a própria definição do que constitui a "literatura afro-brasileira" são temas recorrentes na crítica especializada e nos debates acadêmicos. É de indubitável importância, portanto analisar

³ Organização não governamental e de origem familiar criada em 2006, que possui como missão fomentar iniciativas que promovam a justiça social e o desenvolvimento sustentável de periferias urbanas e contribuam para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais das grandes cidades, em articulação com diversos agentes da sociedade civil, de instituições de pesquisa, do Estado e do mercado.

essa produção com um olhar crítico, que reconheça seus avanços e potencialidades, mas que também esteja atento aos seus limites e desafios.

Literatura é, antes de tudo, linguagem, conforme Duarte (2008), construção discursiva marcada pela finalidade estética. Mesmo ao tecer a crítica do formalismo implícito ao preceito kantiano da “finalidade sem fim” da obra de arte, e mesmo compreender no literário outras finalidades para além da fruição estética, há que se ressaltar a prevalência do trabalho com a linguagem sobre os valores éticos, culturais, políticos e ideológicos presentes no texto, segundo o teórico (Duarte, 2008). De forma quase sempre sutil, especialmente nas grandes obras, o fator de arte prevalece, a fim de estabelecer a comunicação, despertar e cativar a atenção do leitor, espécie de ponto de partida – e de chegada – do circuito que vai da fruição à empatia e que termina por distinguir a literatura do panfleto. A tentação deste último faz-se sempre presente, sobretudo em momentos de conflagração social ou perante injustiças como a do cativo, mas certamente não será a retórica imediatista que fará perdurar a obra para além do seu tempo (Duarte, 2008, p. 18).

Debus (2017) trata de aspectos da literatura infantil e juvenil:

A palavra ficcional arrebatava o leitor para um tempo e espaço que não são os seus. Desse modo, ele experienciava um viver distante do seu, ao mesmo tempo tão próximo, e, ao voltar desse encontro ficcional, já não é mais o mesmo; ele é capaz de reconfigurar o seu viver. Se ler o outro e sobre o outro tem importância fundamental na formação leitora do indivíduo, o contato com textos literários, que apresentam personagens em diferentes contextos, ou a existência de escritores oriundos de diferentes contextos, permite uma visão ampliada de mundo (Debus, 2017, p. 22).

Assim, a literatura infantojuvenil no Brasil tornou-se um campo estratégico para a promoção da educação voltada às relações étnico-raciais, especialmente após a promulgação da Lei n.º 10.639/2003 e das diretrizes educacionais que a seguiram. Esse marco impulsionou a valorização das culturas afro-brasileira e africana no ambiente escolar, incentivando a produção e circulação de obras que promovem representatividade e diversidade no currículo e no imaginário infantil.

Nesse cenário, observa-se uma crescente presença de narrativas que buscam romper com estereótipos e afirmar identidades negras de forma positiva e afirmativa. A

coleção Black Power, da Editora Mostarda, insere-se nesse movimento e será escopo de análise desta dissertação.

Se o cenário escolar ainda apresenta as marcas do racismo estrutural, a legislação brasileira oferece os instrumentos para sua transformação. A promulgação da Lei n.º 10.639/03 (ampliada pela Lei 11.645/08) tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, propõe uma reorientação pedagógica que vai além de datas comemorativas. Conforme Nilma Lino Gomes (2003), a escola é um espaço de disputa simbólica onde as representações negativas podem e devem ser superadas por meio de uma descolonização curricular.

Para operacionalizar essa mudança, emerge o conceito de letramento racial. Segundo Neide A. de Almeida (2017), letrar racialmente é desconstruir a pretensa "neutralidade" da linguagem e da história, que frequentemente mascara o racismo em expressões veladas. O letramento racial, portanto, não é apenas o ato de ler sobre o negro, mas um processo crítico de formação de identidade que capacita o sujeito a identificar e combater o racismo estrutural (Twine, 2020; Barbalho, 2024).

Dentro desse processo, a literatura desempenha um papel "negro-afetivo", como propõe Sonia Rosa (2021) em seu texto "Literatura negro afetiva para crianças e jovens", publicado no Portal Geledés. Para a autora, a dignidade da pessoa negra na literatura deve vir acompanhada de cuidado estético e afeto — o penteado afro bem cuidado, o sorriso, a família presente. Trata-se de uma política de escrita que se assemelha à escrevivência de Conceição Evaristo, em que a memória e a vivência se tornam ferramentas de libertação.

O reconhecimento desses aspectos tão humanos como amar e ser amado, ter família, ser bem representado – limpo, calçado, penteado – pode contribuir para a construção de uma sociedade antirracista. Isto acontece porque é através da identificação de outras tantas narrativas, que não se ancoram nas "mesmas histórias eurocêntricas" contadas ao longo dos tempos, até então para nossas crianças e jovens, que podemos, objetivamente e subjetivamente, ampliar a presença da população negra e seus afetos dentro das obras literárias voltadas para a infância e juventude. Expandir este imaginário dos leitores sobre o significado das palavras "negro" e "afetiva" ajuda a avançar e desconstruir ideias retrógradas referentes às vidas negras, até então equivocadamente reafirmadas nas muitas histórias infantis e juvenis oferecidas aos leitores no passado recente (Rosa, 2021, s/p).

Nesse sentido, a literatura que tematiza a cultura africana e afro-brasileira, como as escolhidas para esta dissertação, cumpre um papel civilizatório. Ao oferecer à criança em formação biografias de lideranças como Sueli Carneiro (2022) ou Carolina Maria de Jesus (2019), a escola deixa de focar na "coisificação" do ser negro e passa a fornecer espelhos de potência. Como afirma bell hooks (2013), a educação como prática da liberdade exige que o ensino respeite e proteja as almas dos alunos, criar condições para um aprendizado que cure as feridas causadas pela exclusão. É nesse horizonte, pautado pelo letramento e pela afetividade, que as obras da Editora Mostarda serão analisadas no capítulo seguinte, observar como elas se tornam instrumentos de construção de identidades resilientes e críticas.

Nesse sentido, o conceito de letramento racial surge como um aliado pedagógico potente, ao articular leitura, identidade e consciência social. Por meio dele, essa produção literária com protagonismo negro deixa de ser apenas uma representação da diversidade e passa a atuar diretamente na desconstrução de estereótipos e na valorização das múltiplas vozes que integram a sociedade brasileira.

O letramento racial é compreendido como um conjunto de práticas pedagógicas que visam conscientizar o indivíduo sobre a estrutura e o funcionamento do racismo na sociedade, capacitar para reconhecer, criticar e combater atitudes racistas em seu cotidiano (Twine, 2020).

De acordo com a autora Edilma Assis de Souza Barbalho (2024) na obra *Práticas de Letramento para Educação das Relações Étnico-Raciais* trata-se de um processo de reeducação racial que busca desconstruir pensamentos e ações naturalizadas pela perspectiva eurocêntrica e pela lógica do privilégio branco. Esse conceito tem suas raízes no trabalho de France Winddance Twine (2020), *A white side of black Britain: Interracial intimacy and racial literacy* e foi adaptado ao contexto brasileiro por pesquisadoras como Neide A. de Almeida (2017).

Barbalho explica que esta obra de Twine teve,

[...] propósito inicial de desconstruir o racismo nas identidades raciais brancas. No Brasil, foi traduzido pela psicóloga e pesquisadora Lia Vainer Schucman (2012), em sua tese de doutorado como "Letramento Racial". Que o define como um conjunto de práticas para ensinar crianças/jovens/adultos a desconstruir formas de pensar e agir que foram naturalizadas. E o caminho para esta desconstrução seria a educação, uma vez que fomos educados a partir de uma visão de mundo eurocêntrico, embranquecida e que o racismo é uma

ideologia que se cobiça permanente como garantia de privilégio (Barbalho, 2024, p. 8).

A definição de letramento racial apresentada por Barbalho (2024) evidencia a centralidade da educação como ferramenta de desconstrução das estruturas racistas internalizadas socialmente. Ao destacar que o indivíduo é educado sob a ótica eurocêntrica e embranquecida, a autora reforça que o letramento racial não se limita à transmissão de conteúdos, entretanto envolve uma reeducação do olhar, da escuta e das práticas cotidianas.

No contexto desta dissertação, a análise de obras da Editora Mostarda que abordam as trajetórias de figuras emblemáticas como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo torna-se particularmente relevante. Essas autoras, com suas escritas e narrativas potentes, oferecem exemplos concretos de como a literatura pode funcionar como um instrumento de resistência, educação étnico-racial e letramento racial.

Suas vidas e obras, ao serem apresentadas ao público infantojuvenil, não apenas cumprem as diretrizes da BNCC e da Lei n.º 10.639/03, mas também fornecem referências de mulheres negras pensadoras, que por meio de suas experiências e produções intelectuais, contribuem para a formação de uma consciência crítica e para o fortalecimento da identidade negra desde a infância. A forma como essas obras retratam as autoras, inclusive por meio de ilustrações, é um aspecto crucial para a análise, pois a representação visual complementa a narrativa textual na construção de uma imagem positiva e empoderadora.

Dessa forma, a referida ampliação legal promovida pela Lei nº 11.645/08 consolida o suporte normativo necessário para a construção de uma educação antirracista e decolonial. Nesse horizonte, a literatura infantojuvenil assume um papel estratégico como aliada prática para a efetivação dessas diretrizes, ao oferecer narrativas que promovem o reconhecimento, a alteridade e a valorização das culturas afro-brasileira e indígena.

Essa perspectiva é reforçada na cartilha *Diálogo com as diferenças: respeitar e conhecer faz parte do aprender* (2021), organizada por Jeane Caldas Hora e Maria Paula de Melo Santos Alves e disponibilizada pelo portal da Secretaria de Estado da Educação,

do Esporte e da Cultura de Sergipe (SEDUC). De forma lúdica e acessível, o material explica as leis por meio de uma conversa entre professores, destaca:

A 10.639/2003 e a 11.645/2008. Elas alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB, para incluir a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, essas leis são instrumentos de orientação para o combate à discriminação, como também são leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de promover no ambiente escolar a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país rico, múltiplo e plural. Por isso, precisamos dedicar atenção à incorporação da diversidade étnico-racial da sociedade brasileira nas nossas práticas escolares (Seduc, 2021, p. 9).

A partir dessa orientação institucional, torna-se evidente que a efetivação das leis depende da adoção de práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social. Nesse contexto, o conceito de letramento racial surge como eixo fundamental para compreender o papel da literatura infantojuvenil de temática da cultura africana e afro-brasileira na formação de identidades e no enfrentamento do racismo. Trata-se de um conjunto de estratégias que visam conscientizar crianças, jovens e educadores sobre as estruturas históricas e sociais do racismo, capacitar para reconhecer, questionar e combater atitudes discriminatórias no cotidiano escolar e para além dele.

Impera afirmar que o processo de reeducação racial propõe a desconstrução de discursos e práticas naturalizadas pela perspectiva eurocêntrica e pela lógica do privilégio branco, como apontam Neide A. de Almeida (2017) e France Winddance Twine (2020). Dentro dessa abordagem, a oralidade se destaca como um dos pilares das pedagogias antirracistas. Conforme discutido ao longo desta dissertação e aprofundado por autores como Kabengele Munanga (2005) e Nilma Lino Gomes (2005; 2003), a oralidade é mais do que um recurso didático: é uma prática cultural e política de resistência, central nas culturas africanas e afro-brasileiras.

A contação de histórias, nesse sentido, atua como uma ponte entre passado e presente, resgata tradições, afirma identidades e oferece às crianças negras a possibilidade de se reconhecerem nas narrativas que escutam e leem. Quando aliada à literatura que retoma aspectos dessas culturas, essa prática fortalece o senso de pertencimento e

contribui significativamente para a construção de uma educação verdadeiramente antirracista e inclusiva.

Insta verificar que o autor Joel Rufino dos Santos (2009), em sua obra *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*, expande o conceito de literatura para além do registro estritamente gráfico ao propor:

O que é literatura?

Literatura vem de letra e designa, em princípio, histórias e poesias escritas. Como designar histórias e poemas anteriores à escrita, assim como as que se contam todo o tempo, em todo o lugar, e não se escrevem? Literatura oral. A literatura oral é um campo tão vasto quanto o da escrita; substituí, para quem não lê, as produções literárias. Melhor usar outra definição, independente da escrita. Arte de encantar com palavras, por exemplo. Encantar: seduzir, fascinar, iludir, produzir encantamento. Se nos encantamos com desenho e cor, é pintura; com espaço e movimento, escultura; com sons, música; com tatuagem e cheiro, amor - e assim por diante. O encantamento por meio da palavra se revela por uma sensação de estranhamento que acomete o leitor quando menos espera (Santos, 2009, p. 23).

Pelo exposto, é nesse horizonte que se insere o *corpus* da presente dissertação, com efeito, embora as obras da Editora Mostarda materializem-se por meio do registro impresso, elas preservam a essência dessa oralidade e do "encantamento pela palavra" em sua estrutura. Essa preservação ocorre tanto na recuperação das trajetórias das biografadas — mulheres cuja práxis e intelectualidade são historicamente atravessadas pela ancestralidade e pela transmissão oral do conhecimento —, quanto no próprio projeto estético e literário dos livros. Voltadas ao público infantojuvenil, as narrativas emulam o ritmo, a cadência e a musicalidade característicos da contação de histórias, transformando a página escrita em um eco da voz falada que convida à leitura compartilhada. Centradas nas biografias de Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, essas obras oferecem contribuições valiosas ao debate sobre literatura e letramento racial. Com suas trajetórias de vida e produções intelectuais, essas mulheres representam pilares do pensamento negro brasileiro e da resistência frente ao racismo estrutural, tornando-se referências potentes na formação de leitoras e leitores críticos desde a infância.

3. LITERATURA INFANTOJUVENIL DE TEMÁTICA DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: CONCEITOS

Para compreender a magnitude e a necessidade de uma literatura voltada para as relações étnico-raciais na infância, faz-se necessário, primeiramente, retomar os conceitos gerais desse campo de estudo, sem perder de vista que tais marcos teóricos foram construídos, majoritariamente, sob uma ótica ocidental e branca. Segundo Nelly Novaes Coelho (2000, p. 9), entende-se a literatura infantojuvenil como a produção literária voltada para crianças e jovens que une dimensão estética e função formativa; trata-se de um campo que, ao mesmo tempo em que diverte, introduz o leitor em experiências simbólicas e imaginativas, auxilia na construção de sua visão de mundo.

Nesse sentido, para Regina Zilberman (1985, p. 16), a literatura infantil e juvenil deve ser concebida não como uma literatura “menor”, mas como parte integrante da tradição literária, marcada por temáticas e linguagens que dialogam com as especificidades do público em formação. Historicamente, a literatura era apresentada como um conteúdo adulto, portanto deixava a infância à margem desse processo. No artigo “Literatura infantil brasileira (1984), de Lajolo e Zilberman: entre histórias & histórias”, Thiago Alves Valente (2020) realiza uma análise da obra dessas duas autoras — referências imprescindíveis nesse campo — e explica que existe um problema histórico na definição do termo.

O “problema” de definição do objeto reside no adjetivo “infantil”, frequentemente encarado como indício de desqualificação frente à literatura não infantil: “As relações da literatura infantil com a não infantil são tão marcadas, quanto sutis. Se se pensar na legitimação de ambas através dos canais convencionais da crítica, da universidade e da academia, salta aos olhos a marginalidade da infantil” (Lajolo; Zilberman, 1984, p. 11). O termo que instaura o problema é o mesmo que justifica a importância de se estudar uma produção caracterizada não necessariamente por elementos textuais específicos, mas pelo seu modo de circulação (Lajolo; Zilberman *apud* Valente, 2020, p. 246-247).

Sob essa perspectiva, cumpre notar que, se a literatura infantojuvenil em termos gerais já ocupa um espaço de subalternidade na pirâmide da legitimação acadêmica e crítica, as obras de temática negra enfrentam uma dupla marginalização. Trata-se de um duplo processo de invisibilização que opera na intersecção entre a rejeição ao estatuto da

infância — historicamente lido como menor ou puramente utilitário — e o filtro do racismo estrutural, que tende a repelir ou deslegitimar produções marcadas pela racialização. Assim, o gargalo em sua circulação e recepção acentua-se, exigindo do pesquisador um olhar atento a essas duas forças de exclusão que incidem sobre o livro.

Ainda com raízes em um caráter pedagógico e institucional, assumido por vezes um papel meramente didático, a literatura infantojuvenil, paulatinamente, criou sua força e autonomia.

Sob a ótica de Zilberman (1985, p. 99), a literatura infantojuvenil se expande como gênero a partir do momento em que a infância passa a ser considerada não apenas uma faixa etária diferenciada, mas um período de existência com características singulares. Gregorin Filho (2011a), ao refletir acerca do temário, afirma tratar-se de uma produção cultural e artística que considera as especificidades cognitivas, afetivas e sociais da criança, sem subestimar sua capacidade de fruição estética e reflexão crítica.

É preciso considerar, no entanto, que ao beber das fontes clássicas de Nelly Novaes Coelho (2000) e da própria Zilberman (1985), as definições de 'qualidade estética' e 'função formativa' muitas vezes estiveram atreladas a uma mediação branca. Essa mediação, ao selecionar o que se assume como 'apropriado' para a criança, pode acabar por filtrar tensões raciais necessárias, buscando uma harmonia fictícia que silencia a agência política de personalidades negras em favor de uma pedagogia da tolerância mais palatável ao *status quo*.

Esse filtro institucionalizado na literatura reverbera diretamente na negação histórica da própria 'singularidade' da infância negra. Enquanto o constructo teórico universalizante desenha um espaço resguardado de pureza, o racismo estrutural submete a criança negra ao fenômeno da adultização, despojando-a da vulnerabilidade e da proteção social próprias da idade. É precisamente para confrontar essa filtragem e restaurar o imaginário mutilado que a literatura biográfica de mulheres negras se faz urgente. Ao oferecer espelhos de dignidade e intelectualidade, essas obras desafiam o apaziguamento da tolerância e devolvem a esse público o direito de vivenciar sua infância e reconhecer sua agência política em plenitude.

Para além desse tensionamento teórico sobre as subjetividades infantis, cumpre notar que as raízes dessa produção no Brasil antecedem o marco frequentemente citado de Monteiro Lobato, como aponta Fioravanti (2017, s. p.): 'A articulação entre editores, escritores, divulgadores e leitores começou a se formar décadas antes da publicação, em 1920, de *A menina do narizinho arrebitado*.

3.1. DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA À PERSPECTIVA TEMÁTICA

Uma vez compreendida a força formadora desse gênero literário, é preciso observar como ele absorve e tensiona as demandas sociais, especialmente no que tange às relações raciais. É nesse ínterim que emerge a literatura afro-brasileira, um campo rico e diversificado que reflete a cultura, as tradições e as experiências da população negra no Brasil, promove a valorização da diversidade e da ancestralidade. Essa produção, que ganha força a partir da segunda metade do século XX e se consolida nos anos 2000 — impulsionada por políticas públicas e leis educacionais —, destaca-se pelo uso de elementos da oralidade e pelo resgate de mitos e memórias fundamentais para a formação identitária.

No que tange à conceituação desse campo literário, Eduardo de Assis Duarte (2022) estabelece balizas rigorosas. No texto *Faces do Negro na Literatura Brasileira*, o autor revela que a articulação de cinco elementos — autoria, temática, ponto de vista, linguagem e público — configura a existência do texto afro-brasileiro (Duarte, 2022, p. 5). Duarte enfatiza que os traços de negricia do texto seriam oriundos do que Conceição Evaristo chama de “escrevivência”, ou seja, a experiência (neste caso, de um corpo negro) como mote e motor da produção literária, visa subverter imagens cristalizadas pelo imaginário social branco dominante.

Embora o conceito de Duarte seja basilar para a compreensão da autoria negra no Brasil, esta pesquisa alinha-se teórico-metodologicamente aos postulados de Eliane Debus (2017) em sua obra "A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens". Diferentemente de concepções que exigem o pacto autoral negro como condicional única, Debus desloca a centralidade analítica para o texto e para a representação, adota o conceito de "literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira". Para a autora, essa vertente caracteriza-se pelo esforço narrativo e estético de trazer para o centro do enredo a cultura de matriz africana e o enaltecimento de

protagonistas negros. O foco, portanto, reside no potencial de letramento racial que a obra oferece ao leitor em formação.

Para justificar a urgência dessa centralidade temática, Debus (2017) rememora o longo histórico de apagamento e subalternização presente na literatura nacional:

No que diz respeito à presença de personagens negros ou de elementos da cultura africana e afro-brasileira em narrativas de recepção infantil e juvenil, produzidas no Brasil, quase inexistia anteriormente à década de 1970, e, quando isso ocorre, o negro é representado com docilidade servil, submisso ao cumprimento de seu papel de subalternidade (Tia Nastácia, de Monteiro Lobato), ou é aquele que provoca o apiedamento (Menino André, da lenda do Menino do Pastoreiro) ou, ainda, aquele que não é o que é, travestindo-se de outra pele: o negro de alma branca (como Joaquim, de Joaquim, Zuluquim, Zulu, 1983), repercutindo ideias vinculadas, seja pelo regime de subalternidade promovido pela escravização dos povos africanos, seja pela política de branqueamento (Debus, 2017, p. 25-26).

É exatamente como contraponto a esse imaginário histórico, apontado por Debus, que se fundamenta a escolha do *corpus* e a análise do projeto editorial da Editora Mostarda nesta dissertação. Fundada em 2018, a editora possui um projeto assumidamente comprometido com a educação antirracista. Ao adotar a perspectiva da "temática", justifica-se a análise de obras cujos autores de capa podem não ser negros, compreende-se como parte de um esforço coletivo de valorização cultural.

Desta feita, responde-se, assim, às justas demandas sobre representatividade: o projeto da Editora Mostarda não exclui a autoria negra, mas a integra estruturalmente. A editora publica obras de autoria negra direta (como *Contos de Quilombo* e a biografia de *Lélia Gonzalez*, de Flávia Martins de Carvalho) e conta com a consultoria crítica de escritores negros consagrados, como Júlio Emílio Braz, garante, por assim dizer, a legitimidade das narrativas.

Nesse processo de reconstrução do imaginário, a literatura infantojuvenil de temática afro-brasileira resgata um elemento central: a oralidade. Mais do que um recurso didático, a oralidade é uma prática cultural e política de resistência, sendo uma forma legítima de produção de saberes nas culturas africanas. Conforme dialogam Munanga (2005) e Nilma Lino Gomes (2023), valorizar essas expressões é um passo essencial para

a descolonização dos currículos. Essa dimensão formativa antecede a própria alfabetização formal, como expressa Fanny Abramovich (2007) com sensibilidade:

Ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias... Escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e compreensão do mundo... O primeiro contato da criança com um texto é feito oralmente, através da voz da mãe, do pai ou dos avós, contando contos de fadas, trechos da Bíblia, histórias inventadas (Abramovich, 2007, p. 15).

Nesta vertente, a contação de histórias, portanto, não é apenas uma atividade lúdica, mas um gesto ancestral de afirmação identitária. Contudo, ao ingressar no ambiente escolar, essa rica bagagem oral frequentemente se choca com uma estrutura educacional de matriz eurocêntrica, que historicamente privilegiou a cultura escrita e branca.

Nilma Lino Gomes (2003) reflete sobre essa tensão ao analisar a escola como um espaço de disputa simbólica:

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas (Gomes, 2003, p. 77).

A reflexão de Gomes (2003) evidencia que a superação desse histórico excludente passa, obrigatoriamente, pelos materiais que circulam nesse ambiente. Ruth Ceccon Barreiros (2009) aprofunda essa crítica ao constatar que os livros infantis, ao passarem de mão em mão nas séries iniciais, ainda carregam marcas coloniais profundas,

Os estereótipos e preconceitos contra o negro, de forma sutil ou velada, implícita ou explicitamente, refletem-se na sociedade, na história e na literatura. Nessa perspectiva, tomando como dimensão de análise a Literatura Brasileira, em particular a Literatura Infantil [...] constata-se, numa leitura mais atenta de alguns desses textos, a existência de um preconceito sutil ou explícito contra o negro, que poderá influenciar, de algum modo, os seus leitores (Barreiros, 2009, p. 3).

Diante dessa realidade evidenciada por Barreiros (2009), o compromisso com o letramento racial exige que educadores atuem como mediadores intencionais. A fim de

compreender como a academia tem municiado a escola para esse enfrentamento, realizou-se um levantamento do "estado da arte" de produções publicadas na última década (2015-2025) acerca do tema "literatura infantojuvenil com personagens negras".

Nesse horizonte investigativo, a pesquisa de Maria Fernanda Luiz (2022) oferece uma contribuição basilar ao demonstrar como a literatura infantil-negro brasileira interroga, tensiona e expande o campo literário tradicional, um movimento de ruptura que subsidia o mapeamento crítico proposto nesta dissertação. Esse tensionamento ganha contornos práticos nas investigações de Ayodele Floriano Silva (2022) e Adrieli Teixeira (2023), que se debruçam sobre a construção das personagens negras infantis e a análise de elementos identitários em narrativas como *Cabelo Ruim?*. O foco dessas autoras na recepção e na visualidade dialoga diretamente com este estudo, uma vez que evidencia a urgência de se compreender como o texto literário molda a autopercepção da criança. Em complementaridade, Cristiane Veloso de Araujo Pestana (2023) esmiúça as dimensões de representação e representatividade na produção contemporânea, fornecendo o arcabouço necessário para pensarmos o livro como um espelho de legitimação racial.

Sob outra vertente essencial, Fabiely da Silva Barbosa (2023) introduz as categorias de interação, afeto e ancestralidade ao investigar as relações geracionais em obras de temática africana e afro-brasileira. Esse olhar sobre o resgate da memória e o vínculo com o passado reforça a própria engenharia analítica desta pesquisa, visto que as biografias da Editora Mostarda aqui selecionadas recuperam trajetórias de mulheres que se consolidaram como pilares ancestrais da resistência negra.

O conjunto desses trabalhos demonstra um interesse crescente da academia por dimensões como representatividade, protagonismo e práticas pedagógicas antirracistas. Tais pesquisas consolidam um campo teórico comprometido com a valorização de narrativas negras que, desde a segunda metade do século XX, lutam contra o racismo e a discriminação. A partir dos anos 2000, essa produção ganhou força incomensurável, impulsionada não apenas pela resistência de autores negros, mas pela inclusão de temas afrocentrados nas escolas e pela ampliação de políticas públicas voltadas para a educação e a cultura. É a partir desse cenário de políticas afirmativas e da efetivação da Lei n.º 10.639/03 que a literatura se consolida, em definitivo, como um ato político formador de subjetividades empoderadas.

Isto posto, Duarte (2022) revela que,

Os traços de negricia ou negrura do texto seriam oriundos do que a escritora Conceição Evaristo chama de “escrevivência”, ou seja, a experiência como mote e motor da produção literária. Daí o projeto de trabalhar por uma linguagem que subverta imagens e sentidos cristalizados pelo imaginário social oriundo dos valores brancos dominantes. É uma escrita que, de formas distintas, busca se dizer negra, até para afirmar o antes negado. E que, também neste aspecto, revela a utopia de formar um público leitor negro. A articulação desses cinco elementos – autoria, temática, ponto de vista, linguagem e público – configura, a nosso ver, a existência do texto afro-brasileiro (Duarte, 2022, p. 5).

O autor enfatiza que a "escrevivência", termo cunhado por Conceição Evaristo (1996), ou seja, a experiência como mote e motor da produção literária, leva a um projeto de trabalhar por uma linguagem que subverta imagens e sentidos cristalizados pelo imaginário social dominante. Assim, o leitor, nesse contexto, é um participante ativo na construção de novos significados e na desconstrução de narrativas hegemônicas.

As obras biográficas da Editora Mostarda, ao abordar figuras negras de destaque, inserem-se de forma potente no contexto da crescente força dos temas afrocentrados nas escolas e na ampliação de políticas públicas voltadas para a educação e a cultura, o que contribui para o letramento racial.

O conceito de letramento racial, conforme formulado anteriormente pela antropóloga France Winddance Twine (2020), é a capacidade de entender, reconhecer e discutir questões relacionadas à raça e racismo de maneira crítica e informada. Envolve não apenas o conhecimento teórico, mas a habilidade de aplicar esse conhecimento em contextos práticos, promover a empatia e a solidariedade.

Destaca-se que as obras biográficas da Editora Mostarda contribuem para o letramento racial de diversas maneiras:

- **Representatividade e Identidade:** Esses destaques evidenciam algumas das dimensões/questões colocadas pelas crianças às estruturas de organização das instituições, com destaque para as escolas e seus/suas profissionais, assim como para outros espaços de convívio, seja nos âmbitos familiares, de lazer, entre outros, que as pesquisas de diferentes áreas do conhecimento têm apontado sobre as construções e vivências das crianças e suas infâncias nas mais diversificadas condições de existência. Essas traduzem a responsabilidade e a complexidade das análises a serem efetivadas pelos/pelas pesquisadores e pesquisadoras do campo

da educação e de outras áreas e que, sobretudo inserem-se nas lutas antirracistas, a partir dos limites impostos à vida delas, especialmente das negras, pela pobreza, pelos processos perversos de violação dos direitos, especialmente o direito à vida em tempos de retrocessos e grandes ameaças a existência de todos(as) (Gomes; Araújo, 2023, p. 40).

Desta feita, a literatura de temática afro-brasileira amplia a diversidade das narrativas literárias, promove inclusão e garante um espaço onde as vozes negras são ouvidas, representadas e valorizadas. Em um país como o Brasil, onde a população negra ainda enfrenta inúmeros desafios, a visibilidade e a representatividade são fundamentais para a transformação social e a promoção da equidade.

Na coleção Black Power, da Editora Mostarda, esse aspecto visual é tratado com especial cuidado. As figuras históricas retratadas ganham vida por meio de ilustrações vibrantes e expressivas, que capturam sua essência, personalidade e impacto. A fidelidade às características físicas e ao contexto histórico contribui para a humanização desses personagens, facilita a identificação e a inspiração por parte dos leitores mais jovens.

No campo dos estudos literários voltados à produção de autoria e/ou temática negra há o conceito de literatura negro afetiva, proposto pela escritora e pesquisadora Sonia Rosa. Para a autora, a qualidade da obra reside na capacidade de narrar a existência negra com dignidade, cuidado estético e, acima de tudo, afeto.

Rosa argumenta que, se a obra traz todos os elementos culturais bem cuidados, sem resvalar em estereótipos ou folclorizações, deve ser valorizada no campo da educação étnico-racial como um instrumento de construção de subjetividades positivas. É sob essa lente da afetividade política que analisa-se a Coleção Black Power: como um material que, independentemente da assinatura na capa, entrega à criança negra uma imagem de potência e carinho.

As ilustrações desempenham um papel fundamental na literatura infantojuvenil, especialmente quando se trata de obras que visam resgatar e afirmar as identidades negras. As imagens não são apenas uma complementação estética ao texto, mas são uma forma de comunicação poderosa que transmite significados, emoções e identidades de maneira que palavras sozinhas não conseguem.

Sophie Van der Linden (2011), em sua obra *Para ler o livro Ilustrado*, no tópico em que discorre sobre “O que é o livro ilustrado?” afirma que, “Obras que apresentam um texto acompanhado de ilustrações. O texto é especialmente predominante e autônomo do ponto de vista do sentido. O leitor penetra na história por meio do texto, o qual sustenta a narrativa” (Linden, 2011, p. 24).

No caso da literatura infantojuvenil de temática afro-brasileira, as ilustrações são fundamentais para apresentar figuras negras como protagonistas e líderes, romper estereótipos e criar novos modelos de representações positivas de crianças e mulheres negras. Tais imagens ajudam a construir um repertório visual de resistência, esperança e afirmação da identidade negra desde a infância.

Linden (2011) ao discorrer sobre as respectivas funções do texto e da imagem, distingue as relações entre texto e imagem, explicam suas funções,

Função de Repetição - [...] A leitura da segunda mensagem não traz então nenhuma informação suplementar, e o leitor tem a sensação de ler a mesma mensagem de outra maneira. [...] Longe de ser desinteressante, e para além do conforto de leitura que traz ao jovem leitor, a redundância permite instaurar um ritmo, um hábito de leitura que poderá, por exemplo, dar mais peso a um efeito de contradição.

Função de Seleção - [...] O texto pode selecionar uma parte da mensagem da imagem. Essa função, relativa ao texto, remete à noção de ancoragem [*ancrage*] de Roland Barthes.

Função de revelação - [...] O aporte do texto ou da imagem pode assim revelar-se indispensável para a compreensão um do outro que, sem sua contraparte, permaneceria obscuro.

Função Completiva - Quando a segunda expressão intervém sobre a prioritária, pode dar ensejo ao entendimento de um sentido global. Uma completa a outra, fornece informações que lhe faltam, preenche suas lacunas ou brancos, constituindo um aporte indispensável para a compreensão do conjunto.

Função de Contraponto - Uma das expressões pode se caracterizar como contraponto da outra, particularmente por uma quebra das expectativas geradas pela instância da primeira, não mencionando, por exemplo, um elemento que no entanto é central.

Função de Amplificação - Um pode dizer mais que o outro sem contradizê-lo ou repeti-lo. Estende o alcance de sua fala trazendo um discurso suplementar ou sugerindo uma interpretação [...] (Linden, 2011, p. 123, 124).

A literatura infantojuvenil, por sua própria natureza, é altamente visual, dessa forma, segundo Linden, pode-se afirmar que a função entre o texto e as ilustrações são

completivas, “[...] constituindo um aporte indispensável para compreensão do conjunto” (Linden, 2011, p. 124) da obra. Ou seja, as ilustrações não apenas embelezam o texto, contribuem para o entendimento da narrativa, ajudam as crianças a se conectarem com a história e a contextualizar o que leem. Ao tratar-se da literatura afro-brasileira e de temática afro, especialmente das obras que retratam lideranças femininas negras, as ilustrações se tornam ainda mais essenciais, pois têm o poder de modificar a percepção que os leitores, particularmente jovens negros, têm de si mesmos e do mundo à sua volta.

É nesse contexto que o conceito de *escrevivência*, cunhado por Conceição Evaristo, ganha relevância. A autora após ser questionada “E como a oralidade, as experiências cotidianas, elas entram na sua escrita? É daí que você cunha o termo “*escrevivências*”? O que significa exatamente esse conceito?” em uma entrevista realizada por Morgani Guzzo das Catarinas (2021) com título “*Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira*”, afirma,

Eu venho trabalhando com esse termo desde 1994, 1995, quando eu faço a minha dissertação de mestrado, e aí eu começo a fazer um jogo entre escrever-viver, escrever-se-ver, escrever-se-vendo, escrevendo-se, até chegar ao termo *escrevivência*. Mas o ponto de nascimento dessa ideia traz um fundamento histórico, que é esse processo de escravização dos povos africanos e eu estou pensando muito nas mulheres africanas e suas descendentes escravizadas. E por isso que eu digo: ‘a nossa *escrevivência* não é para adormecer os da casa grande, e sim para acordá-los de seus sonhos injustos’ (Evaristo, 2021).

A partir deste conceito, Evaristo (2021) propõe uma escrita que nasce da vivência, da memória e da resistência, especialmente das mulheres negras. Ao trazer para o espaço escolar narrativas que partem da experiência e da ancestralidade, a *escrevivência* se torna uma ferramenta de afirmação identitária e de reconstrução histórica. Permite que crianças negras se reconheçam nas histórias contadas e escritas, e que crianças não negras desenvolvam empatia e consciência crítica.

O processo da criação de identidade passa a se formar muito cedo, como está descrito no livro *Infâncias Negras: vivências e lutas por uma vida justa* (2023), de Nilma Lino Gomes e Marlene de Araújo.

A professora Cristiana Teodoro, ao escrever o prefácio explica que

Em relação à identidade étnico-racial, por exemplo, os estudos demonstram que muito cedo elementos da identidade racial emergem na vida das crianças. Diferentes autores destacam que entre 3 e 5 anos a criança já percebe a

diferença racial, e ao percebê-la, interpreta e hierarquiza como superior e inferior e, ainda, é nessa etapa que as mesmas desejam mudar o tipo de cabelo e a cor da pele; assim, a criança negra parece mais agudamente atenta à diferença racial do que a branca (Teodoro, *apud* Gomes; Araújo, 2023, p. 11).

Faz-se necessário ressaltar a valia e preciosidade de dar espaço para essas crianças gostarem de si mesmas e buscarem em suas próprias trajetórias, uma vida de sucesso e progresso. Stuart Hall (2016), em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, no capítulo “Descentrando o sujeito”, apresenta cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas. No segundo desses “descentramentos”, destaca a “descoberta” do inconsciente por Sigmund Schlomo Freud (1856-1939) como um marco fundamental para a compreensão de que o sujeito não é plenamente consciente de si mesmo (Hall, 2015, p. 23). Essa perspectiva contribui para o deslocamento da ideia de um sujeito centrado, racional e transparente, abre espaço para abordagens mais complexas e aprofundadas sobre identidade e subjetividade. Afirmar que,

A leitura que pensadores psicanalíticos, como Jacques Lacan, fazem de Freud é que a imagem do “eu” como “inteiro” e unificado é algo que a criança *aprende* apenas gradualmente, parcialmente, e com grande dificuldade. Ela não se desenvolve naturalmente a partir do interior do núcleo do ser da criança, mas é formada em relação com os outros; especialmente nas complexas negociações psíquicas inconscientes, na primeira infância, entre a criança e as poderosas fantasias que ela tem de suas figuras paternas e maternas (Hall, 2015, p. 24).

A representação positiva de sujeitos negros, como propõe Hall (2015, p. 24), contribui para a construção de identidades mais plurais e empoderadas, rompe com os discursos hegemônicos, que historicamente marginalizaram esses corpos e saberes. É possível analisar a partir das leituras dos textos sobre o racismo, o conceito da geração, pois além da ancestralidade, o racismo também é algo que perpassa gerações.

O debate em torno da literatura afro-brasileira e da literatura negra revela-se como campo complexo, atravessado por tensões conceituais, políticas e estéticas. Os textos analisados pelo autor destacam que a literatura tem cor na medida em que carrega identidades, valores e visões de mundo, o que conduz à ideia de que a produção afrodescendente possui especificidades históricas e discursivas.

Conceição Evaristo (2009), por exemplo, propõe o conceito de *escrevivência*, no qual a experiência de vida é motor e matéria da produção literária, subverte estereótipos e instaura novos sentidos. Assim, o marcador “afro” na designação da literatura confere-

lhe densidade crítica, sinalizando não apenas uma temática, mas um ponto de vista afroidentificado, que reconfigura linguagem, representação e público.

Historicamente, a literatura afro-brasileira consolidou-se também por meio de iniciativas coletivas e militantes, como os grupos Quilombhoje, Negrícia e Palmares, surgidos nos anos 1970 em diálogo com as pautas do Movimento Negro. Essa dimensão política amplia o alcance da literatura, que passa a se assumir como instrumento de combate ao racismo, de afirmação cultural e de construção comunitária. O marco legal da Lei n.º 10.639/2003 e a criação do portal Literafro (UFMG) reforçam esse processo de legitimação acadêmica e institucional, permite maior visibilidade à produção afrodescendente.

No plano conceitual, diferentes críticos apresentam divergências. Para alguns, como Proença Filho (2004) e Zilá Bernd (1998), a literatura negra pode ser entendida tanto em sentido restrito (produção de autores negros, marcada por visões de mundo próprias) quanto em sentido amplo (*lato sensu*), abarcam textos de qualquer autoria desde que revelem dimensões afrodescendentes. Outros, como Luiza Lobo (1986) e Brookshaw, em entrevista (2022), defendem que apenas a produção de escritores negros deve ser incluída, sob o risco de diluir o caráter político-identitário do conceito. Nesse embate, destaca-se também a diferença entre os termos “negro” e “afro-brasileiro”: enquanto “negro” enfatiza o pertencimento étnico e o posicionamento político, “afro-brasileiro” sugere um processo de mestiçagem cultural e linguística, pode, porém, enfraquecer a afirmação identitária caso seja entendido como diluidor da negritude.

Do ponto de vista analítico, o texto de Duarte (2014) propõe cinco eixos fundamentais para compreender essa literatura: temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público. A temática envolve não apenas personagens e memórias afrodescendentes, mas também tradições culturais e dramas sociais contemporâneos.

A autoria, por sua vez, é controversa: embora alguns defendam a possibilidade de autoria branca sobre temas negros, o vínculo entre experiência e escritura é central para muitos escritores afrodescendentes, recupera tradições orais e coletivas. O ponto de vista evidencia a importância de uma enunciação enraizada na história e na cultura negra. A linguagem busca romper com códigos brancos hegemônicos, instauram novas ordens simbólicas. Por fim, o público constitui tanto um desafio quanto um horizonte, já que a

literatura afro-brasileira procura alcançar leitores diversos e combater o preconceito, sem cair em reducionismos panfletários.

Portanto, a literatura afro-brasileira constitui um campo em devir, simultaneamente dentro e fora da literatura brasileira. Dentro, porque se inscreve na mesma língua e tradição formal; fora, porque questiona a narrativa linear da história literária nacional, introduzem rupturas e suplementos críticos. Mais do que uma categoria temática, trata-se de uma prática discursiva que afirma a voz afrodescendente, tensiona o cânone e denuncia as exclusões históricas. Seu caráter marginal não é sinal de fragilidade, mas de potência transformadora, capaz de reescrever a história literária brasileira sob o signo da diferença.

Conceição Evaristo, em seu ensaio *Literatura negra: Uma poética de nossa afro-brasilidade* (2009), propõe uma reflexão profunda sobre a legitimidade e a especificidade da literatura negra no Brasil, defende que ela é marcada por uma subjetividade construída a partir das vivências de pessoas negras, especialmente mulheres, em uma sociedade estruturada pelo racismo, pelo sexismo e pela desigualdade social. A autora afirma que essa literatura não apenas existe, como carrega uma poética própria, enraizada na afro-brasilidade e nas experiências históricas e afetivas dos sujeitos negros,

A literatura negra se diferencia por trazer à tona memórias, saberes e modos de existência que foram historicamente silenciados. Se constrói como resistência, tanto estética quanto política, ao discurso dominante que nega ou distorce a presença negra na formação da identidade nacional. A autora Evaristo (2009) destaca que, mesmo diante da negação por parte de alguns críticos e escritores, há um corpus literário afro-brasileiro, que afirma sua identidade por meio da valorização da ancestralidade, da oralidade e da linguagem própria.

A autora também analisa como a literatura brasileira tradicional tem representado o negro de forma estereotipada e excludente. Personagens negras são frequentemente retratadas como figuras afásicas, com linguagem limitada ou distorcida, o que revela a tentativa da cultura dominante de controlar e inferiorizar a expressão negra. Além disso, a mulher negra é sistematicamente apagada como figura materna ou heroica, reduzida a estereótipos de sensualidade ou força bruta, sem espaço para subjetividade ou protagonismo.

Percebe-se que a personagem feminina negra não aparece como musa, heroína romântica ou mãe. Mata-se no discurso literário a prole da mulher negra, não lhe conferindo nenhum papel no qual ela se afirme como centro de uma descendência. À personagem negra feminina é negada a imagem de mulher-mãe, perfil que aparece tantas vezes desenhado para as mulheres brancas em geral. Há ainda a mulher-natureza, incapaz de entender determinadas normas sociais, cujo exemplo é a personagem central do romance *Gabriela, cravo e canela* (1958), de Jorge Amado, com a sua postura de uma ingênua conduta sexual. O que se busca argumentar, aqui, é o que essa falta de representação materna para a mulher negra, na literatura brasileira, pode significar. Estaria a literatura procurando apagar os sentidos de uma matriz africana na sociedade brasileira? O imaginário da literatura tenderia a ignorar o papel da mulher negra na formação da cultura nacional? (Evaristo, 2009, p. 24).

Evaristo (2009) aponta que esse apagamento se estende à história oficial, que por muito tempo ignorou a importância dos quilombos, dos líderes negros e das vozes que resistiram à escravidão. A luta por reconhecimento dessas figuras históricas, como Zumbi dos Palmares, Luiza Mahim e João Cândido, é também uma luta por espaço na memória coletiva e na literatura nacional.

Por fim, Evaristo defende que a literatura negra brasileira constitui um contra-discurso à produção hegemônica, traz experiências, linguagens e estéticas que desafiam os padrões estabelecidos. Essa literatura não apenas denuncia as violências históricas, por conseguinte afirma a potência criativa e transformadora dos sujeitos negros, propõe uma nova forma de narrar o Brasil — a partir da vivência negra.

A autora Ananda da Luz Ferreira, em sua obra *A literatura infantil de autoria negra*, explica que a literatura infantil, historicamente desvalorizada e, muitas vezes, reduzida a uma função meramente pedagógica, enfrenta ainda maiores desafios quando atravessada pelas questões étnico-raciais (Ferreira, 2023). Pesquisadores como Peter Hunt (2010) apontam o caráter precário de sua legitimação no campo literário, evidencia a urgência de reafirmar seu estatuto artístico, capaz de promover diálogos interdisciplinares e encontros de saberes.

Ainda porque, o campo da literatura infantil é pouco valorizado, como afirma o pesquisador Peter Hunt (2010, p. 10): “não que a literatura infantil seja universalmente aceita. Em muitos países, ela tem uma existência precária e é encarada com ceticismo”. Muitas vezes, encontramos a literatura infantil apenas reduzida ao fazer pedagógico, invisibilizando seu caráter artístico literário. Antes de prosseguir com o debate, é importante ressaltar a urgência das literaturas habitarem as escolas de modo que reforcem o seu caráter literário e não utilitário. Ainda porque, a literatura por si só gera diálogos

interdisciplinares, ou seja, é um território de conversas e muitos encontros, inclusive com os muitos saberes (Ferreira, 2023, p. 21).

Nesse cenário, destaca-se a persistente invisibilidade das personagens negras e da autoria negra nos livros voltados às infâncias. Quando representados, tais personagens foram, durante muito tempo, retratados de forma estereotipada: mulheres negras associadas exclusivamente ao trabalho doméstico, ausência de protagonismo, falta de nome ou história, ou ainda a vinculação da cor à sujeira e à maldade (Lima, 2015; Araújo, 2019 apud Ferreira, 2023). Esse processo reflete o racismo estrutural que permeia o mercado editorial, onde editoras de grande porte ainda negligenciam autorias negras, empurram para editoras independentes ou pequenas, restringem, assim, o alcance dessas produções.

Contudo, o campo tem se transformado a partir da emergência de novas autorias e do fortalecimento de conceitos que nomeiam os fazeres literários de escritoras e escritores negros.

Eliane Debus, por exemplo, categoriza diferentes vertentes das produções infantojuvenis de temática da cultura africana e afro-brasileira – conceito adotado para o corpus deste trabalho –, sublinha a necessidade de manter o debate aberto.

A metáfora da mala sem trinco anunciada na apresentação deste livro é retomada, senão para concluir o que foi proclamado, para dizer da disposição em continuar a viagem, deixando o trinco aberto, pois, concordando com Edmilson de Almeida Pereira, "[...] diante de tantas palavras, o menino sorri curioso. Seus olhos procuram nas outras coisas, como se nada estivesse pronto." Conhecer a produção literária para crianças e jovens que tematiza a cultura africana e afro-brasileira é de fundamental importância para pensar a formação de leitores-cidadãos e uma sociedade antirracista, pois a linguagem literária, como já destacado, por mim, em *Negro no Brasil: política, cultura e pedagogias*, [...] tecida pelos fios da imaginação, confecciona um enredo de transparências, de encontros e diferenças (Debus, 2017, p. 111-112).

A metáfora da "mala sem trinco", evocada por Debus (2017), ilustra com precisão a dinamicidade dessa vertente literária. Longe de ser um campo cristalizado ou encerrado em si mesmo, a produção de temática afro-brasileira é um convite contínuo à descoberta e à construção de novos imaginários. Para a autora, o contato com essa literatura transcende a fruição estética; trata-se de um ato político e pedagógico. É por meio dos

enredos "tecidos pelos fios da imaginação" que a criança vivencia o encontro com as diferenças, o que se torna um pilar indispensável para a formação do "leitor-cidadão" e para a pavimentação de uma sociedade efetivamente antirracista.

Inspirar-se nessa perspectiva de um campo plural e em constante movimento (de "trinco aberto"), torna-se imprescindível investigar como as diferentes categorias literárias mapeadas pela teoria se materializam na prática do mercado editorial. Ao nos debruçarmos sobre as fichas catalográficas e a composição das equipes editoriais da coleção aqui analisada, é possível observar que a obra reflete a complexidade apontada por Debus. Nesse sentido, identificam-se três movimentos distintos na concepção de autoria dos livros que compõem a coleção:

1. **Autoria Negra Afirmativa:** Obras como *Lélia Gonzalez* e *Maria Firmina dos Reis*, onde a autoria negra é preservada, atendem plenamente aos critérios de literatura afro-brasileira.
2. **Escrita Colaborativa/Supervisionada:** Casos como as biografias de *Sueli Carneiro* e *Beatriz Nascimento*. Embora assinadas por projetos colaborativos, contam com a consultoria e presença ativa na equipe de **Júlio Emílio Braz**, autor negro consagrado na literatura infantojuvenil, o que confere um selo de legitimidade e cuidado no tratamento do tema.
3. **Literatura de Temática Afro-brasileira:** Obras como *Carolina Maria de Jesus* e *Conceição Evaristo*, escritas por autores não negros. Nestes casos, aproximamo-nos do conceito de Debus (2017), onde o valor reside na potência da temática, na ausência de estereótipos e na função pedagógica de apresentar essas lideranças às crianças.

No que diz respeito à produção literária para infância e para juventude essa discussão ainda é novidadeira, mas posso dizer que os títulos que circulam atualmente no mercado editorial brasileiro estão divididos em três grandes categorias: 1) literatura que tematiza a cultura africana e afro-brasileira; 2) literatura afro-brasileira; e 3) literaturas africanas. A primeira categoria está circunscrita a uma literatura que traz como temática a cultura africana e afro-brasileira, sem focalizar aquele que escreve (a autoria), mas sim o que tematiza. A segunda é aquela escrita por escritores afro-brasileiros mesmo com as dificuldades de delimitação, pois se trata de "um conceito em construção" (Duarte, 2008) (Debus, 2017, p. 26).

Para compreender a relevância da literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira no contexto analisado, é necessário observar não apenas a estrutura do mercado editorial, mas principalmente o impacto social que a circulação dessas narrativas gera no público infantil.

Nesta pesquisa, o *corpus* é composto por cinco obras da *Coleção Black Power* (Editora Mostarda) focadas em intelectuais e escritoras negras fundamentais para a história do Brasil: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento.

Ao realizar o levantamento de autoria das obras, observa-se uma característica recorrente no mercado editorial brasileiro: a presença de autores brancos na assinatura principal de narrativas focadas em trajetórias negras, não raro, em modelos de coautoria colaborativa. A Tabela 1 sistematiza o levantamento de autoria e ilustração das obras do *corpus*:

Tabela 1: Levantamento de Autoria e Ilustração do Corpus Escolhido

Obra biografada	Autor em destaque	Identidade Racial	Ilustrador	Identidade Racial do Ilustrador	Coautoria/ Ilustração Colaborativa
Beatriz Nascimento	Maria Julia Maltese	Branca	Eduardo Vetillo	Branco	Presença de Júlio Emílio Braz no texto
Carolina Maria de Jesus	Orlando Nilha	Branco	Leonardo Malavazzi	Branco	X
Conceição Evaristo	Orlando Nilha	Branco	Leonardo Malavazzi	Branco	X
Sueli Carneiro	Rodrigo Luis	Branco	Eduardo Vetillo	Branco	X
Lélia Gonzalez	Flávia Martins de Carvalho	Negra	Leonardo Malavazzi	Branco	Jefferson Costa (ilustrador negro)

Fonte: Elaborado pela autora com base no catálogo da Editora Mostarda, 2026.

A partir do levantamento exposto na Tabela 1, evidencia-se que a assinatura de capa de parte dessas biografias é majoritariamente ocupada por pessoas não negras. Embora o debate contemporâneo sobre o "lugar de fala" e a representatividade no mercado editorial seja legítimo e necessário, é preciso observar as nuances e a seriedade

da cadeia produtiva dessa coleção. Cumpre destacar um aspecto fundamental do projeto da Editora Mostarda: a presença ativa do renomado escritor negro Júlio Emílio Braz na equipe editorial. Sua atuação direta na supervisão, consultoria e análise textual das obras garante que, mesmo quando a autoria de capa não é negra, o texto final seja perpassado por um rigoroso letramento racial e por um selo de legitimidade da autoria negra nos bastidores da produção.

Assim, o conceito de Eliane Debus (2017) permite ler o *corpus* desta pesquisa não pela ausência da autoria negra em títulos específicos, mas pela presença afirmativa da temática afro-brasileira que transversaliza o catálogo da editora. Ao analisar as obras por uma lente pedagógica e de recepção, constata-se que elas cumprem com excelência um papel social indispensável, destacam-se nos seguintes aspectos:

- **Construção de Identidade e Autoestima Positiva:** A literatura infantil atua como um espelho. Ao apresentar figuras como Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e Sueli Carneiro como protagonistas, pensadoras e construtoras da história nacional, a coleção oferece referenciais positivos para as crianças negras. Esse processo é vital para a desconstrução de estereótipos seculares e para a formação de uma autoimagem fortalecida.
- **Efetivação de Políticas Públicas Educacionais:** As obras instrumentalizam o fazer docente, oferece material literário e visual de qualidade para a aplicação da Lei 10.639/03. Além disso, vão ao encontro das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estimula a valorização da diversidade.
- **Democratização do Acesso às Trajetórias Negras:** Mesmo que a mediação da escrita passe, em alguns casos, por autores brancos, o produto literário atinge com sucesso o seu objetivo primordial: fazer com que as histórias de mulheres negras brilhantes cheguem às salas de aula e às mãos das crianças em uma linguagem acessível e encantadora.

Para além da temática de Debus (2017), essas produções dialogam intimamente com outras propostas conceituais potentes. Sônia Rosa (2021), por exemplo, propõe o conceito de "Literatura Negro-Afetiva", que se ancora no afeto como estratégia para contribuir com o debate racial. Já Kiusam de Oliveira (2020) desenvolve a noção de "Pedagogia Eco-Ancestral", dentro da qual a literatura ocupa um papel de encantamento e empoderamento das crianças. De modo semelhante, Cidinha da Silva (2021) e Azoilda

Trindade (2014) ressaltam que trazer a voz e o protagonismo negro para a cena literária significa devolver visibilidade e humanidade a existências historicamente silenciadas, combatem o epistemicídio.

Nesse viés, a seleção específica das obras que compõem o *corpus* desta pesquisa justifica-se por estarem organicamente inseridas nesse projeto editorial engajado. Soma-se a isso a materialidade e o alcance de sua circulação: estas obras encontram-se atualmente nas salas de aula da Educação Básica, fruto de aquisição recente realizada pela Prefeitura de Londrina-PR, o que reafirma o compromisso desta pesquisa em dialogar diretamente com os docentes da rede básica. Desse modo, esta pesquisa reafirma o compromisso amplo de dialogar não apenas com a academia, entretanto, diretamente com os docentes da rede básica que têm essas obras em mãos para o trabalho pedagógico diário⁴.

Depreende-se que a coleção se configura como um território de insurgência. Através das trajetórias de cinco intelectuais, o *corpus* analisado não apenas narra vidas, mas institui um novo marco civilizatório para as infâncias, formam uma constelação de saberes que desafiam a "casa-grande" literária:

- **Carolina Maria de Jesus** e sua resistência pela palavra-sobrevivência;
- **Conceição Evaristo** e a poética visceral da escrevivência;
- **Beatriz Nascimento** e a ressignificação do quilombo como território interior de paz;
- **Lélia Gonzalez** e a denúncia da falsa democracia racial através da amefricanidade;
- **Sueli Carneiro** e a luta contra a anulação da razão negra.

Contudo, a escolha dessas cinco trajetórias de destaque incontornável convoca a um tensionamento necessário sobre o critério da excepcionalidade na literatura infantojuvenil de temática negra. Ao centrar o olhar em figuras que atingiram o ápice da produção intelectual e política no país, corre-se o risco de, involuntariamente, flertar com o mito da

⁴ Cabe ressaltar que as reflexões em torno destas obras foram partilhadas e enriquecidas durante minha participação no curso vinculado ao projeto de extensão coordenado por minha orientadora, realizado em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), no qual tive a oportunidade de tratar e debater essas obras diretamente com os docentes da Educação Básica londrinense.

'supermulher negra'. Esse arquétipo, historicamente prejudicial, tende a romantizar a sobrecarga e a exigir uma resiliência heroica para que a dignidade do sujeito negro seja validada. Para o leitor infantil em formação, focar apenas no extraordinário pode mascarar o peso da exclusão estrutural, sugerindo uma perspectiva meritocrática onde o sucesso depende unicamente do esforço individual. Todavia, esse limite intrínseco não diminui a potência da coleção; ao contrário, contextualiza sua urgência como um primeiro e indispensável movimento de reparação. Antes de narrar o cotidiano ordinário, fazia-se necessário fixar balizas de excelência que devolvessem às crianças o orgulho e o direito a referências de liderança e poder.

Sob esse prisma, a análise demonstrou que a eficácia na transmissão desses conceitos densos (como amefricanidade e epistemicídio) reside na interação multimodal entre texto e imagem. Como postula Linden (2011), as ilustrações de Malavazzi, Vetillo e outros artistas não ocupam um lugar meramente acessório; exercem funções de amplificação. Para a criança em formação, ver Sueli Carneiro em uma biblioteca ou Lélia Gonzalez com seu turbante azul é um ato de letramento racial visual que precede e complementa a decodificação do texto, combate a herança colonial que historicamente associou o corpo negro apenas ao trabalho braçal.

Ao articular os pressupostos desses pensadores e a materialidade dos livros, compreende-se que a formação da identidade étnico-racial exige um "espelho" literário que reflita potência. Cabe ressaltar a pertinência da demarcação etária desta pesquisa: ao focar na primeira infância — abarcam leitores e ouvintes entre os 3 e 5 anos de idade —, o trabalho atua na base da formação cognitiva e social. É justamente para esse público em tenra idade que a Literatura Negro-Afetiva encontra nestas obras biográficas sua máxima expressão: a capacidade de narrar a adversidade histórica e celebrar a agência negra como motor da história brasileira.

Dessa forma, as obras da Coleção Black Power cumprem a utopia de formar um público leitor afrodescendente, conforme defendido por Duarte (2022). Provam que a literatura infantojuvenil de temática negra é um campo em devir, capaz de reescrever o passado para garantir que as futuras gerações não apenas se vejam representadas, mas se saibam herdeiras de uma tradição de intelectuais, filósofas e rainhas que transformaram o Brasil.

3.2 O GÊNERO BIOGRAFIA NA LITERATURA INFANTOJUVENIL

Uma obra biográfica narra a vida de uma pessoa real. Trata-se de gênero literário, que pode ser escrito em primeira ou terceira pessoa e inclui detalhes sobre a infância, adolescência, vida adulta, conquistas, desafios e influências da pessoa biografada. Obras biográficas têm como objetivo proporcionar uma visão íntima e abrangente da vida do biografado, contextualizando sua trajetória dentro de um período histórico, social e cultural específico, como sugere Marcela de Oliveira Santos Silva (2021), no artigo *Biografia, um exercício historiográfico*. A escrita biográfica apresenta elementos pertencentes ao gênero: pesquisa detalhada, uma narrativa cronológica, o contexto histórico e social, a exploração de temas e motivações do biografado. A autora ressalta que,

Um dos pressupostos da escrita biográfica refere-se à vida constituindo um todo, um conjunto orientado e coerente, que deve ser compreendido como uma “expressão unitária de um projeto”. [...] O relato biográfico ou autobiográfico propõe acontecimentos com sucessões cronológicas, organizando-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. Bourdieu salienta que o biógrafo tem o interesse de aceitar a premissa da “existência narrada” (Silva, 2021, p. 2).

As biografias desempenham um papel fundamental na valorização de trajetórias inspiradoras, permitem que histórias de vida significativas sejam conhecidas e transmitidas a outras pessoas. O relato biográfico tem como objetivo principal informar, apresentar aspectos relevantes da vida do sujeito retratado.

A pesquisadora Vivian Stefanne Soares Silva (2024), em seu artigo *Produção, Validação e Difusão: Biografias de personagens negros para as crianças*, destaca que, com o amadurecimento crescente na experimentação dessas obras literárias não é mais possível classificá-las estritamente como textos não ficcionais. Embora cumpram a função de transmitir conhecimento, a forma como esse objetivo é alcançado tem se apoiado cada vez mais em um projeto intermídia, que articula diferentes linguagens e formatos para ampliar o alcance e o impacto dessas narrativas (Silva, 2024, p. 157).

É possível perceber que a leitura de biografias, especialmente de figuras femininas inspiradoras, desempenha um papel crucial na formação da identidade das crianças,

principalmente as negras. Isso é particularmente verdadeiro durante o processo educacional, no qual as crianças estão em desenvolvimento das percepções de si e do mundo ao seu redor.

La lectura de estas obras propicia una aproximación a referentes históricos y representa un ejercicio de justicia social, puesto que su conocimiento ayudará a recuperar la identidad de mujeres invisibilizadas durante siglos y a observar mediante perspectivas interdisciplinarias la difusión y el desarrollo de este género literario poliédrico. Además, conocer la vida de mujeres que lucharon por una sociedad más justa e igualitaria es un paso imprescindible hacia la coeducación, tanto por ofrecer referentes femeninos con los que identificarse niñas y niños, como por elaborar una perspectiva histórica más respetuosa con figuras que lucharon, en la mayor parte de los casos, más que sus coetáneos hombres para un merecido reconocimiento social, que no siempre lograron. por el simple hecho de ser mujeres (Debus, Mociño-Gonzales, 2020, p. 2).

A leitura destas obras incentiva a aproximação às referências históricas e representa um exercício de justiça social, uma vez que o seu conhecimento ajudará a recuperar a identidade de mulheres invisibilizadas durante séculos e a observar, através de perspectivas interdisciplinares, a difusão e o desenvolvimento deste gênero literário multifacetado. Além disso, conhecer a vida das mulheres que lutaram por uma sociedade mais justa e igualitária é um passo essencial para a coeducação, tanto por oferecer referências femininas com as quais meninas e meninos possam se identificar, como por desenvolver uma perspectiva histórica mais respeitosa com figuras que lutaram, em na maioria dos casos, mais do que os seus contemporâneos do sexo masculino pelo merecido reconhecimento social, que nem sempre alcançaram. pelo simples fato de ser mulher (Debus, Mociño-Gonzales, 2020, p. 2)⁵.

As obras biográficas oferecem às crianças trajetórias inspiradoras, como a de Carolina Maria de Jesus, pois destacam a capacidade de superação das adversidades e alcance de grandes feitos, tornam-se imagens positivas para as crianças negras. Além disso, quando se centra na biografia de mulheres negras, colocam-se em primeiro plano tradições e raízes ancestrais, o que é fundamental para o desenvolvimento de uma identidade positiva e um senso de pertencimento.

Ao procurarmos por relatos de biografias de sujeitos negros, encontramos demasiada escassez de estudos. Pareceu-nos relevante, no entanto, questionar quais são os sujeitos negros biografados considerando que o gênero tem se tornado tendência mercadológica. Indo além, considerando a instrumentalidade educativa da biografia, questionamos quais seriam as vidas tidas como exemplares e de que forma elas estariam sendo difundidas para as crianças. [...] Foram analisadas mais de 80 casas editoriais por meio de seus catálogos, sites e, até mesmo, entrevistas. O principal resultado deste mapeamento foi a percepção de que, durante estes 15 anos, foram publicados aproximadamente 126 títulos, entre obras traduzidas e nacionais. No entanto, o que nos causa espanto é que apenas 23 traziam um negro como protagonista, e apenas 3 traziam uma mulher negra como destaque (Silva, 2024, p. 160).

⁵ Tradução Google Tradutor

Conhecer as diversas trajetórias de vida de mulheres de várias partes do mundo e de diferentes períodos históricos enriquece a compreensão das crianças negras e não negras sobre a diversidade humana, além de promover a empatia e o respeito por outras culturas e experiências. Sendo assim, para crianças não negras é de suma importância compreender que os lugares de lideranças históricas e grande reconhecimento podem ser ocupados por pessoas negras. Nesse sentido, a construção da identidade negra na infância passa, inegavelmente, pela dimensão estética. Como aponta Ananda da Luz Ferreira (2019) em seu texto *Histórias de lá e de cá: fortalecendo a identidade racial na educação infantil*, a literatura para crianças precisa operar uma 'pedagogia do encantamento', onde o cabelo crespo, a pele retinta e os traços negroides deixam de ser marcas de subalternidade para se tornarem signos de beleza e poder.

Ofertar literaturas infantis que tragam personagens negras de forma positivada e como protagonistas das suas histórias são essenciais para a formação identitária das crianças, mas principalmente para a toda a comunidade escolar que terá a oportunidade de conhecer uma personagem negra em um contexto diferente alargando a possibilidade de conceber o mundo (Ferreira, 2019, p. 23).

Nas obras analisadas, observa-se esse esforço estético, que vai ao encontro do que se define como uma literatura que não apenas informa, mas que cura feridas subjetivas através da imagem positiva. A história tradicional tende a focar em figuras masculinas, reforçando o estereótipo patriarcal e negligenciando as contribuições das mulheres, especialmente as negras. Biografias de mulheres negras contribuem para corrigir essa lacuna, bem como proporcionar às crianças negras e não negras uma visão mais completa e equilibrada da história considerada oficial.

Além disso, ver mulheres como protagonistas de suas próprias histórias empodera essas crianças e ajuda a desafiar estereótipos de gênero. A representatividade na literatura biográfica valida as experiências das meninas e lhes dá exemplos concretos de que elas também podem ser protagonistas em suas próprias vidas.

Durante siglos en la sociedad dominó la visión de una supuesta inferioridad femenina de carácter moral, intelectual y biológica (Esperanza Bosch; Victoria Ferrer; Aina Alzamora, 2006), frente a una supuesta masculinidad asociada a grados superiores de perfección (Silvia García; Eulalia Pérez, 2017) y de “verdades incuestionables”, que venían irremediabilmente marcadas por los cromosomas, las hormonas y los caracteres sexuales primarios y secundarios (Mavi Carrera *et al.*, 2015). Estos argumentos, carentes de fundamentación

científica y más próximos a la naturaleza del mito, han sido alimentados tanto por la cultura oficial, como por la popular, utilizándolos como justificación para el mantenimiento de la situación de privilegio masculino. No olvidemos que la cultura y el relato nos construyen y modifican internamente mucho más que las leyes (Leticia Dolera, 2018, p. 30), de ahí que, aunque en la sociedade actual exista una igualdad formal, el patriarcado se asienta en los roles y estereotipos que se reproducen a través de lo simbólico. Esto determina que, mientras el imaginario cultural siga siendo patriarcal, nuestra imaginación y relaciones también lo serán, pese a que seamos iguales ante la ley. O lo que es lo mismo, la valoración social desigual de lo masculino y lo femenino y los comportamientos y rasgos que se consideran propios de cada sexo conforman el *status quo* del sistema patriarcal imperante, que no surge en una generación, sino que es transmitido de una a otra mediante la educación y/o el proceso de socialización (Bosch; Ferrer; Alzamora, 2006, apud Debus, Mociño-Gonzales, 2020, p. 2).

Durante séculos, a sociedade foi dominada pela visão de uma suposta inferioridade feminina de natureza moral, intelectual e biológica (Esperanza Bosch; Victoria Ferrer; Aina Alzamora, 2006), comparada a uma suposta masculinidade associada a graus mais elevados de perfeição (Silvia Garcia; Eulalia Pérez, 2017) e “verdades inquestionáveis”, que foram irremediavelmente marcadas por cromossomos, hormônios e personagens. sexual primária e secundária (Mavi Carrera *et al.*, 2015). Estes argumentos, desprovidos de fundamentação científica e mais próximos da natureza do mito, têm sido alimentados tanto pela cultura oficial como pela cultura popular, utilizando-os como justificação para a manutenção da situação de privilégio masculino. Não esqueçamos que a cultura e as histórias nos constroem e modificam internamente muito mais do que as leis (Leticia Dolera, 2018, p. 30), portanto, embora na sociedade atual haja igualdade formal, o patriarcado se baseia nos papéis e estereótipos que se reproduzem através do simbólico. Isto determina que, enquanto o imaginário cultural permanecer patriarcal, o nosso imaginário e as nossas relações também serão patriarcais, apesar de sermos iguais perante a lei. Ou o que dá no mesmo, a valorização social desigual do masculino e do feminino e os comportamentos e traços considerados típicos de cada sexo constituem o *status quo* do sistema patriarcal vigente, que não surge em uma geração, mas é transmitido de um para outro por meio da educação e/ou do processo de socialização (Bosch; Ferrer; Alzamora, 2006) (Bosch; Ferrer; Alzamora, 2006, apud Debus, Mociño-Gonzales, 2020, p. 2)⁶.

Ao destacar as realizações e lutas de mulheres, as biografias promovem a igualdade de gênero, incentivando o público infantil a valorizar e respeitar a agência feminina na sociedade, combatendo o apagamento simbólico produzido pela estrutura patriarcal. Pelo exposto, compreende-se que as biografias podem ser levadas aos alunos e alunas para ensinar não só história, mas valores éticos e morais.

O processo de ler e analisar biografias ajuda as crianças a desenvolverem habilidades de leitura crítica e reflexão. Aprendem a fazer conexões entre a vida do biografado e suas próprias experiências, além de desenvolver um pensamento crítico sobre o contexto histórico e cultural das narrativas.

⁶ Tradução: Google Tradutor.

Além disso, fomentam o desenvolvimento de habilidades críticas e motivam as crianças a perseguirem seus sonhos e objetivos. A leitura de biografias pode ainda despertar o interesse pela pesquisa sobre as autoras e autores dessas obras, incentivar os estudantes a conhecerem outras produções literárias dessas figuras.

Atividades como rodas de conversa, produção de pequenas resenhas, criação de linhas do tempo com os marcos da vida do biografado, ou até dramatizações baseadas em trechos das obras, são estratégias que fortalecem o vínculo entre leitura, escrita e identidade. Essas práticas contribuem significativamente para a formação leitora na Educação Básica, ao ampliar o repertório cultural das crianças e promover o protagonismo de vozes historicamente silenciadas.

Nesse sentido, a biografia, ao apresentar trajetórias de pessoas negras que desafiaram as estruturas de opressão, atua como um instrumento de desconstrução de estereótipos e de valorização da diversidade.

No artigo “Stuart Hall e as questões étnico raciais no Brasil: cultura, representações e identidades”, publicado em 2016, os autores Maria Angélica Zubaran, Maria Lúcia Wortmann e Edgar Roberto Kirchof, afirmam que, Stuart Hall em seu texto “Que negro é esse na cultura negra”, argumenta que a representação não é apenas um reflexo da realidade, mas um processo ativo de construção de significados.

Também em seu texto *Que negro é esse na cultura negra*, Hall nos convoca a livrar-nos dos essencialismos culturais e a “dirigirmos nossa atenção criativa para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra”. Para Hall, a perspectiva que enxerga as identidades negras como as “tradições deles versus as nossas”, mutuamente excludentes, autônomas e autossuficientes, é incapaz de compreender as formas híbridas da estética diaspórica. Hall afirma que é necessário um movimento para além dos essencialismos dentro da cultura e das identidades negras, para além da oposição entre “nós” e “eles”: “negro não é uma categoria que possua uma essência”; por isso, é necessário promover o “fim da noção ingênua de um sujeito negro essencial” e defender que não há como escapar das políticas de representação. Neste sentido, Hall sustenta novamente que as identidades culturais são construídas dentro da representação, na forma como somos representados para os outros e para nós mesmos em contextos específicos e historicamente datados (Hall *apud* Zubaran; Wortmann; Kirchof, 2016, p. 31).

Ao representar determinados grupos sociais, a cultura pode tanto reforçar estereótipos quanto desafiá-los. Para Hall (2015), os estereótipos operam por meio da redução e fixação de características, cria imagens simplificadas e repetitivas que naturalizam desigualdades. Ao trazer para o espaço escolar narrativas que rompem com

essas imagens cristalizadas, a literatura infantojuvenil de temática afro e africana contribui para a ressignificação das identidades negras e para a construção de uma consciência crítica sobre as relações étnico-raciais.

O uso da biografia, nesse campo, constitui estratégia potente de resistência e afirmação identitária, especialmente no contexto da formação leitora de crianças negras. Ao apresentar trajetórias de figuras históricas e contemporâneas que enfrentaram o racismo e a exclusão social, essas narrativas oferecem modelos positivos de identificação e inspiração.

A biografia, nesse sentido, atua como um instrumento de valorização da memória coletiva e de reconstrução da autoestima, permite que as crianças reconheçam em si mesmas a possibilidade de protagonismo e sucesso. Nesse contexto, a biografia também pode ser compreendida como uma forma de resistência discursiva, pois desafia os discursos dominantes que historicamente invisibilizaram sujeitos negros, reconfigura os sentidos atribuídos à negritude e à infância negra.

Nelci Alves Coelho Silvestre (2015) em sua tese de intitulada *O jogo das máscaras: uma análise sobre a (perda da) identidade em Dançando no Escuro, de Caryl Phillips*, explica sobre a resistência discursiva.

O último tipo de resistência e o mais importante para os estudos literários, de cultura e artes em geral é o revide discursivo, empregado pelo colonizado para fazer ruir a sistemática monolítica do colonizador. Muito mais eficaz na defesa do colonizado, a resistência discursiva consiste em resistir sem fazer uso da violência, em empregar táticas para se defender dos moldes europeus impostos ao colonizado. Isso posto, trataremos agora das estratégias discursivas como formas de resistência: a mímica, a paródia e a cortesia dissimulada (Silvestre, 2015, p. 252).

Nesse horizonte, as narrativas biográficas, ao articular memória, resistência e representatividade, constituem-se como ferramentas pedagógicas potentes na promoção de uma infância mais justa, plural e consciente de sua história. É a partir dessa compreensão que o próximo subcapítulo se debruça sobre obras biográficas direcionadas ao público infantojuvenil, analisa como essas produções contribuem para a construção de identidades afirmativas e para a valorização das trajetórias de pessoas negras.

Nelci (2015) explica que o 'revide discursivo' é empregado pelo colonizado para fazer ruir a sistemática monolítica do colonizador. Trata-se de uma resistência discursiva que consiste em resistir sem fazer uso da violência, em empregar táticas para se defender dos moldes europeus impostos.

Em suma, o gênero biográfico na literatura infantojuvenil de temática afro-brasileira deixa de ser um mero registro passivo do passado para se consolidar como uma tecnologia de reparação política e subjetiva. Ao tensionar e preencher as lacunas históricas do mercado editorial com narrativas de protagonismo e liderança, essas obras oferecem às infâncias um espelho de dignidade e um potente instrumento de letramento racial. Contudo, para compreender a fundo os mecanismos que sustentam essas trajetórias e orientam a análise deste *corpus*, faz-se indispensável convocar as lentes teóricas que estruturam essa resistência. Desse modo, a seção a seguir dedica-se a articular os pilares do Feminismo Negro, da Interseccionalidade e da Escrivência, eixos fundamentais para a leitura crítica das obras selecionadas.

3.3 PILARES TEÓRICOS: FEMINISMO NEGRO, INTERSECCIONALIDADE E ESCRIVÊNCIA

Ao analisar as obras que retratam Carolina Maria de Jesus (2019), Conceição Evaristo (2021), Beatriz Nascimento (2022), Sueli Carneiro (2022) e Lélia Gonzalez (2022), por exemplo, é possível explorar como suas escritas – conceito cunhado por Evaristo (1996) para descrever a escrita que nasce da experiência de vida de mulheres negras – são transpostas para o universo infantojuvenil.

A relevância dessas pensadoras negras reside não apenas na riqueza de suas produções literárias e teóricas, mas também na forma como suas vidas se tornaram inspiração para narrativas que promovem a autoestima e o reconhecimento da identidade negra desde a infância. A análise dessas obras, com base em suas ilustrações e na forma como retratam essas autoras, permitirá evidenciar como a representação visual complementa a narrativa textual na construção de uma imagem positiva e empoderadora, alinhando-se aos princípios do letramento racial e da educação étnico-racial.

Essa articulação conceitual ganha profundidade histórica a partir das reflexões de Sueli Carneiro (2011), ao problematizar o lugar da mulher negra na sociedade. Carneiro

(2011) pontua as assimetrias fundamentais entre o feminismo de matriz eurocêntrica e as demandas das mulheres negras, visto que estas fizeram parte de um contingente que, durante séculos de escravização e subalternidade, esteve submetido ao trabalho braçal nas lavouras e no âmbito doméstico.

Desse modo, o conceito de sobrevivência e a própria biografia dessas intelectuais tornam-se ferramentas de insurgência, pois narram trajetórias que não se assemelham à lógica do feminismo hegemônico. Para respaldar essa leitura, a obra de bell hooks (2013), *Ensinando a Transgredir*, fornece o estofo crítico ao adotar uma perspectiva firmemente alicerçada na interseccionalidade. Como ferramenta teórica e metodológica, a interseccionalidade permite compreender que as estruturas de opressão não operam de maneira isolada, mas sim no entrelaçamento dinâmico e indissociável entre os marcadores de raça, gênero e classe social. Sob essa ótica, ao nos debruçarmos sobre a biografia de Carolina Maria de Jesus, evidencia-se que sua escrita de sobrevivência não é fruto exclusivo da racialização, mas sim da experiência confluyente de ser uma mulher negra, periférica e arrimo de família.

Assim, hooks destaca a urgência de práticas pedagógicas que rompam com essa lógica multifacetada de dominação, promovendo a escuta e a valorização de vozes historicamente silenciadas. No contexto da literatura infantojuvenil, essas reflexões transformam a leitura em um ato político de resistência e reconstrução identitária:

A educação como prática da liberdade é um jeito de aprender que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizagem é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é simplesmente compartilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo (hooks, 2013, p. 23).

As reflexões de hooks (2013) sobre práticas pedagógicas libertadoras e comprometidas com a escuta das vozes silenciadas encontram ressonância direta nas discussões sobre o letramento racial. Ao considerar a leitura como um ato político e transformador, a autora amplia o entendimento sobre o papel da educação na construção de sujeitos críticos e conscientes de sua posição no mundo. Nesse sentido, o conceito de letramento racial surge como uma extensão prática dessas ideias, propondo ações

pedagógicas que não apenas reconhecem o racismo estrutural, mas o enfrentam de forma ativa e intencional no cotidiano escolar.

Essa conscientização, que capacita os sujeitos a combater atitudes racistas, caminha lado a lado com a necessidade de desconstruir o privilégio branco institucionalizado. Conforme postula Bárbara Carine Pinheiro (2023), em sua obra *Como ser um educador antirracista*, as vantagens estruturais que as pessoas brancas gozam na sociedade civil constituem um mecanismo secular de hierarquização legitimado historicamente pela ciência, pela filosofia e pelo mercado.

Essas vantagens que as pessoas brancas têm nós nomeamos de privilégio, e absolutamente todas as pessoas brancas são beneficiárias dele, por mais que não sejam signatárias. É um privilégio branco criar e sustentar por séculos o conceito de raça como mecanismo de hierarquização e domínio de seres humanos, com a legitimação da filosofia, da ciência e da igreja, e, no início dos anos 2000 - por meio de pesquisas genéticas, principalmente no âmbito do projeto genoma -, reconhecer que apenas 0,02% dos genes humanos mantêm correspondência com características estéticas (Pinheiro, 2023, p. 28).

Portanto, enfrentar o racismo na Educação Básica exige tensionar essa lógica do privilégio, resgatando e valorizando saberes e corporeidades negras que foram sistematicamente marginalizados pelo viés eurocêntrico. É nesse cenário que a literatura de temática africana e afro-brasileira atua como um contra-discurso indispensável, convertendo o ato de ler em uma prática de emancipação e de reativação da memória coletiva desde a primeira infância.

Para materializar essa transformação no cotidiano escolar, faz-se necessário alinhar o debate racial ao conceito de letramento como prática social. Ao aprender a ler e escrever durante a alfabetização, estamos inseridos no universo do letramento. No entanto, é possível ser alfabetizado sem, de fato, estar letrado. Conforme postula Magda Soares (2004), o letramento vai além da mera decodificação de palavras: define-se como o 'estado ou condição de quem exerce as práticas sociais de leitura e escrita'. Sob essa ótica, trata-se da habilidade de utilizar a leitura e a escrita em contextos sociais reais, reconhecendo a linguagem como um produto cultural e social perpassado por relações de poder.

Essa compreensão de Soares (2004) dialoga diretamente com as teorias de Stuart Hall (2016) em *Cultura e Representação*, ao evidenciar que a linguagem opera como um

sistema de significação essencial para a produção de sentidos em uma cultura. Como destaca o autor:

Na linguagem, fazemos uso de signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos – para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos. A linguagem é um dos ‘meios’ através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura. A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos (Hall, 2016, p. 18).

A partir desse pressuposto de que a linguagem não é neutra, mas sim um veículo de disputas ideológicas, o letramento racial assume o papel de desvelar os códigos culturais que naturalizam o racismo estrutural em discursos, imagens e expressões cotidianas. Conforme assevera Neide A. de Almeida (2017), uma das formas mais poderosas de sustentação do racismo é justamente a pretensa transparência e neutralidade da linguagem e da história, fazendo com que a discriminação se perpetue de modo aparentemente invisível. A análise de Almeida (2017) desvela o caráter perverso dessa falsa neutralidade no processo de construção de identidade. Insta verificar que a autora Neide A. de Almeida (2017), socióloga, mestre em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas, pesquisadora, docente e consultora na área de leitura e literatura, afirma no artigo “Letramento racial: um desafio para todos nós”, publicado no Portal Geledés, que:

O discurso nos constitui e uma das formas mais poderosas de sustentação e manutenção do racismo é a pretensa “transparência”, a neutralidade da linguagem e da história. Em boa parte, é por meio da linguagem que o racismo se mantém e se perpetua de modo aparentemente “invisível”. Para evitar confrontos, é comum a tentativa de amenizar ou mesmo negar manifestações racistas, sobretudo aquelas que se dão de formas veladas, como, por exemplo, no modo de pronunciar uma expressão, na ironia, num falso e perigoso jogo de palavras (Almeida, 2017, s/p.).

A análise de Almeida (2017) desvela o caráter perverso da 'transparência' linguística no processo de construção de identidade e na perpetuação do racismo. Ao evidenciar que a linguagem e a história são frequentemente apresentadas sob uma falsa pretensão de neutralidade, a autora demonstra que esse mecanismo atua, fundamentalmente, como uma estratégia ideológica para mascarar e manter o racismo em sua dimensão velada.

A linguagem serve como um veículo para o racismo continuar a existir de maneira “invisível”, ou seja, de formas que não são descaradamente ditas como racistas. Almeida

(2017) aponta que para evitar confrontos diretos, muitos tentam diminuir ou negar atos racistas, principalmente os que são sutis ou indiretos, como a maneira de dizer algo “feito as coxas”, o uso de ironia “neguinho” ou jogos de palavras que têm conotações racistas depreciativas. Essas manifestações veladas de racismo são mais perigosas porque são mais difíceis de identificar e, assim, de confrontá-las.

Essas formas sutis de racismo, muitas vezes, naturalizadas no cotidiano, não se limitam à linguagem, estendem também às representações sociais e simbólicas que moldam a forma como os corpos negros são percebidos e tratados. Nesse sentido, refletir sobre o impacto dessas construções na infância negra é fundamental, especialmente quando se considera o papel da escola e da sociedade na formação da identidade.

Como apontam Correa *et al.* no artigo “Quando a representatividade importa: reflexões sobre racismo, valorização identitária negra e Educação Básica” (2022).

Em sua pesquisa, Cavalleiro (1998) aponta para a ausência da representatividade de pessoas negras nas ações de uma escola de Educação Infantil, onde não havia negros nos cartazes e nem nos personagens de livros infantis. Essa ausência sistêmica da representação do negro em fotos e livros contribui para que crianças negras queiram pertencer ao grupo branco e rejeitem o seu igual, favorecendo a baixa-estima e a exclusão escolar (Cavalleiro *apud* Correa *et. al.*, 2022, p. 3).

Essa constatação reforça a importância de compreender como o silenciamento simbólico e a invisibilidade impactam diretamente o desenvolvimento subjetivo de crianças negras.

4. O *CORPUS*: A COLEÇÃO BLACK POWER E A EDITORA MOSTARDA

A Editora Mostarda demonstra um compromisso notável com a representatividade e a inclusão, pauta seu projeto editorial na diversidade e na urgência de construir referenciais positivos por meio de biografias de personalidades negras. Para abranger diferentes fases do desenvolvimento cognitivo e leitor, é imperativo destacar que a editora estruturou o seu catálogo biográfico em duas vertentes principais.

A primeira, intitulada “Coleção Black Power” — na qual se inserem as obras que compõem o *corpus* desta pesquisa —, é categorizada pela editora no segmento infantojuvenil. Esta coleção apresenta uma linguagem cuidadosamente elaborada para

alcançar leitores com maior autonomia, narra trajetórias de lideranças negras com profundidade histórica e estética.

Insta verificar que ao compreender, contudo, a necessidade de iniciar esse letramento racial em etapas ainda mais precoces, a editora expandiu seu projeto e criou uma segunda vertente: a "Coleção Meu Primeiro Black Power". Diferente do formato tradicional, esta linha é adaptada física e textualmente para a primeiríssima infância. Em matéria publicada no portal Notícia Preta (2023), essa distinção material e pedagógica é evidenciada:

A editora Mostarda, que tem a proposta editorial ligada à inclusão e pluralidade, tem em seu catálogo biografias com linguagem apropriada para a faixa etária a partir dos 4 anos: A coleção Meu Primeiro Black Power. O formato arredondado das obras e a gramatura das páginas, foram feitas pensando na acessibilidade do público-alvo. As ilustrações de Leonardo Malavazzi em 4 cores sobre papel-cuchê aproximam ainda mais o leitor mirim das biografias destas personalidades que são, até hoje, referências no Brasil e no mundo. Nomes como Carolina Maria de Jesus, Dandara e Zumbi, são algumas das personalidades que tem suas histórias contadas na coleção (Notícia Preta, 2023).

Ao evidenciar a existência dessas duas coleções, nota-se a robustez do projeto editorial da Mostarda. Embora o *corpus* específico desta dissertação concentre-se nas obras da "Coleção Black Power" (infantojuvenil), a prática de mediação de leitura — foco das reflexões desta pesquisa — possibilita que essas narrativas alcancem o público infantil (de 3 a 5 anos). Isso demonstra que, seja por meio de edições cartonadas feitas especificamente para o manuseio dos pequenos, seja pela leitura mediada e afetuosa das obras infantojuvenis, o objetivo central se cumpre: apresentar desde cedo a pluralidade e a potência da intelectualidade e da história negra.

A linguagem empregada nessas obras infantojuvenis⁷, é caracterizada pela simplicidade e clareza, narra a vida e a obra de figuras históricas de maneira que se tornem inspiradoras para as novas gerações. Essa simplicidade não diminui a profundidade dos temas abordados, como racismo e preconceito, todavia os torna compreensíveis para o público infantil.

⁷ No catálogo da editora, as obras selecionadas para o corpus estão na categoria infantojuvenil.

Para o leitor negro, essa linguagem e a representação visual são cruciais para a construção da identidade e autoestima. Ao apresentar personagens negros como protagonistas e figuras de inspiração, a Editora Mostarda contribui para que crianças negras se reconheçam e se vejam representadas positivamente na literatura. Em uma reportagem no *site* Editora do Brasil, sobre a “Importância da Diversidade na Literatura Infantil: Como incluir diferentes culturas e perspectivas nas histórias para crianças” realizada em 2024, são pontuados alguns tópicos importantes como “Mas por que a diversidade é importante para uma mente ainda em formação?”

Ao se depararem com personagens de diferentes origens, etnias, culturas e identidades, as crianças aprendem a valorizar as diferenças, descobrem a relevância que cada uma delas traz, e com isso tornam-se mais aptas a construir um mundo mais justo, dissemelhante e inclusivo. Empatia em curso – ao se colocar no lugar de personagens diferentes, as crianças desenvolvem a capacidade de se conectar com as experiências e sentimentos dos outros. Preconceito em declínio – apresentar personagens de diferentes grupos sociais, é um recurso que a literatura infantil pode utilizar, ajudando a desconstruir estereótipos e a combater preconceitos. Ampliando horizontes – ao conhecer diferentes culturas e perspectivas, as crianças desenvolvem uma visão muito mais ampla do mundo e se tornam adultos mais conscientes e engajados. Fortalecendo a autoestima – crianças que se veem representadas nas histórias que leem tendem a ter maior autoestima e confiança em si mesmas (Editora do Brasil, 2024).

A linguagem, nesse contexto, não é apenas um meio de comunicação, mas uma ferramenta de empoderamento e letramento racial, celebra as identidades negras e transmite histórias de resistência. Para o leitor não-negro, a linguagem acessível e as narrativas sobre personalidades negras promovem a empatia e a compreensão de diferentes culturas e realidades. Ao abordar temas como a luta contra o racismo e a importância da diversidade, as obras da Editora Mostarda educam e sensibilizam, contribui para a formação de uma consciência social mais inclusiva. A simplicidade da linguagem facilita a absorção de conceitos complexos, permite que o leitor não-negro se aproxime de histórias e perspectivas que talvez não encontrasse em outras publicações.

No que tange ao conceito de leitor no contexto da literatura afro-brasileira, Eduardo de Assis Duarte destaca a formação de um público leitor afrodescendente como um fator intencional e próprio a essa literatura. Para Duarte (2022), a literatura afro-brasileira não é apenas sobre a autoria, temática ou linguagem, mas sobre a utopia de

formar um público leitor negro. O autor argumenta que a especificidade dessa produção literária reside na conjunção de elementos como autoria negra, temática afro-brasileira, ponto de vista específico do sujeito negro, linguagem que subverte imagens e sentidos cristalizados, bem como a intenção de formar um público leitor afrodescendente. Debus (2017) afirma que,

Dessas características elencadas, na atualidade, a ilustração tem papel intrínseco nas publicações e é lida também como narrativa, fato que ganha proporções maiores quando se traz para a cena os livros de imagens. A relação entre o signo icônico e o verbal nesse tipo de produção é tão estreita que tem acompanhado os critérios de escolhas dos livros, como pode ser destacado em trabalhos recentes sobre a avaliação dos títulos que compõem os acervos literários das escolas públicas para as séries iniciais do Ensino Fundamental, como o trabalho desenvolvido pelos avaliadores dos livros selecionados para comporem o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE/2005) (Andrade; Corsino, 2007). Ciça Fittipaldi (2008) argumenta que a ilustração é linguagem e como linguagem criativa propicia ao leitor fruição estética e experimentação. Assim, as ilustrações de um livro infantil não devem ser mera reprodução do texto verbal. O diálogo tecido entre o texto verbal e o texto visual deve ultrapassar essa esfera. A boa ilustração talvez seja aquela que "[...] busque atravessar o verbal em sua referencialidade e estabelecer a partir dele uma leitura própria, propositiva, e criativa" (Andrade; Corsino, 2007, p. 87). No entanto, a mesma ilustração que abre horizontes pode encarcerá-los, na medida em que "[...] constroem enredos e cristalizam as percepções sobre o imaginado" (Lima, 2005, p. 101) (Debus, 2017, p 28-29).

No contexto das obras publicadas pela editora Mostarda, que se dedica a trazer essas narrativas visíveis para um público jovem, as ilustrações têm um caráter de subversão das representações tradicionais. Em muitos casos, as imagens das personagens negras, especialmente as mulheres, não se limitam a seguir os padrões eurocêntricos de beleza, que dominam grande parte da literatura infantil no Brasil. Em vez disso, as ilustrações buscam valorizar as características físicas das mulheres negras, como o cabelo crespo, a pele escura e as feições africanas, reafirmam a identidade e a beleza dessas personagens. Essa valorização tem início já no primeiro contato visual com a obra, ou seja, em sua capa, elemento fundamental na construção do pacto da leitura. Como aponta Van der Linden,

Primeiros olhares, primeiros contatos com o livro. Lugar de todas as preocupações de marketing, a capa constitui antes de mais nada um dos espaços determinantes em que se estabelece o pacto da leitura. Ela transmite

informações que permitem apreender o tipo de discurso, o estilo de ilustração, o gênero... situando assim o leitor numa certa expectativa. Tais indicações podem tanto introduzir o leitor ao conteúdo como levá-lo para uma pista falsa (Linden, 2011, p. 57).

As imagens das obras de temática da cultura africana e afro-brasileira infantojuvenis são cuidadosamente construídas para provocar reflexão, para transmitir mensagens política e social, que vai além da simples apresentação das personagens. Constroem-se como formas de resistência, ao proporem representações de corpos negros que não são apenas heroicos, não são subalternizados. As imagens criadas nessas obras refletem narrativa de empoderamento e autoestima para jovens leitores, permite que se vejam representados de maneira positiva e cheia de potência.

A inserção da população negra no catolicismo, durante séculos, a religião imposta oficialmente pelo Estado, foi tema recorrente na produção dos artistas viajantes, sobretudo, Jean Baptiste Debret, que retratou cerimônias de batismo, casamento e ou morte. Essas imagens podem provocar encantamento estético, mas ao comentá-las, o que ele fez em relação a cada uma delas, escancarava seu pensamento etnocêntrico, racista e sexista, revelando assim as idéias e relações de poder de sua época (Schumacher; Brazil, 2006, p.34).

As cores e formas utilizadas nas ilustrações têm um impacto significativo na percepção dos leitores, especialmente quando se busca transmitir mensagens de esperança, identidade e resistência. As ilustrações das obras de literatura infantojuvenil de temática da cultura africana e afro-brasileira, ao retratar mulheres negras fazem uso de uma paleta de cores que se afasta do tradicional uso de tons claros e suavizados, tão comuns em outras literaturas. Em vez disso, as cores são vibrantes, fortes e intensas, refletem a energia e a riqueza da cultura negra.

No caso das ilustrações que retratam mulheres negras, os autores Schuma Schumacher, e Érico Vital Brazil, no livro *Mulheres Negras do Brasil*, afirmam que,

O preconceito racial no Brasil também se fez presente em certa pintura acadêmica do século XIX, sendo o exemplo mais eloquente a tela: A Redenção de Cam, do pintor espanhol Modesto Brocos y Gómez (1852-1936). Nela foi retratada uma senhora negra que levanta as mãos aos céus em sinal de gratidão e reconhecimento pela graça proporcionada pela divina bondade. Seu neto foi redimido, embranqueceu, pois sua filha, já miscigenada, casou com um homem branco (Schumacher; Brazil, 2006, p. 35).

Esse exemplo clássico da pintura acadêmica evidencia como, historicamente, a representação de pessoas negras — especialmente mulheres — foi atravessada por uma lógica de apagamento e embranquecimento, reforçam ideologias racistas e hierarquias de valor estético e socialmente aceitas. Ao agradecer o embranquecimento do neto como uma “redenção”, a obra citada traduz visualmente um ideal de branqueamento como progresso e salvação.

Faz-se necessário afirmar que, nesse sentido, as ilustrações presentes nas obras da Editora Mostarda surgem como um potente contraponto a esse imaginário colonial: ao celebrarem a estética negra com centralidade e dignidade, as imagens reconfiguram o lugar da mulher negra na literatura e na formação identitária de jovens leitores. Trata-se de uma virada simbólica que reposiciona os corpos negros como belos, potentes e dignos de admiração — desde a capa até as últimas páginas.

Haja vista que o uso do contorno forte, a representação de cabelos crespos e a escolha de paletas que envolvem tons de pele mais escuros são formas de afirmar e celebrar essas características, que historicamente foram marginalizadas ou mesmo desprezadas nas representações tradicionais.

No tópico “Colorindo histórias, construindo imagens”, a autora Cristina Biazetto, afirma que,

Entendemos como ideal aquela ilustração que encanta, comunica-se com o leitor, num diálogo que não se esgota no primeiro momento, mas convida a criança ou jovem a revê-la, ir e voltar pelas páginas, retomar algum detalhe, olhar novamente. É importante lembrar que tratamos de ilustração, e não de uma imagem isolada. Temos, então, que considerar ainda a relação entre texto e imagem. A ilustração está vinculada a uma história ou uma poesia. O ponto de partida, a matéria-prima do ilustrador, é o texto. É nele, portanto, que as cores devem ser buscadas (Biazetto, 2008, p. 79-80).

O uso das cores também tem um caráter simbólico importante. O vermelho, por exemplo, é uma cor associada à luta, à resistência e à energia. Em muitas obras infantojuvenis que abordam a história de mulheres negras líderes, essa cor pode ser utilizada para reforçar a ideia de força e determinação. O azul, por outro lado, pode simbolizar a serenidade e a sabedoria, qualidades atribuídas às figuras femininas representadas nas obras.

Além disso, o uso das formas geométricas observado nessas ilustrações remete aos grafismos africanos, cujos padrões e símbolos estão profundamente enraizados na cultura afro-brasileira. Longe de cumprir uma função puramente decorativa, a utilização de elementos como círculos, triângulos e linhas retas constitui uma 'geometria ancestral' encarregada de comunicar uma cosmovisão específica. Assim, ao evocar a tradição visual da arte africana, o projeto gráfico cria um vínculo mais forte com as tradições ancestrais e ressalta a importância da herança cultural negra

Em sua obra *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens* (2017), Eliane Debus dedica-se a conceituar e justificar a escolha da nomenclatura que intitula sua pesquisa. A autora esclarece que as obras no mercado editorial brasileiro e nos estudos acadêmicos podem ser compreendidas a partir de três grandes categorias: as literaturas africanas (produzidas nos países do continente africano), a literatura afro-brasileira (marcada fortemente pelo pertencimento étnico-racial da autoria) e a literatura que tematiza a cultura africana e afro-brasileira (Debus, 2017, p.26).

Ao optar por utilizar a expressão "literatura de temática africana e afro-brasileira", Debus (2017) justifica que o foco dessa vertente não recai obrigatoriamente sobre a identidade de quem escreve, mas sim sobre o que a obra narra e representa. Em estreita consonância com os desdobramentos educacionais impulsionados pela Lei n.º 10.639/2003, essa categoria engloba produções que assumem o compromisso ético e estético de romper com o histórico de representações estereotipadas, folclorizadas e subalternizadas. O objetivo central é colocar as vivências, a história e a cosmovisão das populações negras no centro da engrenagem literária, garantir o protagonismo negro na narrativa (Debus, 2017, p. 37).

É intrinsecamente ligada a essa centralização cultural proposta pela autora que emerge da definição de ancestralidade. No contexto da literatura de temática africana e afro-brasileira, a ancestralidade transcende a noção ocidental de linhagem estritamente biológica ou genética. Configura como um complexo princípio civilizatório, filosófico e de memória coletiva. Trata-se do movimento de religação da população afrodiaspórica com as suas raízes originárias no continente africano, que resiste aos apagamentos impostos pelo processo colonial.

Sendo assim, a ancestralidade materializa-se nessa vertente literária por meio de diversos marcadores: a valorização da tradição oral, o respeito irrestrito aos mais velhos (vistos como guardiões da memória), a relação de interdependência com a natureza e a exaltação do corpo e da estética negra. Desse modo, ao imergir na literatura de temática africana e afro-brasileira, o leitor não apenas consome uma história, mas acessa um fio condutor ancestral. Essa herança atua como um poderoso instrumento de fortalecimento identitário e de construção de um imaginário positivo, onde o passado se torna o alicerce fundamental para a afirmação do sujeito no presente e no futuro.

Durante muito tempo, a mulher negra foi retratada nas artes e nas literaturas, de maneira subjugada e subalterna, associada a papéis estereotipados como a escrava, a prostituta, a serviçal ou a figura exótica e sensual. Essas representações reforçaram uma visão de inferioridade e submissão, apaga a diversidade das experiências e das identidades das mulheres negras.

É nesse sentido que Lélia Gonzalez, grande feminista negra, propôs, na década de 1980, uma releitura da “mãe preta”. Para ela, ao invés de sua figura representar a aceitação da condição escrava, ela canonizava uma resistência à ideologia senhorial construída no cotidiano entre senhores e escravos através das canções de ninar repletas de palavras africanas e fundamentalmente pela linguagem ensinada às crianças. Nesse sentido, Lélia destaca a singularidade da língua brasileira que ao invés de português deveria se chamar “pretuguês” tamanha à influência da África e das mulheres de cor preta na sua formação. Esse refinado pensamento histórico de Lélia Gonzalez evidencia um tópico pouco abordado na nossa história: o papel social da mulher negra na sociedade brasileira. Aprisionadas pelo estereótipo da negra trabalhadora braçal ou da mulata dona de uma sexualidade exacerbada, suas imagens foram historicamente construídas distantes e antagônicas a qualquer referencial de positividade. Dessa forma, interessa perceber menos a ausência do feminino negro do que o tratamento dado ao seu corpo e ao seu comportamento pelas produções letradas dos séculos XIX e XX. Entre 1928 e 1937, a revista infantil Tico-Tico trazia como protagonista de diversas tiras a personagem mirim Lamparina. O comportamento desastroso e atrapalhado da “negrinha” fez com que numa das estórias ela quebrasse a sopeira. É interessante notar que aquilo que inicialmente deveria ser tratado como incidente acabou se tornando uma “benesse”. De acordo com a narrativa, após quebrar o objeto, Lamparina pôs-se a chorar, as lágrimas desbotaram-lhe a pele, sua cor fica retida na parede e ela se tornou uma criança branca (Shumaker; Brazil, 2006, p. 198).

A literatura infantojuvenil de temática da cultura africana e afro-brasileira, no entanto, busca inverter essa narrativa, ao apresentar mulheres negras em papéis de destaque e liderança, longe dos estereótipos tradicionais. As ilustrações dessas obras ajudam a criar uma imagem de empoderamento, de liderança e de dignidade para as mulheres negras, sublinha suas conquistas e sua história.

A estética, entendida como linguagem simbólica e cultural, cumpre um papel central na afirmação de identidades negras no Brasil, especialmente no contexto das produções artísticas e literárias voltadas ao público infantojuvenil. Em sociedades marcadas pela colonialidade e pela exclusão histórica de corpos negros dos espaços de representação positiva, valorizar os traços culturais afro-brasileiros se torna um gesto político. A construção de uma estética afro-brasileira, que incorpora memórias, gestos, ritmos, texturas e modos de ser, é também um processo de reivindicação de pertencimento e de valorização da diferença.

Nesse sentido, o corpo negro — e, de modo particular, o corpo da mulher negra — assume o papel de portador de símbolos, saberes e histórias que resistem ao silenciamento. Como afirma Brazil e Schumacher (2006),

A estética assume papéis de resistência, de manutenção de identidades, de criação de outras identidades não exclusivamente africanas, mas afro-brasileiras. O belo afro é cultural, nasce do costume, determina o que identifica, diferencia e singulariza em contextos de sociedades globalizadas. Assim, o belo é o alcance da memória e é a gênese dessa estética autenticadora da nossa tão evidente afrodescendência de povo e civilização.

O penteado, a jóia, o pano, o corpo, o gosto, o cheiro, as escolhas, os ritmos, o som da palavra, o som do instrumento musical, o jeito que é ginga de cintura, pois temos jogo de cintura, fazem o encharcamento nacional e geral, nessa construção permanente de ser brasileiro.

Está na mulher um notável espaço patrimonial do que se cria e mantém dos imaginários que se concentram nesse nicho do saber fazer que é a da estética afro-brasileira. Além de realizadora e usuária do que faz, a mulher expõe, manifesta publicamente quem é, seu lugar, sua história, tendo no seu corpo o melhor e mais imediato sentimento de comunicabilidade.

É o reconhecimento na cor, no material, na textura, no significado, na afirmação, na construção, na comunicação da pessoa. Pois tudo é marca. Revive-se então as marcas na pele, nos rostos, nos corpos, agora interpretados como lugares de alteridade, de diferença, de pertencimento, de manifestar o que é belo, do que é próprio do acúmulo da história (Schumacher, Brazil, 2006, p. 203-204).

Os autores evidenciam como a estética afro-brasileira não é meramente decorativa ou acessória, constitui uma forma de expressão identitária e de afirmação política. Cada escolha estética — seja no penteado, na indumentária ou na forma de portar-se no mundo — carrega em si uma herança cultural que dialoga com o passado e projeta um futuro de reconhecimento.

No caso das ilustrações nas obras da Editora Mostarda, essa estética se manifesta na valorização dos corpos, feições e símbolos culturais das mulheres negras, resgata

aquilo que por tanto tempo foi marginalizado. O corpo feminino negro torna-se, assim, território de memória e de autoria: comunica, educa e, sobretudo, resiste. Por meio dessa construção imagética os livros não apenas contam histórias de mulheres negras importantes, mas também contribuem para reconstruir o imaginário social sobre o que é belo, digno e pertencente à identidade brasileira.

Ao apresentar biografias de personalidades negras inspiradoras, como Beatriz Nascimento (2022), Carolina Maria de Jesus (2019), Conceição Evaristo (2021), Sueli Carneiro (2022) e Lélia Gonzalez (2022), a Editora Mostarda oferece modelos positivos para crianças negras, fortalecem sua autoestima e identidade. A literatura infantojuvenil de temática da cultura africana e afro-brasileira é uma aliada pedagógica de transformação, que contribui para a desconstrução de preconceitos raciais e possibilita que crianças negras se reconheçam em suas histórias e se empoderem.

- **Desconstrução de Estereótipos e Racismo Estrutural:** A representação de modelos heroicos na literatura infantil e juvenil afro-brasileira, por meio de personalidades apagadas pela história oficial, contribui para evidenciar mulheres e homens negros “[...] ressignificando a ancestralidade, elo entre passado e presente, como força, inspiração e pertencimento” (Godoy, 2022, p. 46). As narrativas dessas obras, ao abordarem a trajetória de vida e a luta dessas personalidades, expõem as estruturas de opressão e resistência que moldaram a vida de mulheres negras no Brasil. Isso auxilia na compreensão de que o racismo não é apenas um problema de atitudes individuais, mas um dado estrutural da formação social. A literatura infantojuvenil, nesse sentido, pode ser um meio de desmistificar o “padrão branco” e promover uma visão mais autêntica e protagonista da criança negra.
- **Material Didático e Apoio à Implementação da Lei 10.639/03:** Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. “[...] Evidentemente, essa concepção de educação, de literatura e de leitura se refere a paradigmas emergentes, a uma literatura construída por um mundo que se molda diariamente [...] tentando levar em consideração a formação plural do povo brasileiro” (Gregorin Filho, 2009, p. 23-24). A produção de material didático específico e adaptado é uma necessidade para a efetivação da Lei n.º 10.639/03. As obras da

Editora Mostarda preenchem essa lacuna, oferecem recursos que podem ser utilizados em sala de aula para discutir a história e a cultura afro-brasileira, as relações étnico-raciais e a importância das personalidades negras na história. A literatura infantil afrocentrada é vista como um meio de construir uma pedagogia antirracista dentro e fora dos espaços escolares.

- **Formação de Cidadãos Críticos:** A escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Os(as) professores(as) não devem silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais. “Antes, devem cumprir o seu papel de educadores(as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula” (Gomes, 2005, p. 60). O letramento racial na educação é crucial para preparar professores e alunos a lidar com a diversidade racial de maneira sensível e informada, contribui para um ambiente de aprendizado mais inclusivo e respeitoso. As obras da Editora Mostarda, ao promoverem a discussão sobre temas como racismo e preconceito, auxiliam na formação de cidadãos críticos, capazes de questionar injustiças sociais e atuar na promoção da justiça racial.

Nesse contexto, as obras biográficas da Editora Mostarda, ao apresentarem narrativas afrocentradas e acessíveis, constituem um importante instrumento de implementação das políticas públicas de educação que visam combater o racismo e promover a igualdade racial. Essas obras contribuem significativamente para o letramento racial, ao oferecerem ferramentas que favorecem a compreensão crítica das relações étnico-raciais, o fortalecimento da identidade negra e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Desta feita, a artista plástica e ilustradora que trabalha com essa temática, por exemplo, pode criar imagens que fogem dos padrões eurocêtricos de beleza, representa mulheres com cabelos naturais, roupas que evocam a cultura africana e afro-brasileira e feições que são marcadas pela ancestralidade africana.

Essas imagens, ao desafiar as representações históricas dos corpos negros, representam uma forma de resistência cultural. Oferecem aos leitores, especialmente às crianças negras, nova forma de ver o mundo e de se ver em um espaço positivo e afirmativo. O papel da arte na literatura infantojuvenil não se limita ao embelezamento das páginas; é um campo de luta, de afirmação de identidades, de reconhecimento de direitos e de ressignificação das histórias.

As ilustrações, ao subverterem os estereótipos, não apenas oferecem novas imagens, reconfiguram a história. Contribuem para que as crianças negras cresçam com um sentido mais forte de pertencimento e de autoestima, mostram que podem ser líderes, pensadoras e protagonistas em suas próprias narrativas. “Sabemos que a percepção da cor envolve aspectos fisiológicos, psicológicos e culturais. [...] É sabido também que fatores sociais, culturais e ambientais podem influir na preferência por determinadas cores” (Biazetto, 2008, p. 79).

O corpo negro é uma das temáticas centrais nas obras infantojuvenis que abordam a identidade negra e a representação das mulheres negras. Nas ilustrações, o corpo das personagens é cuidadosamente representado como um espaço de resistência, de poder e de afirmação da cultura afro-brasileira. Ao representar o corpo negro, as ilustrações não apenas o mostram fisicamente, carregam de simbolismo, destacam sua força, sua beleza e seu valor.

No caso das mulheres negras, o corpo não é representado de forma passiva ou subjugada, trata-se de espaço ativo de poder e resistência. As ilustrações de mulheres negras líderes, por exemplo, muitas vezes, as mostram em posturas de destaque, com olhares firmes e decididos, em ambientes que refletem sua luta, como o campo, a cidade ou a biblioteca. Essas imagens são uma maneira de afirmar a importância do corpo negro na construção da história e da sociedade, ressaltam sua resistência às opressões sociais e culturais.

A simbologia do corpo negro é, assim, uma das formas de resistência mais potentes nas ilustrações da literatura infantojuvenil de temática da cultura africana e afro-brasileira. Ao retratar mulheres negras com seus corpos inteiros e fortes, as ilustrações transmitem a mensagem de que esses corpos são dignos de respeito, amor e valorização. Em muitos casos, as ilustrações de mulheres negras são combinadas com símbolos e elementos culturais que remetem às tradições africanas, como os turbantes, as roupas de estampas africanas, os adornos de cabeça, os brincos e os colares, entre outros. Esses elementos são uma forma de celebrar a cultura negra e de afirmar a continuidade das tradições africanas na sociedade brasileira.

Uma análise crítica das ilustrações nessas obras revela como contribuem para o fortalecimento da identidade negra e para a criação de novos modelos de representações. As ilustrações são uma forma de subverter o olhar eurocêntrico, proporcionam aos leitores negros uma nova forma de ver suas próprias identidades, corpos e histórias. Nessa

perspectivas, a visualidade contribui para, as ilustrações ajudam a formar uma nova geração de leitores conscientes de sua história e de seu lugar no mundo, preparados para lutar por um futuro mais justo e igualitário.

Ao retratar mulheres negras como protagonistas e líderes, as ilustrações dessas obras não apenas contam uma história, participam ativamente da construção da identidade desses leitores. Ajudam a criar uma nova memória visual, que será passada de geração em geração, afirmam o valor, a beleza e a força das mulheres negras na sociedade brasileira.

Em última análise, as ilustrações tornam-se, portanto, um elo vital entre o texto literário e o público, cria um impacto profundo que transcende a mera compreensão da história. Elas se tornam uma ferramenta de empoderamento, ajudam os leitores a resgatar a sua ancestralidade e a se verem como sujeitos de sua própria história, fortalecem a luta contra o racismo e a exclusão.

Uma ilustração rica, associada a um texto também rico, estimula e alimenta a imaginação e a criatividade do leitor. Nesses tempos atuais, precisamos todos (não só as crianças) de encantamento e de estímulo à criatividade. Muita fantasia e muita cor, existe algo mais encantador? (Biazetto, 2008, p. 89).

As ilustrações presentes nas obras selecionadas, ao abordarem a liderança feminina negra, configuram-se como uma expressiva forma de resistência cultural e de afirmação identitária. Cabe destacar que, ao resgatar as trajetórias históricas e culturais dessas mulheres, o projeto gráfico e ilustrativo ajuda a forjar modelos de representação que são vitais para a construção da autoestima e de uma autoimagem positiva nos leitores negros. Essas imagens, vibrantes e potentes, não são apenas o reflexo de uma escolha estética; constituem um verdadeiro campo de disputa e de afirmação, no qual as identidades negras são celebradas e as histórias de resistência são transmitidas às novas gerações.

É precisamente imbuída desse compromisso com a memória e com a representatividade visual que se estrutura a proposta editorial aqui analisada. O próprio nome escolhido para agrupar essas narrativas antecipa essa postura de enfrentamento e de valorização ancestral.

A Coleção Black Power da Editora Mostarda — na qual se insere o *corpus* desta pesquisa — apresenta biografias de personalidades negras que marcaram a história e se tornaram inspirações. O título da coleção opera como um resgate histórico e político, faz referência direta ao movimento pelos direitos civis ocorrido nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970, uma luta de resistência que ecoa como necessária até os dias atuais. Conforme elucida o antropólogo Osmundo Pinho em um seu artigo “Black Power” publicado no Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe, um projeto hospedado pela Universidade de São Paulo,

A expressão black power (poder negro) foi criada por Stockley Carmichael, militante radical do movimento negro nos Estados Unidos, após sua 27ª detenção, em 1966. “Estamos gritando liberdade há seis anos”, anunciou Carmichael. “O que vamos começar a dizer agora é poder negro”. [...] O movimento Black Power surgiu nos Estados Unidos durante as grandes mobilizações da população afrodescendente pela igualdade de direitos civis nos anos 1960 do século passado, e teve forte influência sobre as populações negras da América Latina e do Caribe nos anos e décadas seguintes (Pinho, [s.d.], [s.p.]).

Essa nomenclatura, portanto, sinaliza a intenção primordial da editora de nutrir as novas gerações com a força dessa herança de luta. No catálogo oficial da Mostarda, essas obras estão alocadas sob a ampla rubrica da categoria infantojuvenil. Contudo, para o rigor analítico desta pesquisa, faz-se imperativo distinguir, desde o início, as especificidades teóricas, cognitivas e de recepção que separam o público “infantil” do “juvenil”.

A literatura juvenil pressupõe um leitor com maior autonomia, capaz de lidar com complexidades textuais, tramas densas e os conflitos próprios da adolescência. Em contrapartida, a literatura infantil volta-se para a criança em fase de formação básica, sendo um público frequentemente dependente da escuta, da visualidade e da intervenção de um adulto. A categorização “infantojuvenil” adotada pela editora funciona, portanto, como um guarda-chuva comercial. No entanto, conforme as análises desta pesquisa demonstraram, o público leitor/ouvinte ao qual este estudo se destina é estritamente infantil (situado na faixa etária de 3 a 5 anos). O alcance dessas biografias por crianças em tenra idade justifica-se e viabiliza-se ativamente pela prática da mediação de leitura, momento em que o adulto traduz, aproxima e performa a narrativa, conecta a materialidade do livro à cognição e ao afeto da criança.

A coleção *Black Power* está alinhada com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que promove o diálogo, a resolução de conflitos, o respeito e a valorização da diversidade. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental é esperado que as crianças ampliem suas experiências e aprofundem o conhecimento sobre si mesmas, desenvolver os vínculos com a comunidade e respeitar diferentes contextos socioculturais.

Cabe destacar que a literatura infantojuvenil no Brasil teve, em sua origem, um caráter marcadamente racista. A autora Eliane Debus (2017), em seu livro “A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens”, afirma,

Por certo, na história da literatura brasileira, bem como na literatura de recepção infantil e juvenil, o negro foi pouco representado, e, quando isso ocorreu, concretizou-se ou pela subalternidade como escravizado e obediente aos desmandos do branco, ou numa visão ingênua de relações pós-escravidão. Em pesquisas que mapeiam a produção literária de temática africana e afro-brasileira para crianças e jovens nos catálogos editoriais brasileiros, embora constatada uma discrepância entre a representação de personagens negros e brancos (Oliveira, 2009), foi possível comprovar que, após a promulgação da Lei n. 10.639/2003 e das Diretrizes, houve uma ampliação dessa produção literária para crianças no mercado editorial brasileiro (Debus; Vasques, 2009) (Debus, 2017b, p. 39-40).

É precisamente nesse cenário de ampliação editorial e de reparação histórica apontado pela autora que se insere a referida coleção. Ao trazer o protagonismo de personalidades negras para o centro de suas narrativas, a obra atua como um contraponto à invisibilidade e à subalternidade do passado, materializam uma representatividade positiva e emancipadora.

De acordo com as informações institucionais da Editora Mostarda (2023), os livros da coleção possuem 32 páginas e dimensões de 21 x 28 cm. A coleção, voltada para o público infantojuvenil, inclui edições como o *Box Black Power 1* e o *Kit Black Power 2*, compostos por diferentes biografias e ilustrações.

Do ponto de vista teórico, os jovens leitores aos quais a coleção se destina encontram-se em uma fase de letramento e de transição entre a infância e a adolescência. Segundo as categorias propostas por Nelly Novaes Coelho (2000), esse público engloba perfis como o "leitor em processo" e o "leitor fluente". Nesses estágios, observa-se o desenvolvimento da maturidade cognitiva e da capacidade de leitura autônoma, embora

a relação de complementaridade entre a linguagem verbal e a ilustração ainda cumpra um papel importante na mediação e compreensão do texto.

É fundamental compreender, contudo, como alertam Zilberman e Lajolo (1986) Gregorin Filho (2011a), que as fronteiras que separam a literatura infantil e juvenil são essencialmente flexíveis. A adequação e o alcance de uma obra não se restringem rigidamente à idade biológica dos leitores, mas dependem de fatores como o nível de letramento, as vivências socioculturais do sujeito, bem como a presença de mediadores de leitura.

Nesse contexto, a Editora Mostarda declara em sua missão institucional que a referida coleção atua como um exemplo de força transformadora, visam promover uma cultura de convivência respeitosa e solidária entre pessoas de diferentes origens. Esse posicionamento reforça a crença da editora no poder da literatura para o fortalecimento da democracia e para a garantia do direito da população negra à educação e à igualdade.

Figura 3: Coleção Black Power - Editora Mostarda



Fonte: Site Editora Mostarda, 2019.

A editora Mostarda surge como uma das principais iniciativas no cenário editorial brasileiro dedicadas à promoção da literatura infantojuvenil que tematiza a cultura africana e afro-brasileira e à valorização de narrativas que colocam mulheres negras no centro das histórias. Com uma proposta editorial inovadora, a Mostarda busca não apenas preencher lacunas históricas na representação de personagens negros na literatura infantil e juvenil, para além, criar um espaço de resistência e afirmação identitária. Como afirma

a publicação no site PublishNews, em que Pedro Mazette, CEO da Editora, em uma entrevista em que informa a abertura para novos talentos no mercado editorial, pós parceria com a Universidade de Campinas,

Queremos que essa parceria seja um espaço de construção mútua, em que jovens talentos possam aprender sobre o mercado e também contribuir com sua visão inovadora para os livros do futuro. [...] Fundada em 2018 pela segunda geração de uma família dedicada aos livros, a Editora Mostarda se dedica a histórias e responsabilidades sociorraciais e socioambientais, sobretudo entre crianças e adolescentes (Mazette, 2025, s.p.).

Em uma análise crítica escrita no *site* da editora Mostarda pelo renomado autor, romancista e roteirista Júlio Emílio Braz, há uma justificativa acerca das obras,

Nesse aspecto, a cultura, mas acima de tudo, a literatura pode e deve exercer papel destacado nessa descoberta – resgate de nosso passado, a consecução de nosso novo presente e a busca por um futuro consequente e absolutamente igualitário, autônomo e participativo. Fazendo minhas as palavras de Malcolm X, ou melhor ainda, transformando-as em imprescindível mantra de reconhecimento pessoal, étnico e sócio-político, “uma raça de pessoas é como um homem individual: até que use seu próprio talento, se orgulhe de sua própria história, expresse sua própria cultura, afirme sua própria individualidade, ela nunca poderá se realizar sozinha”, defino à perfeição a necessidade e oportunidade de uma coleção como a Black Power (Braz, 2022)

A coleção em análise apresenta obras dedicadas a lideranças femininas negras brasileiras, com títulos que celebram a vida e a contribuição de figuras como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro. Entre os destaques da coleção estão os livros biográficos das cinco autoras escolhidas que capturam momentos essenciais da trajetória dessas líderes em linguagem acessível e envolvente para jovens leitores.

Relativamente nova no meio do mundo editorial, acredita no poder transformador da literatura para poder fazer a diferença nas novas gerações e criou a coleção BLACK POWER, que apresenta biografias de personalidades negras que são e foram exemplos. Como diz o CEO Founder da Editora, Pedro Mezette (2022), nas contracapas das obras.

Os autores da coleção, todos ligados às áreas da educação e das letras, pesquisaram os fatos históricos para criar textos inspiradores e de leitura prazerosa. Seguindo o ideal da editora, acreditam que o conhecimento é capaz

de desconstruir preconceitos e abrir as portas do pensamento rumo a uma sociedade mais justa (Editora Mostarda, 2019 *apud* Mezette, 2019).

Cada obra combina elementos de narrativa e ilustração para criar experiências imersivas, que envolvem tanto crianças quanto jovens leitores. Na perspectiva de Silva (2021) propõe-se uma análise crítica da produção, validação e circulação de narrativas biográficas destinadas ao público infantil, com ênfase naquelas que apresentam sujeitos negros como protagonistas. Essa coleção não apenas contribui para a formação de novos leitores, para além, fomenta um diálogo intergeracional ao resgatar memórias e trajetórias frequentemente invisibilizadas pela história oficial.

Nossas primeiras conclusões são que, embora diante de uma amostra com mais de oitenta casas editoriais e diante de certa tendência que aponta para o crescimento do gênero biográfico, o sujeito negro ainda é parcela minoritária; com as mulheres negras, que são duplamente marginalizadas, o cenário é ainda mais dramático. Com isso, entendemos que a biografia, tida por muitos teóricos como gênero de prestígio, pode ainda não ter sido considerada um espaço propício para a história de pessoas negras (Silva, 2024, p. 166).

A Mostarda também promove a interseccionalidade em suas publicações, aborda temáticas que incluem gênero, raça e classe de maneira integrada, além de um contexto histórico muito bem elaborado. Essa abordagem está alinhada aos princípios discutidos por bell hooks na obra *“Ensinando a transgredir”* (2013), que ao introduzir a questão escolar, enfatiza a importância de reconhecer as interseções entre opressões para compreender as experiências dos corpos negros,

Quando entramos em escolas brancas, racistas e dessegregadas, deixamos para trás um mundo onde os professores acreditavam que precisavam de um compromisso político para educar corretamente as crianças negras. De repente, passamos a ter aula com professores brancos cujas lições reforçaram os estereótipos racistas. Para as crianças negras, a educação já não tinha a ver com a prática da liberdade. Quando percebi isso, perdi o gosto pela escola. A sala de aula já não era um lugar de prazer ou de êxtase. A escola ainda era um ambiente político, pois éramos obrigados a enfrentar a todo momento os pressupostos racistas dos brancos, de que éramos geneticamente inferiores, menos capacitados que os colegas, até incapazes de aprender. Apesar disso, essa política já não era contra-hegemônica. O tempo todo, estávamos somente respondendo e reagindo aos brancos (hooks, 2013, p. 12).

Em suma, a colocação de hooks (2013) nos leva a refletir o quanto as experiências escolares se tornam intensamente negativas e dialoga com o trecho da obra de Bárbara Carine no capítulo “O antirracismo, uma luta de todos”, em que a autora afirma que uma preocupação afrocentrada é formar as crianças com um reforço positivo, com base na ancestralidade de que “[...] somos os primeiros humanos, os primeiros reis, as primeiras rainhas, pioneiros na química, na matemática, na medicina e na filosofia”, enquanto a visão ocidental, “[...] eles dizem que somos feios, burros, sem cultura, incivilizados, e nós passamos a vida inteira tentando provar o contrário” (Pinheiro, 2023, p. 40-41). Isto posto, a coleção da Mostarda não apenas representa um marco na literatura infantojuvenil brasileira, mas também desafia estruturas tradicionais do mercado editorial, ampliam o alcance de narrativas afrocentradas.

Ao se contrapor à visão eurocêntrica, historicamente dominante e excludente, a editora não se limita à apresentação de personalidades negras e suas contribuições para a história, busca reposicionar essas trajetórias como centrais na construção de saberes, e identidades.

Além disso, Júlio Emílio Braz (2022) afirma que,

O primordial “Conhece-te a ti mesmo” da antiga Grécia amalgama-se inescapavelmente à afirmação impactante, porém de uma verdade sincera de Carolina Maria de Jesus: “Temos só um jeito de nascer e muitos de morrer”. A pior delas é, sem sombra de dúvidas, através da ignorância. Do que fomos, do que somos, e a pior delas, somatório involuntário das duas anteriores, do que poderíamos ter sido (Braz, 2022, s/p.)

Dessa forma, compreende-se que a literatura infantojuvenil de temática africana e afro-brasileira, especialmente por meio do gênero biográfico, atua como uma poderosa aliada ao processo de resistência discursiva e de afirmação identitária. Ao romper com os discursos hegemônicos que, historicamente, invisibilizaram sujeitos negros, essas narrativas oferecem às crianças negras a possibilidade de se reconhecerem como parte ativa e valiosa da história e da cultura.

Impera pontuar que a reflexão proposta por bell hooks (2013) sobre as experiências escolares negativas de crianças negras encontra eco nas palavras de Bárbara Carine (2023), ao defender uma formação afrocentrada que valorize a ancestralidade e o

protagonismo negro desde a infância. Nesse contexto, a Coleção da Editora Mostarda se destaca não apenas por ampliar o acesso a essas narrativas, mas por desafiar estruturas editoriais tradicionais e reposicionar a história negra como central na construção do conhecimento.

A evocação feita por Júlio Emílio Braz (2022) à máxima grega “*Conhece-te a ti mesmo*”, entrelaçada à contundente afirmação de Carolina Maria de Jesus, reforça a urgência de combater a ignorância sobre as próprias origens e possibilidades. Conhecer-se, portanto, é um ato de resistência e a literatura um caminho para a liberdade.

5. ANÁLISE DAS OBRAS: BIOGRAFIAS, TEXTO E IMAGEM⁸

Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro são três mulheres que desempenharam um papel fundamental na construção do pensamento negro no Brasil, especialmente no que diz respeito à questão de gênero e à luta pela valorização da identidade negra. Embora essas autoras e pensadoras não sejam frequentemente incluídas em análises sobre literatura infantojuvenil, possuem importância imensurável para o entendimento das lideranças negras femininas no Brasil. Suas obras e atuações militantes pavimentaram o caminho para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas raciais e de gênero no Brasil, influenciando gerações de pesquisadores e ativistas.

No cenário intelectual e político brasileiro, a discussão sobre o feminismo negro torna-se indissociável das contribuições basilares de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento. Isso ocorre porque o feminismo negro não se restringe a uma pauta identitária singular, mas estrutura-se como um movimento teórico e político que combate, de forma indissociável, as opressões de gênero, raça e classe. A práxis e a produção dessas pensadoras são fundamentais justamente por desvelarem como esses diferentes marcadores sociais se sobrepõem e se potencializam, gerando vulnerabilidades específicas para as mulheres negras e demandando, por conseguinte, uma leitura interseccional para a superação dessas desigualdades.

Essas três mulheres foram fundamentais para o desenvolvimento do feminismo negro no Brasil, pontuam a importância de combater tanto o racismo quanto o sexismo, e promovem a inclusão e a igualdade para todas as mulheres negras.

Outra autora muito importante para a discussão do feminismo negro é Djamila Ribeiro (2016). Djamila é mestra em Filosofia Política e membro da Sociedade Simone de Beauvoir, tem um papel importantíssimo sobre o feminismo, especialmente o feminismo negro. No seu artigo “*Feminismo negro para um novo marco civilizatório*:

⁸ Por questões de propriedade intelectual e conformidade legal, optou-se pela não inclusão de muitas imagens no presente trabalho. Esta escolha metodológica também busca fomentar o engajamento com as obras analisadas, encorajar o leitor a buscar as referências visuais em suas edições originais.

uma perspectiva brasileira” (2016), enfatiza a necessidade de reconhecer e valorizar a luta das mulheres negras na sociedade. Além disso, aborda a relevância do feminismo negro para os debates políticos atuais, destaca a interseccionalidade e a importância de dar voz e visibilidade às mulheres negras. Nesta esteira, valoriza a necessidade de quebrar o silêncio sobre as opressões enfrentadas pelas mulheres negras e a contribuição teórica e prática do feminismo negro para um novo quadro civilizacional (Ribeiro, 2016, p. 101).

Djamila (2016) em seus textos discorre sobre as contribuições teóricas e práticas do feminismo negro para a construção de um novo quadro civilizacional, destaca a perspectiva única e valiosa que as mulheres negras trazem para a teoria e crítica feminista. A autora enfatiza a importância de utilizar a perspectiva da marginalidade das mulheres negras para criticar a dominação racista, classista e a hegemonia sexista, a fim de refutar e criar uma contra-hegemonia – que a autora explica por meio de uma citação de bell hooks, na perspectiva de compreender que é fundamental pensar outras possibilidades de existência.

É essencial para o prosseguimento da luta feminista que as mulheres negras reconheçam a vantagem especial que nossa perspectiva de marginalidade nos dá e fazer uso dessa perspectiva para criticar a dominação racista, classista e a hegemonia sexista, bem como refutar e criar uma contra hegemonia. Eu estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na realização da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa (hooks *apud* Ribeiro, 2016, p. 100).

A reflexão proposta por Djamila (2016) por meio da citação de bell hooks (2013) evidencia a relevância do feminismo negro no campo político e teórico. Compreender como diferentes formas de opressão se entrelaçam e se potencializam é essencial para imaginar novas formas de existência e convivência. Mais que isso, o referencial crítico desenvolvido por pensadoras negras não se limita à análise da condição das mulheres negras — um grupo também marcado pela diversidade —, mas amplia o debate para questionar os próprios fundamentos da sociedade em que vivemos. Historicamente, mulheres negras têm desafiado a noção universal de “mulher”, propõe leituras críticas, que apontam para múltiplas formas de ser e existir enquanto mulher.

A crítica ao feminismo hegemônico, feita por autoras como Djamila Ribeiro (2016), evidencia a urgência de se pensar um feminismo que contemple as múltiplas dimensões da opressão vivida por mulheres negras. Ao destacar a interseccionalidade

como ferramenta analítica e política, essas pensadoras ampliam o escopo do debate feminista, desafiam estruturas, que historicamente invisibilizaram suas experiências.

É nesse contexto que a contribuição de Lélia Gonzalez (1988) se torna ainda mais significativa, especialmente por meio do conceito de “amefricanidade”.

Quanto a nós, negros, como podemos atingir uma consciência efetiva de nós mesmos, enquanto descendentes de africanos, se permanecemos prisioneiros, "cativos de uma linguagem racista"? Por isso mesmo, em contraposição aos termos supracitados, eu proponho o de amefricanos ("Amefricans") para designar a todos nós (Gonzalez, 1988, p. 76).

Lélia propõe uma leitura situada e plural das identidades negras na diáspora. A partir dessa perspectiva, o pensamento de González dialoga com outras intelectuais negras, como Beatriz Nascimento, que também buscaram resgatar e valorizar as raízes africanas como forma de resistência e reconstrução identitária. Juntas, estas autoras contribuem significativamente para o discurso sobre o feminismo negro, oferece quadros teóricos e estratégias práticas para abordar a complexa interação entre racismo, sexismo e classismo.

Por fim, a Djamila (2016) destaca a urgência de incorporar uma perspectiva étnico-racial ao movimento feminista, a fim de combater a histórica invisibilização das mulheres negras e de suas lutas. Essa exclusão sistemática tem dificultado o reconhecimento dessas mulheres como sujeitos políticos plenos. Ao defender uma abordagem crítica e interseccional, a autora propõe caminhos para novas formas de compreensão e atuação política, capazes de romper com os silêncios impostos às experiências negras.

Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável (Ribeiro, 2016, p. 101).

Nesse sentido, essa perspectiva não apenas reconhece as múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres negras, valoriza suas contribuições e protagonismo, tanto dentro do feminismo quanto em outros espaços de transformação social.

Por conseguinte, as obras infantojuvenis dedicadas a Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento evidenciam a relevância do feminismo negro no Brasil e sua contribuição para a formação crítica de leitores e leitoras desde a infância. Cada uma dessas narrativas apresenta, de forma acessível e sensível, aspectos marcantes da trajetória dessas intelectuais, permitir que crianças conheçam suas histórias e compreendam a importância de suas lutas.

A obra sobre Lélia Gonzalez destaca sua atuação política e cultural, com ênfase no conceito de “amefricanidade”; a narrativa dedicada a Sueli Carneiro valoriza sua resistência frente ao racismo e ao sexismo, enquanto a história de Beatriz Nascimento apresenta sua relação com os quilombos e a valorização da ancestralidade africana. Essas obras não apenas introduzem figuras históricas fundamentais, concomitante, criam pontes entre o enredo literário e os pensamentos dessas autoras, o que será aprofundado nas análises.

A literatura infantojuvenil, como já abordado anteriormente, exerce um papel fundamental na construção de identidades e na formação do imaginário social de crianças e jovens. Nesse processo, a presença de corpos negros — especialmente de mulheres negras — nas narrativas e nas ilustrações é essencial para romper com a hegemonia eurocêntrica que historicamente invisibilizou essas existências. A inclusão de figuras históricas e culturais que representam identidades marginalizadas — como as mulheres negras brasileiras — é essencial para oferecer aos leitores a possibilidade de se reconhecerem positivamente, ocupar espaços de protagonismo, liderança e resistência.

A valorização de narrativas que apresentam mulheres negras como protagonistas e líderes em diferentes esferas da sociedade tem ganhado relevância crescente, sobretudo no campo da literatura infantojuvenil. Quando essas histórias são direcionadas a crianças e jovens negros, assumem papel significativo, pois contribuem sobremaneira para a construção de uma identidade positiva e fortalecem o processo de afirmação do leitor e da leitora negros. Ao se verem representados de forma digna e complexa, podem romper com o ciclo de exclusão simbólica e passar a ocupar um lugar ativo na construção de sentidos e pertencimento.

A literatura infantojuvenil de temática africana e afro-brasileira, nesse contexto, emerge como um campo de resistência e reexistência, oferece alternativas às narrativas

hegemônicas que historicamente silenciaram ou estereotiparam os sujeitos negros. No contexto de uma tradição literária majoritariamente eurocêntrica, essa produção - surge como espaço de resistência e representatividade, promove, por sua vez, a formação leitora, a partir de referências que dialogam com a vivência e o imaginário desses sujeitos. Nesse processo, o corpo negro representado nas ilustrações torna-se elemento central, uma vez que permite que leitores em formação se reconheçam visualmente nas obras, ampliam o sentimento de pertencimento e a compreensão de seu potencial transformador no mundo.

Este tópico propõe-se à análise detida da representação de lideranças femininas negras no universo infantojuvenil, com base nas obras publicadas pela editora Mostarda, que destacam a trajetória de figuras históricas e culturais como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Essas mulheres, que desempenham papéis fundamentais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, são muitas vezes ignoradas, silenciadas ou marginalizadas pela história oficial. A literatura infantojuvenil, ao trazer suas histórias para o público jovem, oferece uma possibilidade de reescrita da história, possibilitam que as novas gerações aprendam sobre essas figuras, suas lutas, conquistas e, principalmente, sua resistência.

No vídeo *Como é a representatividade da mulher negra na literatura*, produzido pelo *Letras Pretas* em setembro de 2023, no canal Enfrente, há uma discussão sobre como a mulher negra é representada na literatura. Uma das participantes, Elizandra Souza — poeta, editora e jornalista — afirma:

A mulher negra aparece de uma forma estereotipada, erotizada. [...] e a gente aparece nessa literatura dessa forma, sem subjetividade, sem família, sem amor, sem afeto, [...] não é visto como uma vida, porque é uma coisa, a gente entrou nesse país como uma coisa, como uma mercadoria (Souza, 2023, s/p).

Em sua fala destaca a representação estereotipada e desumanizada da mulher negra na literatura. Sinaliza que, frequentemente, a mulher negra é retratada de maneira erotizada, sem subjetividade, sem família, amor ou afeto.

Doravante, Eduardo Duarte (2014) evidencia como a literatura brasileira cristalizou uma representação estereotipada e desumanizada da mulher negra. Focada frequentemente na hipersexualização, essa figura literária surge destituída de subjetividade, afetividade e laços familiares, resumindo-se, nas palavras do autor, "[...] à sensualidade e à disponibilidade para o sexo sem compromissos ou consequências,

‘mulata assanhada’, entre outras" (Duarte, 2014, p. 268). Trata-se do reflexo de um legado histórico de objetificação de corpos negros femininos, cujo ápice trágico se materializa na personagem Bertoleza, de *O Cortiço*, definida como "[...] suicida e duas vezes escravizada" (Duarte, 2014, p. 269).

Justamente por conta dessa herança literária, argumenta-se que a mera presença do fenótipo negro não garante representatividade. Torna-se imperativo, assim, escrutinar a política dessa representação: a personagem atua como agente da própria história ou é relegada a um espaço acessório? Sua cultura é dotada de humanidade ou folclorizada? A representatividade que fundamenta esta pesquisa exige a restituição da complexidade ao sujeito negro, retirando-o da passividade de objeto para alçá-lo à condição de protagonista de sua própria narrativa.

Afinal, a escassez de uma representatividade digna e plural na literatura ratifica preconceitos e consolida estereótipos que impedem que meninas negras se percebam de forma positiva e multifacetada nas narrativas que consomem. Ao não encontrarem espelhamentos de suas realidades, anseios e resistências, essas jovens podem internalizar a premissa de que suas trajetórias são irrelevantes ou indignas de registro. Essa lacuna representacional compromete a autoestima, o sentimento de pertença e a própria construção identitária, contribui, em última instância, para a perpetuação de desigualdades e discriminações estruturais. E não menos importante, tem-se outra fala marcante do projeto é de Débora Garcia (2023), criadora do Sarau das Pretas:

Então, a gente precisa garantir que as pessoas que vivenciam essas questões tenham a possibilidade de narrar suas histórias, e isso implica no protagonismo, no empoderamento. Eu tenho poder e capacidade de contar a minha história também (Garcia, 2023, s/p).

Débora (2023) enfatiza a importância do protagonismo e do empoderamento das pessoas negras na narração de suas próprias histórias. É fundamental garantir que as pessoas que vivenciam questões de racismo e discriminação tenham a capacidade e a oportunidade de contar suas próprias histórias. Esse processo de contar histórias é uma forma poderosa de empoderamento, pois permite que essas pessoas controlem a narrativa

sobre suas vidas e desafiem os estereótipos e preconceitos perpetuados por representações inadequadas.

A inserção de corpos negros na literatura geral e infantojuvenil é, portanto, uma estratégia política e pedagógica de enfrentamento ao racismo estrutural. Ao ocupar o espaço simbólico da literatura, esses corpos deixam de ser apenas objetos de discurso e tornam-se sujeitos de suas próprias histórias. Para meninas negras, ver personagens que se parecem com elas e que vivenciam suas próprias lutas e triunfos pode ser transformador. Isso não só valida suas experiências, oferece modelos de força, resiliência e capacidade de transformação social

A inclusão de personagens femininas negras na literatura infantojuvenil que são complexas, fortes e diversas ajuda a construir uma imagem positiva e inspiradora para essas meninas. Circunstancialmente podem se ver como protagonistas de suas próprias histórias, com poder e capacidade para superar desafios e alcançar seus objetivos.

Portanto, a representatividade da mulher negra na literatura infantojuvenil é essencial para a construção de uma identidade positiva e fortalecida nas crianças negras. Ao verem personagens que refletem suas realidades e que são retratadas de maneira digna e empoderadora, meninas negras podem desenvolver um senso de autoestima, pertencimento e orgulho de suas origens. Além disso, a capacidade de narrar suas próprias histórias promove o empoderamento e desafia as narrativas preconceituosas, contribuem para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Carolina Maria de Jesus (2019) e Conceição Evaristo (2021) são exemplos de autoras que transcenderam os limites impostos por seus contextos históricos, tornam-se figuras icônicas da literatura afro-brasileira. Carolina, com sua escrita diarística em *Quarto de Despejo* (2014b), oferece um retrato cru da pobreza e da marginalização, enquanto Evaristo, com sua escrevivência, cria narrativas que mesclam memória, experiência e resistência.

Sem amesquinhar a importância seja dos modelos mais corriqueiros e aceitáveis do futebolista ou do sambista, a coleção resolveu pautar-se pela busca de outros personagens nacionais e internacionais no âmbito de outras relevâncias e competências. Não por acaso iniciou os primeiros volumes com a escritora Carolina Maria de Jesus, verdadeiro fenômeno literário nos anos sessenta do século passado e até alguns anos atrás relegada a um estranho ostracismo e portanto, praticamente desconhecida em sua importância social e

até contestada literariamente por setores da crítica e dos meios universitários (Braz, 2022, s/p).

A escolha de iniciar a coleção com a figura de Carolina Maria de Jesus não é apenas simbólica, mas profundamente estratégica. Ao resgatar sua trajetória e obra, a coleção rompe com o silenciamento histórico que relegou a autora ao esquecimento, apesar de sua relevância literária e social. Tal decisão editorial revela um compromisso com a valorização de vozes negras que desafiaram os limites impostos por seu tempo e que, ainda hoje, inspiram resistência e reflexão.

É nesse contexto que se insere a análise das obras infantojuvenis inspiradas em Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, que ao adaptarem suas histórias para o público jovem, ampliam o alcance de suas mensagens e possibilitam o diálogo com temas urgentes como desigualdade, racismo e empoderamento.

Um ponto de tensão fundamental nesta análise reside no conceito de *escrevivência*, cunhado por Conceição Evaristo. Originalmente, o termo designa a escrita que nasce do cotidiano, das memórias e da vivência da mulher negra, borram as fronteiras entre ficção e realidade. A indagação que se impõe é: como aplicar tal conceito a obras escritas por autores brancos, como é o caso de parte da Coleção Black Power?

É preciso esclarecer que, nestas obras, a *escrevivência* não opera como método de criação autoral — visto que o autor não partilha da vivência da mulher negra —, mas sim como objeto de representação e característica da biografada. Quando o texto narra a vida de Carolina Maria de Jesus, para além, representa a *escrevivência* dela; pois a coloca em cena como uma personagem, um traço vital da identidade da protagonista.

Portanto, não afirmamos que a obra é um ato de *escrevivência* do autor, mas que a reverencia e a difunde às mulheres biografadas. Essa distinção é vital para não esvaziar o sentido político do termo proposto por Evaristo, reconhecer as limitações do lugar de fala da autoria branca, ao mesmo tempo em que valoriza a potência da narrativa em apresentar esse conceito às crianças.

Na medida em que Assis Duarte (2014) postula que ambas as autoras representam um marco na literatura brasileira ao desafiar estéticas e temáticas dominantes, declara que as obras infantojuvenis baseadas nessas autoras, para o público infantojuvenil, não apenas introduzem jovens leitores a temas complexos, concomitantemente, abrem caminho para discussões mais amplas sobre desigualdade social, racismo e empoderamento.

Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo são autoras que atravessam o tempo, permanecem atuais e necessárias. Suas obras, embora enraizadas em contextos históricos específicos, continuam a dialogar com as urgências do presente, revelam as permanências das desigualdades sociais e raciais no Brasil. Ambas representam o que se pode chamar de autoras “de ontem e de hoje”, pois suas escritas não apenas resistem ao esquecimento, porém se renovam constantemente nas leituras contemporâneas.

A autora Luciane de Lima Paim (2023), em sua tese intitulada *Ancestralidade e memória nas escrevivências de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo: o elo entre passado e presente nas narrativas*, faz refletir sobre a importância das lutas de Conceição e Carolina para outras autoras como a nigeriana Chimamanda Ngozi Adiche,

Livros como Carolina e Evaristo aproximam-se das realidades e dos cotidianos de estudantes e de todo um povo que se vê refletido e representado nas narrativas dessas autoras. Chimamanda Ngozi Adichie, em *O perigo de uma história única* (2019), descreve que suas primeiras escritas eram sobre o que ela dizia, ou seja, histórias europeias, com personagens brancos e de elite. Segundo a autora, ela só pode escrever sobre a sua própria história, sobre suas "escrevivências", a partir do conhecimento que se obtém sobre as literaturas africanas. Logo, se não existe a literatura feita por mulheres negras, periféricas, como Carolina e Conceição, ficariam reduzidas às mesmas histórias do passado? Quando quem possuía fala tinha preferência pelo direito à fala? (Paim, 2023, p. 21-22).

O conceito de escrevivência, cunhado por Evaristo, atravessa a produção das duas autoras ao valorizar a experiência vivida como matéria literária e política, transformam a memória em denúncia e resistência. Trata-se de uma escrita que nasce da vida e da escuta das vozes silenciadas encontra eco em espaços como o *Portal Geledés*⁹ que atua como um importante veículo de divulgação e valorização da produção intelectual e cultural de mulheres negras, e o *site Literafro*¹⁰ que reúne e disponibiliza obras, biografias e análises críticas de autores e autoras afro-brasileiros, contribui para a democratização do acesso ao conhecimento e para a descolonização do olhar sobre a literatura brasileira.

Assim, Carolina e Conceição seguem lidas, estudadas e celebradas, não apenas por sua relevância literária, muito além, por sua capacidade de provocar reflexões

⁹ <https://www.geledes.org.br/>

¹⁰ <https://www.letras.ufmg.br/literafro/>

profundas sobre o Brasil de ontem e de hoje, com aspirações ao Brasil do futuro mais justo e equitativo.

Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, com suas trajetórias e produções intelectuais, foram essenciais para o avanço do letramento racial e da interseccionalidade no Brasil. Não se detiveram, tão somente, a denunciarem as estruturas de opressão, propuseram novas formas de pensar e agir, valorizaram a cultura, a história e o conhecimento negro. As contribuições continuam a inspirar e a guiar a luta por uma sociedade mais justa e equitativa, onde a identidade negra seja reconhecida e celebrada em toda a sua complexidade

As ilustrações presentes nas obras infantojuvenis afro-brasileiras que abordam a liderança feminina negra são uma forma de resistência cultural e de afirmação da identidade negra. Ao resgatar as figuras históricas e culturais dessas mulheres, as ilustrações ajudam a criar modelos de representações que são vitais para a autoestima e a formação de uma identidade positiva nos leitores negros. Concebidas as imagens, vibrantes e poderosas, não são apenas um reflexo de uma estética visual, mas um campo de luta e de afirmação, onde as identidades negras são celebradas e as histórias de resistência são transmitidas para as novas gerações, conforme Debus (2017, p. 37) “[...] contemporaneamente, a ilustração tem papel intrínseco nas publicações e é lida também como narrativa [...]”.

Na literatura, especialmente na produção voltada ao público infantil, as imagens e narrativas assumem papel fundamental na formação de representações de mundo e de si. Ao falar-se em literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira infantojuvenil, não se discute tão somente presença ou ausência de personagens negras, trata-se da forma como essas personagens são construídas esteticamente, simbolicamente e discursivamente. Nesse cenário, ganha relevância a relação entre sujeito e representação — ou seja, a forma como os leitores, especialmente crianças negras, se reconhecem (ou não) nas histórias que leem.

Ao pensar a literatura como espaço de reorganização de signos, torna-se possível enxergá-la como campo de disputa simbólica e ideológica, capaz de tensionar visões hegemônicas e promover deslocamentos importantes na construção da identidade. Maria Carolina Godoy em seu texto “Retratos de Meninas e de Mulheres Negras: Afeto e

Pertencimento na Literatura infantil” (2022), dialoga com as representações para a autoestima, explica que

Transpor essa dinâmica da relação sujeito e representação, assinalada pelos estudos da psicologia social, para o campo literário, instiga a compreender de que modo a reorganização dos signos nos espaços artísticos subverte – ou não – a teia de significados disposta no espaço social. Mais precisamente, na literatura de temática afro-brasileira voltada às crianças, a reorganização de signos estimula a rever, pela linguagem verbal e não-verbal, a visão hegemônica branca e desconstruir estereótipos negativos (Godoy, 2022, p. 49).

Ao destacar a potência da linguagem artística — tanto verbal quanto não verbal — na desconstrução de estereótipos, Godoy (2022) aponta para o papel transformador da literatura como aliada de letramento racial e empoderamento simbólico. Nas obras da Editora Mostarda, por exemplo, essa reorganização de signos se expressa na maneira como as autoras e ilustradoras constroem narrativas, que rompem com a normatividade branca e projetam uma infância negra potente, bela e protagonista. Cada escolha estética e textual busca reconfigurar o olhar do leitor, abre espaço para novas formas de pertencimento e representação. É um compromisso ético e político, que se reflete na própria missão da editora, que declara como propósito não apenas publicar livros, mas “[...] plantar sementes de transformação” (2022) por meio da diversidade e da inclusão. O objetivo da Editora, como seu slogan diz: *“Diversidade nas páginas, inclusão em cada história”*,

Fazemos parte da segunda geração de uma família dedicada aos livros. A escolha do nome da Editora tem origem no que a semente de mostarda representa: uma pequena semente, mas que se transforma na maior das hortaliças. Assim, a meta é ser uma grande e importante difusora do livro e que, nessa trajetória, seja possível mudar a vida das pessoas, agregando conhecimento, quebrando barreiras e preconceitos! (Site Editora Mostarda, s/d, s/p).

Ao dar visibilidade às experiências, lutas e conquistas da população negra, essas obras contribuem para desconstruir estereótipos negativos e fomentar a empatia e o respeito entre os jovens leitores.

Por fim, há que se destacar que as biografias publicadas pela Editora Mostarda, ao resgatar e recontar as trajetórias de mulheres como Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, oferecem perspectiva crítica e necessária, que subverte o registro tradicional da história oficial — um registro que, por muito tempo, silenciou ou distorceu a participação das mulheres negras.

5.1 CAROLINA MARIA DE JESUS: A ESCRITA COMO SOBREVIVÊNCIA

A presente pesquisadora inicia este subcapítulo primeiramente a agradecer à Amanda Crispim Ferreira¹¹ por todo o seu trabalho, sua tese de doutorado, intitulada *A poesia de Carolina Maria de Jesus: um estudo de seu projeto estético, de suas temáticas e de sua natureza quilombola* (2020), oferece uma análise aprofundada da obra poética de Carolina Maria de Jesus e tornou-se fundamental para compreender a complexidade da produção literária de Carolina para além de suas obras mais conhecidas. É notável que durante a leitura dessa obra pontos que dialogam com o que se objetiva apresentar sobre Carolina Maria de Jesus, nesta dissertação. Ao longo da escrita de Amanda - denominada assim por autorização da própria -, são traçados pontos sobre o projeto estético de Carolina e como se manifesta em sua poesia por meio de temáticas como a vivência na favela, a luta por dignidade, a maternidade, a fome, a esperança e a crítica social.

Tinha fome de escrever, de arte, de justiça social, de dignidade, de existência, de amor, de felicidade, e isso foi revelado por meio de uma obra ampla e versátil, que foi mudando ao longo de sua trajetória, à medida que eu fosse adquirindo mais conhecimento sobre uma arte literária, adentrando os espaços poéticos e construindo um projeto literário próprio (Valério, 2020, p. 26).

O presente estudo enriquece a discussão sobre como a literatura de Carolina, mesmo em sua vertente poética pouco conhecida, contribui para a construção de identidade e o letramento racial, ao abordar realidades e perspectivas de vida de populações marginalizadas. Destaca-se, além disso, que a tese argumenta sobre a "natureza quilombola" da poesia de Carolina, o que remete à resistência, à ancestralidade e à afirmação da identidade negra. Este aspecto é diretamente relevante para o conceito de letramento negro e a importância da literatura afro-brasileira infantojuvenil na formação identitária.

A partir dessa concepção, compreendemos a poética de Carolina Maria de Jesus como quilombola. É quilombola o seu ato de acessar a palavra poética, tão negada aos nossos ancestrais. É quilombola o seu exercício de escrita, mesmo diante da carência material e estrutural. É quilombola o seu movimento de escrever versos de amor, permeados de idealizações e utopias, mesmo

¹¹ Esclarece-se que durante a escrita haverá variações de sobrenome **Ferreira** e **Valério**, observadas nas citações, referem-se à mesma pesquisadora em diferentes momentos de sua produção acadêmica.

diante de uma realidade que ele oferece exatamente o contrário (Valério, 2020, p. 331).

A análise de Crispim reforça a imagem de Carolina Maria de Jesus não apenas como uma diarista ou catadora, sobretudo como uma intelectual orgânica, com um projeto literário consciente e engajado. Isso é crucial para desmistificar a visão simplista de sua obra e para valorizar sua contribuição para a literatura brasileira.

A fortuna crítica sobre Carolina Maria de Jesus tem crescido significativamente nos últimos anos, reflete o crescente interesse de pesquisadores em sua obra e legado. Abaixo, um levantamento de teses e dissertações recentes, com foco nas publicações dos últimos anos (aproximadamente 2020-2024), obtidas a partir de buscas em repositórios acadêmicos e portais de teses e dissertações:

- *Mobilidade em trânsito: Carolina Maria de Jesus e sua luta inspiradora para a mobilidade social.* Autor: Ana Paula da Costa Munção; Defendida em: 2024;
- *Romance de retalhos: uma análise da composição e da edição de Pedacos da fome de Carolina Maria de Jesus.* Autor: Luciana Placucci Vizzotto; Defendida em: 2024;
- *O projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus.* Autor: Marques, Matheus Augusto de Santana; Defendida em: 2023
- *A Favela em perspectiva comparada.* Autor: SOUZA, Francisca Katrine de Carvalho. Defendida em: 2023
- *Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus e cartas a uma favelada.* Autor: Marie-Hélène P. Bassole, Defendida em: 2023
- *Práticas pedagógicas antirracistas: vida e obra de Carolina Maria de Jesus como conteúdo curricular na Educação Básica.* Autor: Micheal Dias, Defendida em: 2023.
- *Representações da escritora Carolina Maria de Jesus no discurso jornalístico.* Autor: Tatiane Silva Santos, Defendida em: 2022;
- *Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus na Alemanha.* Autor: Raquel Alves dos Santos Nascimento, Defendida em: 2022;

- *A poesia de Carolina Maria de Jesus: um estudo de seu projeto estético, de suas temáticas e de sua natureza quilombola*. Autor: Amanda Crispim Ferreira Valério, Defendida em: 2020;

Este breve levantamento, enquanto dado empírico de pesquisa nesta dissertação, demonstra a relevância crescente da obra de Carolina Maria de Jesus no cenário acadêmico, reforça o argumento da necessidade de sua inserção no espaço escolar desde a infância.

A valorização da educação por Carolina Maria de Jesus, evidenciada em seus escritos, ratifica a importância de sua presença no ambiente escolar. A trajetória, marcada por desafios sociais e econômicos, ganha contornos inspiradores justamente por ter sido permeada pela busca pelo saber e pela palavra escrita. Ao reconhecer na leitura e na literatura instrumentos de transformação pessoal e social, Carolina oferece um exemplo potente e acessível para os estudantes, contribui para uma formação crítica e sensível desde os primeiros anos de escolarização.

Carolina Maria de Jesus, em suas obras *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada (2014b) e *Diário de Bitita* (2014a), expressa repetidamente seu apreço pela educação, leitura e literatura.

A biografia de Carolina Maria de Jesus publicada pela Editora Mostarda, com texto de Orlando Nilha e ilustrações de Leonardo Malavazzi, é uma obra infantojuvenil que se alinha com o propósito de apresentar a autora ao público desde a infância. Além de destacar sua importância como uma das principais escritoras da literatura brasileira, a obra aborda aspectos fundamentais de sua trajetória, como a origem como empregada doméstica, catadora de papel e moradora de favela.

Tais elementos tornam-se centrais para a discussão sobre letramento racial e a valorização da escrita negra no espaço escolar, ao mesmo tempo em que reforçam a necessidade de promover a representatividade na literatura desde os primeiros anos de formação. O livro é classificado como infantojuvenil (a partir de 8 anos), o que se alinha perfeitamente com o foco da dissertação na literatura afro-brasileira infanto-juvenil e a construção de identidade.

Carolina Maria de Jesus é um exemplo emblemático de liderança feminina significativa no contexto da literatura e da resistência negra no Brasil. Considera-se uma trajetória amplamente marcada por uma luta incessante contra as condições de pobreza e

marginalização, estendida aos filhos, bem como uma profunda determinação em registrar sua experiência e de sua comunidade em uma época em que as vozes das mulheres negras eram quase completamente silenciadas.

Nasceu em 1914, em Minas Gerais, cresceu em condições de extrema pobreza e sua história é um testemunho da resistência e da luta pela dignidade humana.

Carolina nasceu em uma cidade mineira chamada Sacramento, no início do século XX, acredita-se que no dia 14 de março de 1914. Dizemos "acredita-se", pois, assim como a maioria das pessoas negras no Brasil, no período pós-abolição, que foram privados dos seus direitos mais básicos, como a existência e a cidadania, Carolina não tinha registro de nascimento. A data "14 de março de 1914" está em um registro de nascimento feito por ela mesma, em 18 de agosto de 1934, quando desejava sair do interior rumo à cidade grande e, para isso, precisava de documentos (Valério, 2020, p. 30).

A escrita de Carolina Maria de Jesus é um exemplo claro de resistência por meio da palavra. Usou sua literatura como forma de expressar a dor, a esperança e a força que caracterizavam tão fortemente sua vida e a de muitas outras mulheres negras da periferia.

No contexto da literatura infantojuvenil, a figura de Carolina pode ser explorada de maneira a apresentar uma imagem positiva e empoderada da mulher negra, que luta pela educação e pelo reconhecimento. Em muitas das obras voltadas ao público infantil, a vida da autora é narrada de forma a mostrar sua resistência e sua inteligência, ao mesmo tempo em que se destaca sua capacidade de escrever e de lutar por um lugar na literatura e na sociedade. Carolina sempre foi uma mulher que admirou os livros, pois “[...] o livro enriquece o espírito” (Jesus, 2014a, p. 129).

Com a permissão do patrão, ela passava momentos de descanso entre grandes escritores da literatura mundial. Para quem considerava os livros a maior invenção da humanidade, aquilo era um paraíso (Nilha, 2019, p. 11).

Apesar da realidade dolorosa, ela não deixava de sonhar. No fim do dia, encostada à porta de seu barraco, olhava para o céu estrelado e sonhava: “Eu que sou exótica gostaria de recortar um pedaço do céu para fazer um vestido” (Nilha, 2019, p. 12).

Recontar a vida de Carolina Maria de Jesus para crianças e jovens é uma forma potente de subverter estereótipos historicamente atribuídos à mulher negra, como o da

invisibilidade ou do analfabetismo. A sua presença no cenário literário brasileiro é de valor inestimável, não apenas pela qualidade de sua escrita, mas pelo impacto simbólico de sua trajetória. Suas obras oferecem um campo fértil para refletir sobre letramento, representatividade e a inserção da mulher negra na literatura.

Ao narrar sua própria história e a de sua comunidade, Carolina rompe com as barreiras sociais e culturais que tentaram silenciá-la, desafia fortemente a ideia de quem tem o direito de escrever e ser ouvido. Nesse gesto, sua escrita torna-se um poderoso ato de resistência cultural, que afirma a voz negra e periférica como parte essencial da literatura brasileira. Em uma entrevista no final da 10ª edição da obra impressa pela Editora Ética, que foi organizada a partir de depoimentos e textos da autora, e reproduz fielmente a linguagem dos originais, no qual afirma,

Por que a senhora começou a escrever?

Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário.

Como surgiu seu interesse pela literatura?

Seria uma deslealdade de minha parte não revelar que o meu amor pela literatura foi-me inculcido por minha professora, dona Lanita Salvina, que aconselhava-me para eu ler e escrever tudo que surgisse na minha mente. E consultasse o dicionário quando ignorasse a origem de uma palavra. Que as pessoas instruídas vivem com mais facilidade.

O que significou a literatura para sua vida?

A transição de minha vida foi impulsionada pelos livros. Tive uma infância atribulada. É por intermédio dos livros que adquirimos boas maneiras e formamos nosso caráter. Se não fosse por intermédio dos livros que deu-me boa formação, eu teria me transviado, porque passei 23 anos mesclada com os marginais.

Como é que uma pessoa que não teve educação escolar consegue compreender e expressar tão bem a realidade dos pobres e dos miseráveis?

Não é preciso ser letrado para compreender que o custo de vida está nos oprimindo.

A senhora pensava em publicar o que escrevia? Como é que a senhora fazia e como foi que conseguiu a publicação afinal?

Cansei de suplicar às editoras do país e pedi à editora Seleções [do Reader's Digest] nos Estados Unidos se queria publicar meus livros em troca de casa e comida e enviei uns manuscritos para eles ler. Devolveram-me... Depois que conheci o repórter Audálio Dantas tudo transformou-se. E eu enalteço o repórter por gratidão (Jesus, 2014b, p. 183-185).

O excerto da entrevista revela, com força e sensibilidade, como a escrita foi para Carolina Maria de Jesus não apenas um refúgio diante da fome e da exclusão, todavia

uma ferramenta de sobrevivência e dignidade. Seu relato evidencia o papel fundamental da educação, ainda que breve, e da figura de sua professora na formação de seu amor pela literatura — um amor que se transformou em resistência e autoria.

A resposta direta e crítica sobre a compreensão da realidade dos pobres demonstra sua consciência social aguçada, reforça que o saber não está circunscrito ao espaço escolar formal. Além disso, sua trajetória até a publicação de suas obras ilustra os obstáculos enfrentados por vozes marginalizadas para serem ouvidas, destacam a importância de mediadores, como Audálio Dantas, para que essas narrativas ganhem visibilidade. Carolina não apenas escreveu sua realidade — desafiou estruturas históricas que negavam à mulher negra e periférica o direito à palavra e à autoria.

Para atividades extras sobre a obra infantojuvenil de Carolina Maria de Jesus, é fundamental considerar como essa narrativa pode ser um caminho para estimular a curiosidade dos jovens leitores, motiva-los a se aprofundarem em sua biografia e em suas obras mais complexas, como *Quarto de Despejo* (2014b). A escritora não é apenas um símbolo da luta contra a desigualdade social, trata-se de uma liderança feminina que, por meio da escrita, conquistou um espaço de visibilidade e respeito, algo que muitas mulheres negras da época não conseguiam alcançar,

Tais publicações recolocaram Carolina na mídia brasileira e, pouco tempo depois, a autora adentrou a academia, com *Quarto de despejo* sendo leitura obrigatória nos vestibulares da UFMG, em 2001, da UnB, em 2004, da UFRGS, em 2018, da Unicamp, da UFSC, da Acafe, da UEM, da UEPG e da UFT, em 2020, da UEL e da Unicentro, em 2021, e sendo objeto de pesquisas em diferentes programas de pós-graduação, como Letras, Psicologia, Ciências Sociais, Estudos da Linguagem, Estudos da Tradução, Ciências da Saúde, História, Arquitetura e Urbanismo, em universidades de todo o país (Valerio, 2020, p. 17).

Ressalta-se que desde 2019, Carolina é também uma biografia voltada para o público infantojuvenil. A obra escrita por Orlando Nilha possui em suas 31 páginas, a história resumida de Carolina, que pode ser dividida entre a sua infância, adolescência, e juventude, e esta última subdividida por sua vida antes e depois da fama literária até sua morte.

Esquecida pela mídia e pelo meio literário, Carolina perdeu quase tudo o que tinha ganhado. Levou uma vida simples em sua chácara até que, em 1977, foi surpreendida por um ataque fatal de asma. Depois de sua morte, foi publicado o livro *Diário de Bitita*, em que a autora conta memórias da sua infância. À frente de seu tempo, ela se tornou um exemplo de resistência e perseverança. Assumiu o seu lugar de fala e fez sua voz ganhar o mundo (Nilha, 2019, p. 31).

Assim, vale dizer que a escolha da editora Mostarda também foi algo especial, visto ser essa pioneira em livros para o público infantojuvenil, a coleção Black Power, é extremamente necessária.

Além disso, sempre que possível, haverá diálogos nas análises com a obra *Diário de Bitita*, na qual há o desdobramento da autora e narradora-menina para contar a trajetória de Bitita/Carolina da infância ao Canindé. Há biografias publicadas sobre a autora para leitores e leitoras adultos, cujos fragmentos podem ser contemplados em aulas sobre a autora destinadas ao público jovem:

- *Muito Bem, Carolina!* (2007), de Eliana Moura de Castro e Marília Novais de Mata Machado;
- *Carolina Maria de Jesus - Uma Escritora Improvável* (2009), de Joel Rufino dos Santos;
- *A Vida Escrita de Carolina Maria de Jesus* (2014), de Elzira Divina Perpétua;
- *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus* (2015), de José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert Levine;
- *Carolina: uma biografia* (2019), de Tom Farias;
- *Carolina, uma biografia: relato fascinante sobre a trajetória de uma escritora necessária*, de Aline Alves Arruda, publicada no *site literafro*, 2021.

As biografias de Carolina Maria de Jesus, ainda que direcionadas ao público adulto, constituem materiais relevantes que podem ser adaptados para o trabalho pedagógico com crianças e adolescentes, desde que acompanhadas por uma mediação atenta por parte dos educadores. A leitura de trechos selecionados dessas obras possibilita aos estudantes uma compreensão mais abrangente da trajetória da autora, extrapola os limites de *Quarto de despejo* e revela os diversos papéis que desempenhou ao longo da vida – mulher negra, mãe solo, moradora da periferia, escritora e sujeito crítico da

sociedade. Tais narrativas também colaboram para o aprofundamento de reflexões sobre desigualdade social, racismo, exclusão e resistência, aspectos fundamentais para a formação de leitores críticos, empáticos e atentos à relevância da literatura marginalizada no panorama literário nacional.

A partir desse conjunto de biografias, aliado à própria produção literária da autora, é possível reconhecer a riqueza de sua trajetória enquanto figura histórica, social e literária, cuja vivência mobiliza questões urgentes como o direito à palavra, a denúncia das desigualdades e a afirmação identitária. Nesse sentido, a análise da obra infantojuvenil *Carolina Maria de Jesus* demanda um diálogo com *Diário de Bitita*, texto autobiográfico no qual a autora revisita suas memórias de infância e juventude. A interlocução entre essas obras, que contemplam diferentes momentos da vida da escritora, enriquece a análise e amplia as possibilidades de abordagem em contextos educacionais diversos.

Carolina Maria de Jesus era uma criança inteligentíssima, “A menina de olhos atentos e ligados na realidade logo se diferenciou desse mundo perdido: sua ânsia de saber, aprender tudo, tornava-a chata e impertinente às vistas das tias e amigas da mãe [...]” (Jesus, 2014a, p. 8). Inteligente demais para um ser negro. “Carolina foi presa: tinha sido denunciada por... ler!” (Nilha, 2019, p. 6). Aliás, quem é esse ser humano negro que ousa ler? Que ousa adquirir conhecimento? Carolina ousou possuir aquilo que era dos brancos, já que escola, estudos e educação, ainda era algo somente para não negros. Sua voz ousou quebrar o silenciamento e desafiar a repressão ao corpo negro nas artes em situação de protagonismo, ao “infiltrar-se”, como ela mesma diz, na literatura.

Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/ os "Outras/os": Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (Kilomba, 2019, p. 33).

A máscara citada pela autora representa a tortura e o silenciamento, ao se observar o local em que a máscara fica: a boca, pois é o nosso local de fala, expressão, enunciação. O órgão pelo qual expõe aquilo que vê com os olhos, sente-se com as peles, e conhece-se com os corações e cérebros. Nesse contexto, a máscara significa silenciamento. Carolina, era uma jovem que sabia muito, mas não para usar contra os brancos, mas porque tinha

um ideal, gostava de ler, “A nossa casa não tinha livros. Era uma casa pobre. “O livro enriquece o espírito” (Jesus, 2014a, p. 121).

A obra *Diário de Bitita* é uma autobiografia de Carolina Maria de Jesus, em que a autora narra suas memórias de infância e juventude. O livro aborda temas como racismo, pobreza e a luta pela sobrevivência em um Brasil pós-abolição. O *Diário* lançado recentemente pela editora SESI de São Paulo, na série Memória e Sociedade, de acordo com as informações divulgadas por essa editora, aborda a trajetória árdua e desafiadora de uma família carente e negra de Minas Gerais, localizada no interior do Brasil, nos primeiros anos do século XX. O diálogo entre *Diário de Bitita* e a obra em análise, para fins desta presente dissertação, possibilita a compreensão da trajetória de Carolina a partir de sua própria perspectiva, além de estimular futuros trabalhos, em sala de aula, com os dois textos, em níveis diferentes. Embora o objetivo desta dissertação não seja a apresentação de propostas metodológicas de ensino, este trabalho pretende alcançar os docentes da Educação Básica interessados no tema, no qual visa despertar a leitura de outras obras da autora além de *Quarto de despejo*.

A história é contada a partir do ponto de vista de uma jovem perspicaz, inteligente, corajosa e interessada, que enfrentou maus-tratos na infância e teve que buscar emprego ainda criança para garantir a própria subsistência e dignidade. A história oferece uma visão abrangente da sociedade rural brasileira, evidencia situações de injustiça social, preconceito, discriminação e estereótipos que, conforme são narrados, são desconstruídos ao longo da narrativa.

Na obra *Memórias da Plantação* (2019), de Grada Kilomba, que retrata uma compilação de episódios cotidianos de racismo, escritos sob a forma de pequenas histórias psicanalíticas, a autora explora a normalidade do racismo e expõe a violência e o trauma de ser colocado como "Outro". A obra de Frantz Fanon (2008) também foi de extrema importância para a realização dessa análise, pois *Peles Negras, Máscaras Brancas* analisa a psicologia do racismo e a alienação dos negros em uma sociedade dominada por brancos.

Nas palavras de Fanon (2008) discute-se como o corpo negro é percebido e tratado na sociedade colonial.

“Preto sujo!” Ou simplesmente: “Olhe, um preto!” Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma) cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos (Fanon, 2008, p. 103).

Essa objetificação do corpo negro é uma experiência compartilhada por Carolina Maria de Jesus, que descreve como seu corpo era constantemente vigiado e controlado. Assim como Kilomba (2019) aborda a violência simbólica e física imposta ao corpo negro, quando escreve sobre a decepção e da dor física do ser negro, cita Fanon e Hall:

Que decepção, ser-se forçada/o a olhar para nós mesmas/os como se estivéssemos no lugar delas/es. Que dor, estar presa/o nessa ordem colonial. Essa deveria ser nossa preocupação. Não deveríamos nos preocupar com o sujeito branco no colonialismo, mas sim com o fato de o sujeito negro ser sempre forçado a desenvolver uma relação consigo mesma/o através da presença alienante do "outro" branco (Hall, 1996). Sempre colocado como "Outra/o", nunca como "Eu". "O que mais isso poderia ser para mim", pergunta Fanon (1967, p. 112), "senão uma amputação, uma excisão, uma hemorragia que respinga meu corpo inteiro com sangue negro?" Fanon utiliza a linguagem do trauma, como a maioria das pessoas negras o faz quando fala sobre experiências cotidianas de racismo, indicando o doloroso impacto corporal e a perda característica de um colapso traumático, pois no racismo o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter (Hall; Fanon *apud* Kilomba, 2019, p. 39).

Dialogando com essa dinâmica de apagamento, Kilomba (2019) problematiza a angústia inerente ao sujeito negro que é forçado a se reconhecer por meio das lentes do colonizador — um processo violento de despersonalização. Sob essa ótica, a identidade negra é frequentemente condicionada pela presença e pelo julgamento do "outro" branco, destituindo-a de sua autonomia.

É precisamente essa tensão que permeia as vivências narradas por Carolina (2014b). Ao registrar suas experiências, a autora não apenas documenta as mazelas de um ambiente hostil, mas denuncia o roteiro de subalternidade que a sociedade a tentava impor. Carolina tensiona essa relação de poder: ainda que se reconheça como um sujeito ético e portador de um forte senso de justiça, ela é obrigada a confrontar os limites de uma estrutura social que já havia predeterminado o espaço e as vivências destinadas aos sujeitos negros. Esse conflito entre a agência da autora e o determinismo racial imposto pelo meio é materializado na seguinte passagem:

Eu notava que os brancos eram mais tranquilos porque já tinham seus meios de vida. E os negros, por não ter instrução, a vida era-lhes mais difícil. Quando conseguiam algum trabalho, era exaustivo. O meu avô com setenta e três anos arrancava pedras para os pedreiros fazerem os alicerces das casas. Os pretos, quando recebiam aquele dinheirinho, não sabiam gastar em coisas úteis. Gastavam comprando pinga. Os pretos tinham pavor dos policiais, que os perseguiam. Para mim aquelas cenas eram semelhantes aos gatos correndo dos cães. Os brancos, que eram os donos do Brasil, não defendiam os negros. Apenas sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para outro. Procurando um refúgio, para não serem atingidos por uma bala (Jesus, 2014b, p. 56).

A força dessa passagem reside justamente na capacidade da autora de decodificar as estruturas que determinam esse lugar "pronto" para a população negra. A despersonalização citada por Kilomba (2019) materializa-se na redução do corpo negro a um mero instrumento de trabalho braçal até a velhice extrema, ou a um corpo caçável pela força policial estatal. Mais grave ainda é o olhar da branquitude que, amparada por seus "meios de vida", isenta-se da violência e a consome como entretenimento sádico ("apenas sorriam achando graça"). Dessa forma, a literatura de Carolina Maria de Jesus transcende o testemunho passivo e atua como uma lente sociológica própria, que desnuda a perversidade da herança colonial e a naturalização do genocídio e da miséria negra na sociedade brasileira.

Hall (2016) aborda a temática sobre a percepção do indivíduo negro como um ser estranho, nunca integrado ao "Eu", o que acarreta uma segregação contínua. Já Fanon (2008), faz uso da comparação do trauma físico para exemplificar os efeitos do racismo, equipara-o a uma perda de identidade devastadora e dolorosa, semelhante a uma amputação ou sangramento. É possível compreender que o trauma físico nesse (e na maioria dos) casos são feridas de bala – a morte.

Kilomba (2019) menciona em sua obra que a forma como o racismo é descrito, muitas vezes, está associada ao sofrimento, evidenciam que as vivências racistas causam consequências físicas e emocionais profundas. Ilustra isso ao citar Fanon, que caracteriza o racismo como uma agressão que aliena a pessoa de sua essência.

A referência inicial estabelece uma conexão direta com as vivências de Carolina Maria de Jesus, autora brasileira que descreveu os desafios de ser uma mulher negra em um contexto adverso. Essa ligação reforça a ideia de que o sofrimento e a exclusão

enfrentados por pessoas negras são experiências compartilhadas em sociedades estruturadas pelo racismo.

Nesse sentido, Fanon (2008) aprofunda a discussão ao explorar a internalização do racismo e seus impactos na *psique* da população negra. Ao complementar essa abordagem, Kilomba (2017) afirma que

O racismo é uma realidade violenta. Por séculos, ele tem sido fundamental para o fazer político da Europa, começando com os projetos europeus de escravização, colonização, e para a atual "Fortaleza Europa". No entanto, o racismo é, muitas vezes, visto como um fenômeno periférico, marginal aos padrões essenciais de desenvolvimento da vida social e política e de alguma forma "localizado na superfície de outras coisas" (Gilroy, 1992, p. 52), como uma "camada de tinta", que pode ser "removida" facilmente. Essa imagem da "camada de tinta" ilustra a fantasia predominante de que o racismo é "algo" nas estruturas das relações sociais, mas não um determinante dessas relações. De modo tendencioso, o racismo é visto apenas como uma "coisa" externa, uma "coisa" do passado, algo localizado nas margens e não no centro da política europeia. Por muitos anos, o racismo nem foi visto nem refletido como um problema teórico e prático significativo nos discursos acadêmicos, resultando em um déficit teórico muito sério (Weiß, 1998). Por um lado, esse déficit enfatiza a pouca importância que tem sido dada ao fenômeno do racismo. E, por outro lado, revela o desrespeito em relação àqueles que experienciam o racismo (Kilomba, 2017, p. 71).

É a construção de uma análise que desconstrói a percepção de que o racismo seria apenas uma camada superficial, periférica às estruturas sociais, revela seu papel central na política europeia.

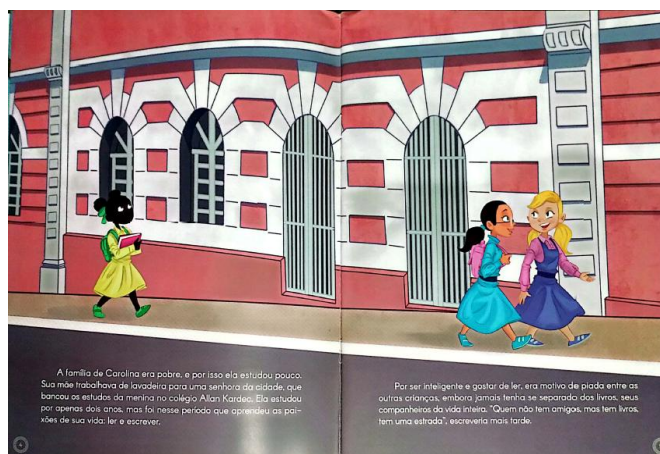
A representação dos ambientes também é significativa. A cidade de Sacramento aparece com arquitetura colonial, mas a ilustração da página 4 da obra infantojuvenil, em que Carolina se dirige à escola, introduz uma tensão visual marcante: a personagem, negra e com um vestido simples, caminha sozinha em direção ao imponente prédio escolar, enquanto outras crianças brancas, em pares e com roupas mais elaboradas, a ignoram ou observam à distância. A composição da cena — com Carolina em primeiro plano à esquerda e as demais crianças ao fundo, à direita, separadas pela arquitetura — sugere visualmente a exclusão e o isolamento que ela enfrentaria, apesar do desejo de aprender.

Essa experiência também é retratada por Joel Rufino dos Santos (2009), em sua obra *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*, por meio de um olhar mais direto e pessoal:

Registrou o colégio Allan Kardec, em Sacramento, o único que o frequentara. Um jornalista disse ter sido o primeiro colégio espírita do Brasil - sempre teve medo de espiritismo. Cinco bancos de cada lado. Um dos meninos, Antônio, seriíssimo, pusera um espelho debaixo da carteira para ver a sua calcinha. Um dia se atracou com outro por sua causa. Naquele lugar ela passara em branco, sem nenhum sentimento por alguém. Muitas vezes, dona Lanitinha fora injusta com ela, exigindo que não viesse com as canelas russas, "Não tem banha na sua casa?", a pusera de castigo por retardar a volta do banheiro, "Tá com caganeira, fica em casa" (Santos, 2009, p. 12).

A passagem narrada por Santos (2009) explicita como o racismo e o classismo atravessavam o ambiente educacional, transformando-o em mais um espaço de exclusão. As reprimendas da professora, que ridicularizam marcas da pobreza no corpo da menina negra — como a falta de recursos para atenuar o ressecamento da pele ("canelas russas") —, reforçam a percepção de uma estrutura social que naturaliza a humilhação do sujeito negro desde a infância. No entanto, é o trajeto rumo a esse mesmo colégio, frequentemente ilustrado de forma lúdica, que simboliza o início de sua emancipação intelectual.

Figura 4: Carolina a caminho da escola



Fonte: Nilha, 2019, p. 4 e 5.

Se, por um lado, as memórias resgatadas por Santos (2009) desvelam as asperezas da escola, por outro, a perspectiva trazida por Nilha (2019) ressalta a dimensão redentora que esse breve período letivo teve na vida da autora. É na ambiguidade desse espaço de opressão que Carolina encontra sua maior ferramenta de resistência:

A família de Carolina era pobre, e por isso ela estudou pouco. Sua mãe trabalhava de lavadeira para uma senhora da cidade, que bancou os estudos da menina no colégio Allan Kardec. Ela estudou por apenas dois anos, mas foi nesse período que aprendeu as paixões da vida: ler e escrever. Por ser inteligente e gostar de ler, era motivo de piada entre outras crianças, embora jamais tenha se separado dos livros, seus companheiros da vida inteira. “Quem não tem amigos, mas tem livros, tem uma estrada”, escreveria mais tarde (Nilha, 2019, p. 4-5).

O texto apresenta uma linguagem clara e concisa, narra as dificuldades enfrentadas, o apoio recebido e o despertar da paixão da menina — e, posteriormente, da autora — pela leitura e pela escrita. Dialoga com o trecho da obra “*Diário de Bitita*”, de Carolina Maria de Jesus,

Decidi estudar com assiduidade, compreendendo que devemos até agradecer quando alguém quer nos ensinar. [...] Depois percebi que já sabia ler. Que bom! Senti um grande contentamento interior. Lia os nomes das lojas! [...] Percebi que os que sabem ler têm mais possibilidades de compreensão. Se desajustar-se na vida, poderão reajustar-se (Jesus, 2014, p. 2014a).

A obra propõe uma reflexão acerca da relevância de inserir, desde os primeiros anos escolares, representações positivas de personagens negras no imaginário das crianças. Tal representação desempenha um papel significativo na desconstrução da hegemonia branca presente nas narrativas voltadas à formação leitora, bem como na superação de estereótipos negativos que perpetuam o racismo estrutural. Essa abordagem, contudo, não implica a renúncia à qualidade literária do texto — evidenciada tanto na análise desenvolvida neste trabalho quanto nos diálogos estabelecidos com outras produções da autora —, mas reforça a função essencial da arte na leitura crítica e na ressignificação do espaço social, político e histórico que constitui a realidade brasileira.

Carolina Maria de Jesus igualmente descreve como o racismo estrutural impactou sua vida e suas oportunidades, e a linguagem na obra biográfica infantojuvenil? A citação abaixo é de Bitita, que descreve isso de forma bastante didática, e ao mesmo tempo esclarecedora:

E o senhor Nogueira dizia:

— Eles tiraram o são Benedito da lavoura e colocaram o são Genário. E a mania do brasileiro, tem o remédio no país, mas preferem importar da Europa. E as lavouras de café foram enfraquecendo-se. O último recurso foi os fazendeiros deixarem suas terras e estabelecerem-se nas cidades. Muitos deixavam suas terras chorando.

— É o início do fim do Brasil, porque agora nós vamos para a cidade e vamos ser consumidores, será uma minoria que irá produzir para uma maioria consumir.

Eles prometiam aos negros:

— Voltem para a lavoura que nós vamos tratá-los bem. Aceitamos as suas reivindicações. A maioria dos negros eram analfabetos. Já haviam perdido a fé nos predominadores e em si próprios.

O tráfico de negros iniciou-se no ano de 1515. Terminou no ano de 1888. Os negros foram escravizados durante quase 400 anos. Quando o negro envelhecia ia pedir esmola. Pedía esmola no campo. Os que podiam pedir esmolas na cidade eram só os mendigos oficializados. A Câmara dava uma chapa de metal com um número, depois de examinado pelo médico e ficar comprovada a sua invalidez. E o mendigo não podia emprestar dinheiro a juro. Eram fiscalizados. Minha lavava roupa por dia e ganhava cinco mil-réis. Levava-me com ela. Eu ficava sentada debaixo dos arvoredos. O meu olhar ficava circulando através das vidraças olhando os patrões comer na mesa. E com inveja dos pretos que podiam trabalhar dentro das casas dos ricos. Um dia a minha mãe estava lavando roupa. Pretendia lavá-la para arranjar dinheiro e comprar comida para nós. Os policiais prenderam-na (Jesus, 2014a, p. 30-31).

A resistência de Carolina Maria de Jesus é evidente em sua determinação de documentar sua vida e expor as injustiças que enfrentou, quando aborda não apenas o racismo, mas as dificuldades econômicas e de gênero que enfrentou.

A análise da obra de Orlando Nilha sobre Carolina Maria de Jesus e a da própria autora Carolina Maria de Jesus, “*Diário de Bitita*”, juntamente com as obras de Grada Kilomba (2019) e Frantz Fanon (2008) revela uma profunda interconexão entre racismo, identidade e resistência. Cada autor, a seu modo, contribui para uma compreensão mais ampla das experiências negras e da luta contínua contra a opressão social.

Haja vista que Joel Rufino dos Santos (2009) corrobora essa compreensão quando analisa a obra de Carolina.

Qualquer juízo sobre Carolina e sua obra não deve esquecer que ela são três: a mulher, a escritora e a personagem criada pela escritora. [...]

Com certeza da personagem, com menos certeza da escritora e, sem nenhuma certeza, da mulher Carolina, que não conheceremos jamais. A personagem está nas entrelinhas dos seus livros; a autora, nos seus escritos; a mulher, nos fatos de sua vida que, como foram narrados pela autora Carolina, nos dão a imagem da pessoa, não a sua "verdadeira" realidade (Santos, 2009, p. 21).

Após as considerações iniciais sobre a produção de Carolina Maria de Jesus, com ênfase no diálogo entre “*Diário de Bitita*” e a obra infantojuvenil, e discussões teóricas sobre corpo negro e racismo, a atenção se volta especificamente para a obra destinada aos jovens leitores. Haverá, quando possível, retomada de fragmentos de “*Diário de Bitita*”, que dialoguem com a obra e/ou biografias como a de Joel Rufino dos Santos (2009).

Inicialmente, a biografia escrita por Nilha (2019) apresenta um contexto histórico que permite estabelecer diálogos interdisciplinares com os componentes de História e Geografia, ao contextualizar de forma clara o local e a época em que Carolina Maria de Jesus viveu. A obra é voltada para o público infantojuvenil, atendendo tanto a leitores em fase de alfabetização quanto àqueles em processo de consolidação do letramento literário (abarcando a faixa dos 7 aos 12 anos), por meio de uma linguagem acessível e envolvente. Além disso, a escrita dialoga de maneira interativa com as imagens, promovendo uma leitura multimodal que favorece a compreensão e o engajamento dos leitores em formação.

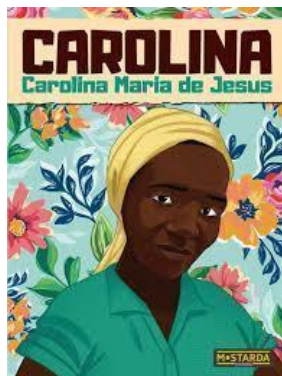
A biografia infantojuvenil de Carolina Maria de Jesus, ilustrada por Leonardo Malavazzi, Lucas Coutinho e Kako Rodrigues, com texto de Orlando Nilha, abre a análise deste *corpus* com uma figura emblemática da resistência e da potência intelectual que emerge das margens.

A obra busca apresentar às crianças a trajetória da autora de “*Quarto de Despejo*” (2014b), desde sua infância em Sacramento, Minas Gerais, até sua vida como catadora de papel e escritora na favela do Canindé, em São Paulo. A análise da interação texto-imagem nesta obra é particularmente crucial para entender como se constrói a representação de uma figura tão complexa, marcada pela pobreza extrema, pelo racismo, mas paradoxalmente, também por uma força vital e uma lucidez crítica expressas em sua escrita visceral.

As ilustrações optam por um estilo que mescla realismo e expressividade, com traços marcados e um uso significativo da cor para construir atmosferas e destacar elementos. A representação visual de Carolina evolui ao longo da narrativa, acompanha as fases de sua vida. Na capa, apresenta-se uma Carolina jovem, olhar direto e firme, emoldurada por um fundo floral vibrante, que contrasta com a dureza frequentemente

associada à sua imagem. Essa escolha inicial já sugere uma abordagem que busca ir além do estereótipo da vítima da miséria, destaca sua beleza, dignidade e conexão com uma certa vitalidade (as flores), talvez uma metáfora da própria escrita, que floresce em meio às adversidades.

Figura 5: Capa do livro “Carolina”, biografia da escritora Carolina Maria de Jesus, Editora Mostarda.



Fonte: Nilha, 2019.

Ao longo das páginas, as ilustrações retratam momentos-chave: a infância em Minas, o trabalho árduo, a experiência escolar breve, porém marcante, a prisão injusta por "feitiçaria" (acusação racista velada), a mudança para São Paulo, a vida na favela, o trabalho como catadora, a relação com os filhos e, fundamentalmente, o ato da escrita.

O contraste se acentua na representação da favela do Canindé, as ilustrações buscam capturar a precariedade dos barracos, feitos de madeira e materiais improvisados, o chão de terra batida, as roupas penduradas no varal. No entanto, evita-se uma estetização da miséria. As cores, embora por vezes sóbrias, não são exclusivamente escuras ou opressivas.

O texto de Orlando Nilha narra os fatos biográficos de forma direta e acessível ao público infantil, destaca a inteligência de Carolina, seu amor pela leitura e escrita, as dificuldades enfrentadas e sua resiliência. As ilustrações de Rodrigues complementam e, por vezes, intensificam a narrativa. Por exemplo, nas páginas 6 e 7, o texto menciona que Carolina foi presa acusada de fazer "feitiçaria" contra os brancos

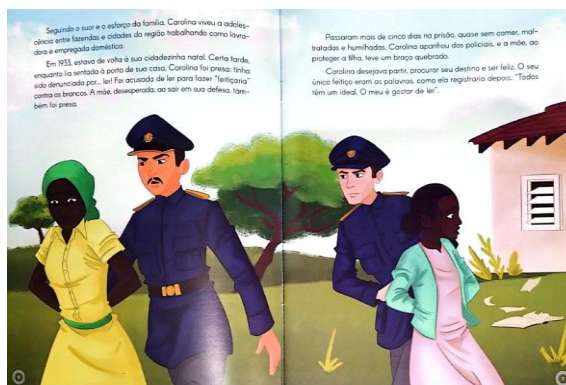
Em 1933, estava de volta à sua cidadezinha natal. Certa tarde, enquanto lia sentada à porta de sua casa, Carolina foi presa: tinha sido denunciada por... ler! Foi acusada de ler para fazer “feitiçaria” contra os brancos. A mãe, desesperada, ao sair em sua defesa, também foi presa (Nilha, 2019, p. 6).

A ilustração mostra Carolina é confrontada por dois policiais (um com traços mais autoritários, outro mais jovem e talvez hesitante), enquanto sua mãe, desesperada, tenta defendê-la. A expressão corporal de Carolina, com as mãos na cintura e o olhar desafiador, mesmo em uma situação de vulnerabilidade, reforça visualmente a ideia de sua força e recusa em se submeter passivamente à injustiça, algo que o texto apenas sugere ao dizer que ela "saiu em sua defesa".

Um dia estava lendo, passaram uns rapazes, pararam e pediram para ver o meu dicionário, entrei o livro para eles olharem. [...] Percebi que eles eram pernósticos e fiquei com dó, porque a leitura beneficia tanto o homem como a mulher. Queixei-me de que o meu desejo era ter saúde para trabalhar. Que a enfermidade me transformava num farrapo humano. Quando eles saíram, foram contar para o sargento que eu o havia xingado de farrapo. [...] O sargento era compadre de minha prima Leonor, e deu ordem aos soldados para me prender. [...] Assustei-me quando vi os policiais. Eles pararam na minha frente e deram ordem de prisão. Não perguntei por que estava sendo presa. Apenas obedeci. Minha mãe interferiu, dizendo que eu não estava fazendo nada de errado. - Cale a boca! E você também está presa.”

O sargento mandou um soldado preto nos espancar. Ele nos espancava com um cacete de borracha. Minha mãe queria proteger-me, colocou o braço na minha frente recebendo as pancadas. O braço quebrou, ela desmaiou, eu fui ampará-la, o soldado continuou espancando-me. Cinco dias presas e sem comer (Jesus *apud* Santos, 2009, p. 181).

Figura 6: Carolina e sua mãe sendo presas.



Fonte: Nilha, 2019, p. 6-7.

Outro momento significativo é a representação do trabalho doméstico e do acesso à leitura. Nas páginas 8 e 9 da obra de Nilha, Carolina é mostrada no ato de limpar o chão de uma casa abastada, uma imagem que remete ao estereótipo da mulher negra no trabalho doméstico. Contudo, as páginas seguintes, 10 e 11, mostram-na absorta na leitura, onde aproveita a biblioteca do patrão, Senhor Eurícles de Jesus Zerbini. A composição visual da página 10 é poderosa: Carolina, de perfil, iluminada pela luz que entra pela janela, está rodeada por pilhas de livros, que parecem ser seu verdadeiro refúgio e fonte de prazer. A ilustração contrasta fortemente com a da página anterior, sugere que, apesar do trabalho braçal imposto, seu universo interior era rico e alimentado pela literatura. A frase do texto, "Para quem considerava os livros a maior invenção da humanidade, aquilo era um paraíso!", (Nilha, 2019, p. 11) ganha força visual nessa representação.

Na narrativa, é possível perceber a imagem de Carolina construída que põe em destaque a luta da autora para saciar a fome de seus filhos, ao longo de anos de luta.

Carolina teve quatro filhos.

Primeiramente, que se chamaria Carolina, filha do norte-americano Wallace, nasceu morta.

O segundo foi João José, o terceiro, José Carlos, por último, Vera Eunice, filha de um pequeno empresário, dono de uma fábrica de balanças e uma empresa de pintura. Nasceram e passaram a infância e parte da adolescência no Canindé. (Santos, 2009, p. 73)

Ela não deixava de se preocupar com os filhos descalços sobre a lama da favela, com certeza famintos, torcendo para que a mãe voltasse mais cedo para casa com um pedaço de pão ou com um pouco de arroz. Se tinha almoço, não tinha jantar; se tinha jantar, não tinha almoço, como revelam as palavras da própria Carolina: "Eu sou negra, a fome é amarela e dói muito" (Nilha, 2022, p. 19).

O ato da escrita é central e visualmente destacado nas páginas 20 e 21. Carolina é retratada sentada a uma mesa simples, escreve em um caderno, com outros cadernos e livros ao redor. A expressão é de concentração e intensidade. A ilustração busca capturar a importância vital da escrita para Carolina, não como um passatempo, mas como "[...] uma necessidade, assim como respirar, comer e matar a sede" (Nilha, 2019, p. 21), conforme diz o texto. A imagem reforça a ideia da escrita como ferramenta de elaboração da realidade, de denúncia e de afirmação de sua existência e subjetividade – a própria essência da escrevivência (Evaristo, 1996).

Além disso, é possível perceber que a ilustração busca retratar Carolina sempre tranquila apesar das misérias e das dores vividas - coisa que a mesma sempre retratou em suas obras, “Mesmo levando uma vida difícil, existia dentro de Carolina uma voz que queria ser ouvida, que desejava gritar para o mundo: “Vejam, eu existo, esta sou eu!” (Nilha, 2022, p. 21).

Figura 7: Carolina com seus escritos.



Fonte: Nilha, 2019, p. 20.

A obra contribui significativamente para a representatividade de mulheres negras na literatura infantojuvenil. Ao retratar Carolina Maria de Jesus, foge-se do apagamento histórico e oferece-se às crianças negras um modelo de identificação complexo: uma mulher negra, pobre, favelada, mãe solo, todavia, também intelectual, escritora reconhecida internacionalmente, dona de uma voz potente e crítica.

[...] Fui catar papel, mas estava indisposta. Vim porque embora o frio era demais. Quando cheguei em casa eram 22,30. Liguei o rádio. Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem (Jesus, 2014b, p. 22).

É sabido que Carolina era uma intelectual apaixonada por conhecimento. E as ilustrações, ao evitarem a vitimização excessiva e destacarem sua dignidade e força interior, mesmo em meio à adversidade, colaboram para a construção de uma representatividade positiva e fortalecedora.

Do ponto de vista do letramento racial (Gomes, 2005), a obra oferece múltiplas oportunidades para discutir as estruturas do racismo e da desigualdade social no Brasil.

A experiência de Carolina na escola, a acusação de feitiçaria, a vida na favela, a fome (mencionada no texto e simbolizada pela precariedade dos ambientes nas ilustrações) são elementos que permitem abordar o racismo estrutural, a exclusão social e a marginalização da população negra de forma contextualizada. A própria trajetória de Carolina como escritora que rompeu barreiras imensas para ser publicada levanta questões sobre o acesso à cultura e o epistemicídio (Carneiro, 2023) – o apagamento dos saberes produzidos por grupos subalternizados.

A obra também opera uma ruptura com paradigmas coloniais (Fanon, 2008); Kilomba, 2019) ao dar protagonismo à voz e à experiência de uma mulher negra favelada, desafia a narrativa hegemônica que frequentemente silencia ou estereotipa essas vivências. A escrita de Carolina, nascida da urgência de narrar a própria vida e denunciar a injustiça, é um ato de resistência.

De manhã eu estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer. Mas hoje é segunda-feira e tem muito papel na rua. [...] O senhor Manuel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal (Jesus, 2014b, p. 45).

A biografia infantojuvenil, ao recontar essa história e valorizar sua produção intelectual, participa desse movimento de descolonização do saber e do imaginário. O estilo de ilustração, embora busque um certo realismo na representação de figuras e ambientes, incorpora elementos expressivos, como o uso de cores vibrantes em alguns momentos (capa, flores) e a ênfase nas expressões faciais e corporais para transmitir emoções e tensões. A paleta de cores varia, utilizam-se tons mais quentes e vibrantes para representar a natureza ou momentos de introspecção (como a leitura em destaque) e tons mais sóbrios e terrosos para retratar a dureza da favela ou do trabalho, mas sem cair em uma representação monocromática da pobreza.

A composição das páginas duplas é frequentemente utilizada para criar contrastes ou enfatizar a relação entre a personagem e seu ambiente (como na cena da escola ou da favela). A forma como Carolina é posicionada nas ilustrações – ora centralizada e forte, ora isolada ou curvada pelo trabalho – contribui para construir a complexidade da personagem.

Figura 8: Favela representada na obra.



Fonte: Nilha, 2019, p. 13.

Nesta esteira, a autora Sophie Van der Linden (2011) discorre sobre “a página dupla”.

O códex foi concebido para acolher o texto, distribuído pelas páginas e em linhas sucessivas. Textos e imagens se dispõem livremente na página dupla. A possibilidade que os criadores têm de se expressarem nela faz da página dupla um campo fundamental e privilegiado de registro (Linden, 2011, p. 65).

É importante notar que, como em toda adaptação biográfica para o público infantil, há simplificações e escolhas narrativas. A obra foca nos aspectos mais conhecidos da trajetória de Carolina, especialmente ligados a uma literatura de maior escalão quando se é falado sobre o livro *Quarto de Despejo* “As pessoas faziam fila para conseguir um autógrafo da autora. Em cinco dias, foram vendidos 10 mil exemplares!” (Nilha, 2019, p. 26), que se contrasta com a gradação da miséria em que vivia Carolina, “[...] Carolina trocava os papéis por um pouco de dinheiro, e o dinheiro, por um pouco de comida” (Nilha, 2019, p. 16). Aspectos talvez mais controversos ou complexos de sua vida posterior à fama são menos explorados. No entanto, dentro do propósito de apresentar a figura de Carolina às crianças, a obra consegue equilibrar a denúncia das condições adversas com a celebração de sua força, talento e humanidade.

A análise da interação texto-imagem na biografia infantojuvenil de Carolina Maria de Jesus revela uma obra potente, que utiliza as ilustrações de forma significativa para construir uma representação complexa e digna da escritora. As imagens não apenas

ilustram o texto, mas dialogam *com e a partir* dele, intensificam emoções, sugerem tensões sociais e visibilizam tanto a dureza da realidade enfrentada por Carolina quanto a força de sua escrita e de sua presença no mundo e baseado na teoria de Linden (2011), pode-se afirmar que existe entre o texto e as ilustrações da obra, uma relação de colaboração. Linden, ao explicar sobre os aspectos narrativos de uma obra, e a relação entre texto e imagem, explica que existem três relações: (i) Redundância: “Ambos remetem para a mesma narrativa”; (ii) Colaboração: “Articulados, textos e imagens constroem um discurso único.”; e (iii) Disjunção: “Texto e imagem não entram em estrita contradição, mas não se detecta nenhum ponto de convergência” (Linden, 2011, p. 120-121).

A trajetória de Carolina, mostrada na narrativa infantojuvenil, assemelha-se, em sua estrutura formal, à jornada arquetípica de heróis e de heroínas: inicia sua busca por um objeto valioso (ser escritora), enfrenta obstáculos para alcançá-lo (mazelas sociais e racismo), recebe auxílio nessa trajetória (o jornalista) e conquista seu objetivo (ter o livro publicado). Contudo, é imperativo tensionar os limites desse modelo narrativo clássico para evitar a armadilha de reduzir a história de Carolina a uma narrativa de sucesso individualizado ou meritocrático. A trajetória da autora não se esgota em uma saga pessoal de superação; ela é indissociável de um lugar de profunda exclusão estrutural e de mazela social. Sob essa ótica, sua caminhada configura-se como um ato de insurgência contra o sistema que a cercava, de modo que a publicação de sua obra não representa apenas a conquista de um prêmio individual, mas sim uma fissura política e coletiva na estrutura que historicamente silenciou a população negra e periférica.

Apesar de ser uma biografia narrada por terceiros, ao analisá-la de forma crítica e compará-la com estudos sobre a autora, é possível perceber a veracidade e a intencionalidade da escrita. A intenção da obra é resgatar e valorizar a trajetória de mulheres negras historicamente silenciadas, apresentá-las como figuras de resistência, inteligência e protagonismo. Ao fazer isso, a narrativa busca não apenas informar, mas inspirar jovens leitores, especialmente os negros, a reconhecerem sua própria potência e a se identificarem positivamente com essas referências. Trata-se, portanto, de uma escrita comprometida com a representatividade e com a construção de uma identidade afirmativa no contexto de uma literatura ainda marcada por ausências e estereótipos.

Assim como em algumas biografias de Carolina, o encontro com o jornalista Audálio Dantas é descrito como algo que foi revolucionário e tranquilo. Porém, sabe-se

que não havia somente flores. Na linguagem de um livro infantil e juvenil, esse encontro é retratado de uma forma bastante acolhedora.

Caminhando por ali, notou uma mulher corajosa enfrentando um grupo de homens. O motivo? Eles faziam bagunça num parquinho para crianças. “Se vocês não saírem, eu vou escrever tudo isso no meu livro!”, ameaçava ela. Curioso, Audálio se aproximou e quis saber de que livro ela estava falando. Então ele foi levado pela mulher até um barraco, onde ela lhe mostrou uma pilha de cadernos. Ao ler umas poucas páginas, Audálio ficou de queixo caído. Havia vida, força e beleza naqueles escritos. Tinha encontrado sua reportagem, e ela se chamava Carolina Maria de Jesus (Nilha, 2019, p. 22-23).

Figura 9: Encontro com Audálio.



Fonte: Nilha, 2019, p. 22-23.

Entretanto, é fundamental estabelecer uma tensão crítica entre o texto narrado e a ilustração que o acompanha. Ao centralizar a figura de Audálio Dantas "descobrendo" os escritos na favela, o projeto gráfico corre o risco de ratificar o tropo do "salvador branco" ou do "descobridor", ao invés de valorizar a agência escritural de Carolina. Essa representação visual oblitera a trajetória de Carolina Maria de Jesus como uma escritora que exercia sua prática há décadas, independentemente da validação de terceiros. Portanto, a análise do letramento racial nessas biografias infantojuvenis exige um olhar atento para essas fissuras, em que a imagem pode operar um apagamento da autonomia intelectual da biografada, transferindo o protagonismo para o olhar legitimador do jornalista.

Em uma entrevista feita por Luiz Prado para o Jornal da USP¹² publicado em 2021, a pesquisadora Elena Pajaro Peres, pós-doutora pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP e especialista em Carolina Maria de Jesus, diz: “Aos poucos, pesquisadores de diversas áreas foram elaborando estudos e analisando aspectos da vida e dos escritos memorialísticos e ficcionais da escritora, que antes só era mencionada como autora do diário *Quarto de Despejo*” (2014^a, s/p), comenta Elena para o Jornal da USP.

Nos últimos dez anos, esses estudos ganharam corpo e, ao mesmo tempo, surgiram uma demanda advinda de diferentes grupos, pelo conhecimento de sua produção literária e de detalhes de sua vida. Com a ampliação e aprofundamento do debate sobre o racismo, sobre a luta das mulheres, com a força dos movimentos sociais e pela diversidade, a luta pelo reconhecimento da arte que vem das ruas, das favelas e das periferias, a literatura de Carolina Maria de Jesus encontrou mais espaço de diálogo (Prado, 2021).

O livro possui bastante relevância, pois descreve a vida de Carolina de uma forma bastante clara, com as dificuldades e com as conquistas. Além das escritas, as ilustrações transparecem uma grande semelhança a Carolina e também aos seus filhos e mãe, que ali foram retratados. A cor da pele preta, os traços dos olhos, nariz, boca, e até mesmo o lenço que era usado por Carolina em seus cabelos, são bem retratados.

Figura 10: Carolina e seus filhos.



Fonte: Nilha, 2019, p. 18.

¹² <https://jornal.usp.br/cultura/carolina-maria-de-jesus-e-referencia-para-quem-contesta-o-poder/>

Debus (2017, p. 110), ao analisar a obra de Georgina Martins, ressalta que “[...] poucos ainda são os títulos que ficcionalizam as desigualdades sociais [...]”. A obra dedicada à vida de Carolina Maria de Jesus não só discute essas assimetrias, como apresenta a leitura e a escrita literárias como potentes ferramentas de insurgência. Longe de sugerir uma 'saída' mágica ou uma fórmula de salvação puramente individual frente à miséria, a narrativa reposiciona a palavra escrita como um instrumento de denúncia e confrontação política contra as estruturas de exclusão. É nesse mesmo horizonte de sublevação e disputa de narrativa, por meio da literatura, que Conceição Evaristo também sedimenta sua trajetória.

5.2 CONCEIÇÃO EVARISTO: A LITERATURA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E AFIRMAÇÃO

Conceição Evaristo consolida-se como uma das vozes mais potentes da literatura afro-brasileira contemporânea. Sua produção literária e teórica reflete não apenas uma trajetória individual como mulher negra, escritora e militante, mas, fundamentalmente, traduz um compromisso estético e político com a memória coletiva de sua comunidade. Ao operacionalizar a sua categoria central — a escrevivência —, Evaristo demonstra que a escrita do corpo negro feminino ultrapassa a individualidade para se tornar o eco de vivências partilhadas. Ao representar uma liderança intelectual que desafia as estruturas hegemônicas do cânone nacional, a autora coloca sujeitos historicamente silenciados no centro da narrativa.

A relevância da autora no cenário nacional e internacional é inegável, é reconhecida por diversos prêmios e traduções que demonstram a amplitude de seu impacto. Destacam-se o Prêmio Jabuti¹³ (3º Lugar em 2015, na categoria contos e crônicas, por *Olhos D'água*), e o Troféu Juca Pato¹⁴ (2023), que a elegeu Intelectual do Ano. Seu legado tem sido vertido para diversos idiomas, como francês, inglês e espanhol, o que amplia seu alcance e reconhecimento global¹⁵. “Uma das grandes vozes da literatura brasileira contemporânea, Conceição Evaristo foi premiada na França com a tradução de “*Ses yeux d'eau*” (Seus olhos d'água), publicado pela Éditions des Femmes em março de 2020” (Book Center Brazil, 2021, s/p).

Entrevistas concedidas a veículos de grande projeção, como os programas *Roda Viva* e *Sem Censura* (2024), evidenciam sua capacidade de dialogar sobre racismo, feminismo negro e a literatura como ferramenta de transformação social. Nestes espaços, a autora frequentemente reflete sobre a natureza de sua escrita. Conforme aponta Ferreira (2013, p. 48), Evaristo afirma que sua literatura é contaminada por sua condição de mulher negra, mas esclarece que, embora escreva a partir do que viu e viveu, prefere o termo “memórias ficcionalizadas” à autobiografia stricto sensu, para tal, apoia-se na máxima de Fernando Pessoa de que “o poeta é um fingidor”.

¹³ Prêmio Jabuti - Premiados 2015 (categoria específica).

¹⁴ UNIÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES (UBE). Indicados ao Prêmio Juca Pato 2024.

¹⁵ Editora Pallas - Autora Conceição Evaristo.

Essa perspectiva revela a potência da ficção como forma de elaborar vivências pessoais e coletivas, transforma a dor em arte e a memória em resistência. Para a autora, a arte é uma forma de suportar o mundo e manifestar angústias: “Escrevo porque não sei dançar nem cantar. Não tenho outras formas de manifestar minhas angústias... Se não escrever, adoço” (Conceição Evaristo *apud* Ferreira, 2013, p. 51).

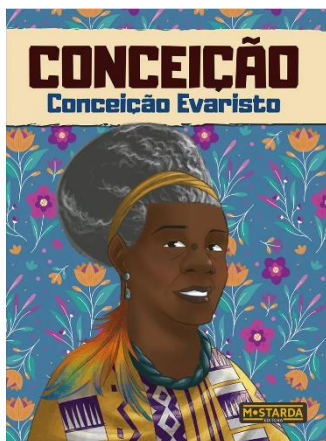
Tal afirmação evidencia o caráter íntimo e visceral de sua produção que, embora coletiva em sua essência, nasce de uma necessidade pessoal de cura. Ao traduzir literariamente a vida de mulheres negras, Evaristo oferece a uma nova geração de leitores a oportunidade de conhecer essas lutas e subjetividades. Em obras como *Ponciá Vicêncio* (2017), por exemplo, a autora aborda temas fundamentais e incontornáveis, como a construção da identidade e a legitimação do lugar de fala.

É justamente a partir do contato com essas narrativas que a presença de Conceição Evaristo — inclusive no escopo da literatura voltada ou adotada pelo público infantojuvenil — ganha contornos formativos. Sua obra contribui de forma decisiva para fortalecer o imaginário de crianças e jovens negros, oferecendo-lhes modelos de mulheres que, em vez de sucumbirem às violências sociais, afirmam sua agência e constroem estratégias de resistência.

A biografia infantojuvenil de Conceição Evaristo, com texto de Orlando Nilha e ilustrações de Leonardo Malavazzi, convida o leitor a mergulhar no universo da "escrevivência" — conceito que entrelaça vida e ficção sob a ótica da mulher negra. A obra narra sua trajetória desde a infância na favela do Pindura Saia (BH) até sua consagração literária.

As ilustrações de Malavazzi adotam um estilo que combina realismo e lirismo. A capa (Figura 9) introduz elementos centrais: Conceição, com um turbante colorido, é emoldurada por padrões têxteis africanos e elementos da natureza, sugere ancestralidade e vitalidade por meio de cores quentes.

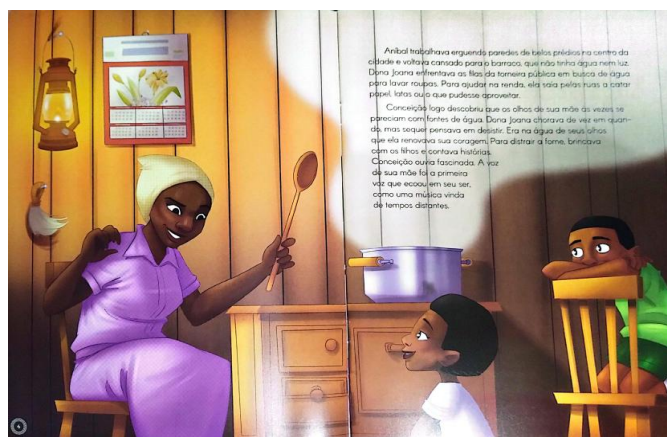
Figura 11: Capa do Livro “Conceição”, biografia Editora Mostarda, Orlando Nilha.



Fonte: Nilha, 2021.

A narrativa visual acompanha sua jornada, iniciado pela favela do Pindura Saia (páginas 2 e 3). Diferente da representação de Carolina, aqui a ilustração utiliza cores vivas e luz solar, confere uma sensação de comunidade pulsante composta por operários e lavadeiras (Nilha, 2021, p. 3). A importância da oralidade surge nas páginas 4 e 5, onde sua mãe, Dona Joana, aparece a contar histórias em um ambiente doméstico acolhedor.

Figura 12: Conceição com mãe e irmão na cozinha.



Fonte: Nilha, 2021, p. 4-5.

Ao tratar da importância da oralidade na literatura infantojuvenil de temática da cultura africana e afro-brasileira, Paulo Vinicius Baptista da Silva, na apresentação do livro de Debus afirma que

Uma marca correlata à ancestralidade é a importância da palavra dita, da oralidade. Em todos os casos a transposição das histórias ouvidas, coletadas, criadas, (re)inventadas tem um vínculo forte com a tradição dos/as contadores/as de histórias. A escrita que se autoafirma nas africanidades vem diretamente relacionada à expressão dos/as Griots, dos sábios que detêm o conhecimento e o transmitem pela oratória (Debus, 2017a, p. 20).

As páginas 8 e 9 retratam a experiência escolar. Conceição destaca-se ao levantar a mão com entusiasmo, contrasta, por sua vez, com a citação: "Todos os alunos pobres e eu sempre ficávamos alocados nas classes do porão do prédio. Porões da escola, porões dos navios" (Conceição *apud* Nilha, 2021, p. 9). A imagem enfatiza sua resiliência frente à segregação espacial mencionada no texto.

Figura 13: Conceição na escola.



Fonte: Nilha, 2021, p. 8-9.

O trabalho infantil como lavadeira e a busca por água (página 10) também são representados com sensibilidade, sem perder a conexão com o ambiente comunitário.

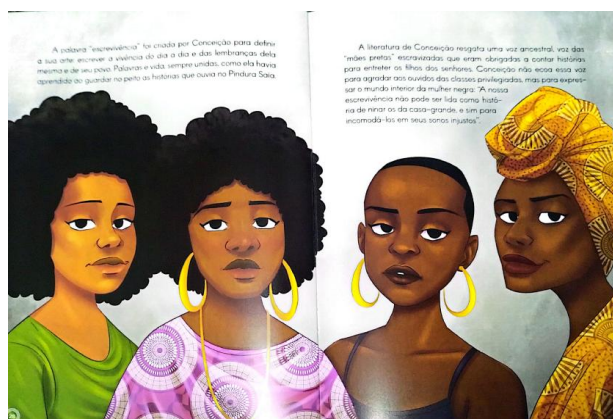
Figura 14: Conceição carregando água.



Fonte: Nilha, 2021, p. 10.

A descoberta da biblioteca pública (p. 13) instaura o ponto de virada na narrativa, ilustrado o maravilhamento da protagonista diante de um "tesouro infinito". O texto de Orlando Nilha entrelaça a biografia a citações da própria autora, enquanto o projeto gráfico traduz a dimensão coletiva e ancestral de sua escrita. Nas páginas 28 e 29, a representação de diversas mulheres negras evoca a figura das "mães pretas" escravizadas. Nesse momento, a ilustração dialoga diretamente com o conceito de *escrevivência* cunhado por Evaristo, ilustrado a transição da narrativa oral que servia para ninar os habitantes da casa-grande para uma literatura cujo propósito é incomodá-los. Essa imagem, portanto, materializa a força da voz coletiva que a práxis literária de Conceição Evaristo resgata.

A literatura de Conceição resgata uma voz ancestral, voz das “mães pretas” escravizadas que eram obrigadas a contar histórias para entreter os filhos dos senhores. Conceição não ecoa essa voz para agradar aos ouvidos das classes privilegiadas, mas para expressar o mundo interior da mulher negra: “A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Nilha, 2021, p. 29).

Figura 15: Mulheres Negras.

constroem uma imagem de Conceição que é ao mesmo tempo forte e afetuosa, intelectual e conectada às suas raízes populares. A representação de cenas de afeto, como o abraço na filha (página 21) ou o beijo no companheiro (página 18), humaniza a personagem e destaca a importância das relações na sua trajetória, rompe com estereótipos de solidão ou sofrimento exclusivo.

Figura 17: Conceição com sua filha.



Fonte: Nilha, 2021, p. 21.

A dimensão política da obra de Conceição, sua crítica social e sua denúncia do racismo, embora presentes no texto (como na citação sobre os "porões da escola"), são tratadas visualmente de forma mais sutil, foca na resiliência e na celebração da cultura e da identidade negra. A ilustração dos Cadernos Negros, por exemplo, destaca a importância desse marco na literatura afro-brasileira, simboliza a conquista de espaços e a afirmação de uma voz coletiva.

O estilo visual das ilustrações, com suas cores quentes, personagens expressivos e cenários detalhados, contribui para criar uma narrativa visual envolvente e esteticamente rica. A forma como a luz é trabalhada nas ilustrações (a luz do lampião, a luz da biblioteca, a luz do luar) confere uma dimensão poética às cenas, uma vez que dialoga com a própria natureza lírica da escrita de Conceição Evaristo.

Figura 18: Conceição na biblioteca.



Fonte: Nilha, 2021, p. 12-13.

A biografia infantojuvenil de Conceição Evaristo, por meio da interação entre o texto de Orlando Nilha e as ilustrações de Leonardo Malavazzi, consegue traduzir para o universo infantil a complexidade e a beleza da escriturária.

As imagens desempenham um papel crucial ao visualizar a importância da memória, da oralidade, da afetividade e da comunidade na trajetória da autora. A obra oferece uma representação rica e multifacetada de Conceição Evaristo, onde celebra sua contribuição literária e sua importância como intelectual negra, ao mesmo tempo em que convida as crianças leitoras a refletirem sobre identidade, história e a força transformadora da palavra, seja ela falada ou escrita.

Para compreender profundamente a obra de Evaristo, é necessário retomar a definição de escriturária como um ato de retomada do poder sobre a narrativa. Segundo Duarte e Nunes (2020), o conceito está intimamente ligado ao corpo negro e funciona como um processo de emancipação. No depoimento que abre o livro *Escriturária*, a autora afirma, “Escriturária [...] se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado [...] hoje a letra, a escrita, nos pertencem também” (Conceição *apud* Duarte; Nunes, 2020, p. 11).

Melo e Godoy (2017) exploram como esse recurso permite a reescrita da história e a construção de novas subjetividades, impulsionam um "devir-negro". O que se fala na escriturária é a multiplicidade coletiva; a autora "[...] escreve a duas mãos, mas ela é muita gente" (Melo; Godoy, 2017, p. 1302).

De forma semelhante, no engrenar de Olhos d'Água (e da escriturária como um todo), o que se fala é a multiplicidade coletiva, não há sujeitos, mas

agenciamentos coletivos de enunciação. Há um devir-negro, um devir-mulher, que fala, que cria, narra; e isso se potencializa a partir das afirmações de Conceição Evaristo. Não é mais só alguém que escreve um texto ficcional, é uma série de agenciamentos, é um corpo negro, um corpo feminino, o griot; ela escreve a duas mãos, mas ela é muita gente (Melo; Godoy, 2017, p. 1302).

Haja vista essa visão plural, a escrevivência transcende o texto, transforma o ato de escrever em gesto comunitário. Essa potência pedagógica é reafirmada na biografia da Editora Mostarda, que apresenta a trajetória de Evaristo como percurso de superação que prepara o terreno para que as crianças, futuramente, se aprofundem em obras mais densas como *Ponciá Vicêncio* e *Olhos D'água*.

Assim, a biografia contribui diretamente para o letramento racial ao oferecer um espelho para crianças negras e uma janela para crianças não-negras. Ao apresentar a "poética de nossa afro-brasilidade" (Duarte; Nunes, 2020), a obra estimula a representatividade positiva, crucial para a construção da autoestima e da identidade no ambiente escolar.

5.3 BEATRIZ NASCIMENTO: QUILOMBO E RESISTÊNCIA

Beatriz Nascimento (1942-1995) foi uma historiadora, poeta e ativista cuja trajetória intelectual dedicou-se à pesquisa e à difusão da cultura negra no Brasil. Sua principal contribuição para o letramento racial reside na ressignificação do conceito de quilombo, expande-o de um mero local histórico de fuga para um espaço vital de resistência, organização social e produção de conhecimento.

De acordo com Maria Lídia de Godoy Pinn (2022), o trabalho acerca do quilombo empreendido por Maria Beatriz Nascimento, era científico, entretanto trazia em si uma busca de um lugar de fala e de uma perspectiva de análise que se contrapunha à historiografia oficial, a própria Nascimento, observa:

A visão do quilombo transmitida pelas obras de orientação didática, carentes de uma pesquisa profunda que oriente sua elaboração, contenta-se em repetir, de artigos e livros, conceitos preconceituosos sobre os quilombos. A importância dos mesmos nesta literatura é determinada pelo grau de envolvimento que os quilombos tiveram com acontecimentos históricos de grande significação para a historiografia oficial (Nascimento, *apud* Pinn, 2022, p. 141).

De acordo com Pinn (2022), o trabalho de Nascimento era rigorosamente científico, mas trazia em si a busca por um lugar de fala que se contrapunha à historiografia oficial. Sobre essa tensão, a própria Nascimento observa:

A visão do quilombo transmitida pelas obras de orientação didática, carentes de uma pesquisa profunda que oriente sua elaboração, contenta-se em repetir, de artigos e livros, conceitos preconceituosos sobre os quilombos. A importância dos mesmos nesta literatura é determinada pelo grau de envolvimento que os quilombos tiveram com acontecimentos históricos de grande significação para a historiografia oficial (Nascimento *apud* Pinn, 2022, p. 141).

Nascimento também antecipou discussões sobre interseccionalidade ao analisar a mulher negra no mercado de trabalho e refletir sobre a corporeidade negra. Como socióloga e ativista, articulou identidade e ancestralidade, tornou-se uma voz fundamental para a reescrita da história sob a perspectiva afro-brasileira. Sua importância é tamanha que Bryce Henson (2024), ao analisar as continuidades do pensamento radical negro, equipara a gravidade de suas contribuições a ícones globais:

Há de se reconhecer que Beatriz Nascimento é um marco histórico. O autor Bryce Henson, em seu texto “The Continuities of Beatriz Nascimento’s Black Radical Thought” (2024), ao analisar a importância dos estudos de Beatriz, elogia.

It seems inevitable that many will now see her contributions with equal gravitas to those like Angela Y. Davis, Claudia Jones, Stuart Hall, Sylvia Wynter, Aimé Césaire, W.E.B. Du Bois, Audre Lorde, C.L.R. James, Frantz Fanon, Kwame Turé, and bell hooks (Henson, 2024, s/p)¹⁶.

Apesar dessa relevância internacional, mulheres negras como Beatriz foram por muito tempo invisibilizadas pela academia brasileira. É nesse movimento de resgate que se insere a biografia infantojuvenil da Editora Mostarda.

¹⁶ Tradução Google Tradutor.

Figura 19: Capa do Livro “Beatriz”, biografia Editora Mostarda, Maria Julia Maltese.



Fonte: Maltese, 2021.

A biografia escrita por Maria Julia Maltese e ilustrada por Eduardo Vetillo (2022) apresenta às crianças a figura multifacetada de Beatriz. As ilustrações de Vetillo adotam um estilo que equilibra realismo na representação das figuras e cenários históricos com elementos mais simbólicos e expressivos para traduzir as ideias de Beatriz.

A paleta de cores é variada, utilizam-se tons mais sóbrios para contextos históricos ou de dificuldade, e cores mais vibrantes para momentos de afirmação, celebração ou expressão poética. A representação de Beatriz busca capturar sua energia intelectual, sua presença marcante e seu sorriso característico, como visto na capa, onde aparece em primeiro plano, com um fundo de padrões geométricos que remetem a tecidos africanos ou indígenas, e sugere a complexidade de suas referências culturais, que representam o trânsito entre a cultura africana e afro-brasileira.

Maria Beatriz do Nascimento nasceu em Aracaju, Sergipe, em 12 de julho de 1942, filha de Rubina Pereira do Nascimento e do pedreiro Francisco Xavier do Nascimento, a oitava de dez irmãos. A obra retrata com sensibilidade o processo de educação, militância e a coragem que definiram seu percurso.

A narrativa visual acompanha sua migração para o Rio de Janeiro a bordo de um navio Ita, evoca deslocamentos históricos da população afro-brasileira. Ao chegar à escola, a experiência de Beatriz evidencia o racismo institucional. Conforme ilustrado na Figura 12, Beatriz aparece como a única aluna negra em sala, com uma expressão de isolamento frente ao estranhamento dos colegas. O texto menciona as "agressões diárias" (Maltese, 2022, p. 7) e a falta de representatividade nos livros didáticos, ponto crucial para o letramento racial crítico (Gomes, 2003).

Figura 20: Beatriz na escola, sala de aula.



Fonte: Maltese, 2022, p. 6-7.

Sua formação em Ciências Sociais e História pela UFRJ é mostrada com Beatriz em frente ao prédio da universidade. A entrada na universidade é mostrada com Beatriz vestida com uma beca, em frente ao imponente prédio da UFRJ. A imagem simboliza a conquista de um espaço historicamente negado à população negra, mas o texto logo em seguida aponta o isolamento sentido por ela nesse ambiente, onde "Ela se sentia ainda mais isolada. Nos cursos de História e Ciências Sociais, e por que não dizer em toda a Universidade, quase não havia alunos negros" (Maltese, 2022, p. 9). Beatriz revelou, em depoimentos, o choque com a visão acadêmica limitada sobre o povo negro: "Quando cheguei na Universidade, a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo, como se nós só tivéssemos existido dentro na nação como mão de obra escrava [...]" (Maltese, 2022, p. 15).

Compreendia que o negro possuía muito mais do que essa história que era contada repetidamente, era notável que a sua própria história era muito mais do que aquilo. Assim, Beatriz se tornou cada vez mais influente, publicou ensaios e passou a ser precursora de grandes discussões no meio da militância.

Beatriz Nascimento foi uma grande estudiosa dos quilombos, criou conceitos e buscava transmitir para outros negros a "paz quilombola". Tornou-se muito ativa em grandes núcleos do Movimento Negro, passou a ser uma imagem de liderança e de admiração. Era determinada e com a força de suas produções intelectuais que, como descrito no Portal Geledés, no texto intitulado "A trajetória intelectual ativista de Beatriz Nascimento", "[...] em 1987 ela é agraciada com o título de Mulher do Ano 1986, pelo Conselho Nacional de Mulheres no Brasil" (Ratts, 2005, p. 50).

Determinada a subverter essa lógica, Beatriz engajou-se na pesquisa documental. A Figura 13, abaixo ilustrada, demonstra sua atuação no Arquivo Nacional sob orientação de José Honório Rodrigues, destaca a busca por vozes silenciadas em meio à alguns arquivos oficiais.

Figura 21: Beatriz em seu estágio.



Fonte: Maltese, 2022, p. 12.

O desafio da obra de Maltese é traduzir visualmente o conceito de quilombo, não apenas como espaço físico, mas como uma filosofia de vida. Nas páginas 20 e 21 (Figura 17), Beatriz aparece como conferencista, compartilha sua visão de Palmares como uma "correção da identidade brasileira" (Maltese, 2022, p. 21).

Mais do que pensar sobre a resistência do quilombo, observava a “paz quilombola”, a organização social do quilombo, e como isso se refletia no contexto das favelas (Maltese, 2022, p. 20).

Figura 22: Beatriz conferencista na "Quinzena do Negro" USP.



Fonte: Maltese, 2022, p. 20-21.

A ideia do corpo negro como território de memória e resistência é sugerida na representação de sua própria figura ao longo do livro. Vetillo (2022) busca retratá-la com dignidade, enfatiza seu olhar e sua gestualidade. De acordo com Ratts (2016) há a

exposição do pensamento de Beatriz ao falar sobre os “Mecanismos do racismo e a pessoa negra”, a autora afirma que,

Observando bem, a gente chega numa conclusão que vive numa sociedade dupla ou tripla. Na medida em que ela impõe na sua cabeça que é uma sociedade branca, que o seu comportamento tem que ser padronizado segundo os ditames brancos, você como preto se anula, passa a viver uma outra vida, flutua sem uma base onde possa pousar, sem referência e sem parâmetro do que deveria ser a sua forma peculiar (Nascimento *apud* Ratts, 2007, p. 48).

Todavia como dizia Elza Soares (2002) em sua canção *A carne*, “[...] a carne mais barata do mercado é a carne negra”¹⁷. Beatriz, mulher, negra, militante, ativista, líder, também possuía amigos e vida pessoal. Problemas, e dificuldades. A vida de Beatriz lhe foi tirada, assim como uma folha cai da árvore e como o vento sopra. Foi cruelmente assassinada a tiros pelo companheiro, ou melhor, pelo agressor de uma amiga, que havia aconselhado abandoná-lo.

Beatriz Nascimento foi mais uma nos gráficos, nas contagens, mas ao mesmo tempo foi uma inspiração, um fenômeno, um acontecimento. A história retratada na biografia infantojuvenil tem como objetivo demonstrar as grandes conquistas de Beatriz, tanto para o movimento negro, quanto para o Brasil. Suas obras e falas modificaram a perspectiva e os ideais de muitos. Com seus esforços, Beatriz contribuiu para leis que pediram o fim do racismo e da violência policial, pois foi para a luta, não desistiu.

Contudo é com grande pesar que é sabido que mulheres negras, tal como Maria Beatriz, foram por muito tempo (e anda são) invisibilizadas, não lidas e não reconhecidas no meio da historiografia negra. Apesar de possuir uma relativa visibilidade (apesar de sua incomensurável importância), Beatriz não se tornou uma autora reconhecida em círculos de estudos raciais no Brasil. E isso muito se diz pela invisibilidade de que é acometida a academia.

Apesar da partida precoce, sua história na biografia infantojuvenil visa demonstrar suas "feitorias" para o movimento negro e para o Brasil. O reconhecimento póstumo é selado na página 31 (Figura 20), onde Beatriz é representada em uma poltrona, com expressão de satisfação e descanso, celebra o título de *Doutora Honoris Causa* concedido por aclamação pela UFRJ em 2021.

¹⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>

Figura 23: Beatriz sentada em sua poltrona.



Fonte: Maltese, 2022, p. 31.

A partir desta análise, com o foco para a obra biográfica infantojuvenil, pode-se compreender até onde o mergulho nessas linhas irá conduzir. A narrativa cronológica demonstra o quanto Maria Beatriz Nascimento teve sua vida dedicada para os estudos e para a luta.

A ideia do corpo negro como território de memória e resistência, outro conceito central em Beatriz, é talvez sugerida visualmente na representação de sua própria figura ao longo do livro. As ilustrações buscam retratá-la com dignidade e expressividade, enfatizam seu olhar, seu sorriso, sua gestualidade. A imagem da página 18, onde Beatriz aparece ao falar ao microfone, com uma expressão intensa, pode ser lida como a manifestação desse corpo que fala, que reivindica sua história e seu lugar no mundo. A representação de grupos do movimento negro também reforça a ideia de que corpos negros ocupam espaços, resistir coletivamente e na construção de novas narrativas.

Estudiosa dos quilombos e de Zumbi, Beatriz trouxe Palmares como uma correção da identidade brasileira, uma vez que lá já existiam homens negros vivendo em liberdade. Mais do que pensar sobre a resistência do quilombo, ela observava a “paz quilombola”, a organização social do quilombo, e como isso se refletia no contexto das favelas (Maltese, 2022, p. 20).

Esses exemplos ilustram como as imagens e os textos se complementam (Linden, 2011), transmite aspectos emocionais e simbólicos que ajudam a construir imagens mais humanas, complexas e inspiradoras dessas mulheres negras.

Beatriz Nascimento, e suas pesquisas sobre a escravidão e a luta das mulheres negras no período pós-abolição são fundamentais para entender as estruturas de opressão e resistência que moldaram a vida de tantas mulheres negras. No contexto da literatura infantojuvenil, a figura de Beatriz Nascimento pode ser reinterpretada como uma líder intelectual que ajudou a moldar as formas de resistência negra no Brasil. As narrativas destinadas ao público jovem permitem que os leitores compreendam as origens e os impactos da escravidão e da opressão sobre as mulheres negras, além de destacar as formas de resistência que surgiram dessas condições adversas.

A escravização dos povos africanos nos países colonizados, como aconteceu no Brasil, por vezes justificou as atrocidades cometidas ao “outro” como algo necessário ao processo de colonização. Os livros que circularam (alguns ainda teimam em circular) nas escolas brasileiras – didáticos e literários – apresentavam o período de escravização sem trazer referência ao passado de liberdade daqueles que atravessaram o Atlântico, a experiência diaspórica dos povos africanos, bem como as inúmeras lutas travadas em solo brasileiro como insurgência à condição humilhante em que viviam (Debus, 2017, p. 130).

A biografia infantojuvenil de Beatriz Nascimento rompe essas representações apontadas por Debus (2017) e consegue transmitir a beleza da escrivência e da resistência quilombola. As imagens e textos se complementam (Linden, 2011), constroem uma imagem humana e inspiradora de uma líder intelectual, que ajudou a moldar as formas de resistência negra no Brasil, ensina que o quilombo é, acima de tudo, um espaço de liberdade e paz.

5.4 LÉLIA GONZALEZ: O FEMINISMO NEGRO E AMEFRICANIDADE

Lélia Gonzalez (1935-1994) destaca-se como uma das vozes mais fundamentais para o pensamento feminista e antirracista na América Latina. Sua trajetória, marcada por uma atuação intelectual e política incisiva, articula saberes que desafiam a hegemonia branca na academia e na política brasileira. Ao lado de Carlos Hasenbalg (1982), em sua obra *Lugar de Negro*, Lélia já sinalizava seu compromisso como militante do movimento negro e das mulheres, no qual consolidou-se como uma teórica da “tripla opressão” (raça, gênero e classe).

Lélia de Almeida Gonzalez é conhecida militante do movimento negro e do movimento das mulheres. Professora de Antropologia e de Cultura Popular Brasileira, licenciada em Filosofia e História e mestre em Comunicação, Lélia escreveu vários artigos sobre o racismo e participou de conferências e seminários, no Brasil e no exterior, sobre o negro e a mulher (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 7).

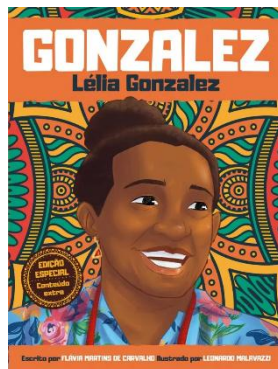
A contribuição de Gonzalez (2019) para o letramento racial reside na desmistificação do mito da democracia racial. Com ironia e contundência, desvelava como o racismo estrutural opera no cotidiano brasileiro:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença, porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um que eu. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (Gonzalez *apud* Hollanda, 2019, p. 31).

Para confrontar esse projeto de nação racialista, Lélia cunhou o conceito de Amefricanidade (1988), os autores Aristeu Portela Júnior e Bruno Ferreira Freire Andrade Lira, com o texto *Améfrica Ladina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez* (2022), afirmam que "A pensadora vai aprofundar a crítica ao mito da democracia racial ao defini-lo como um projeto de nação racialista centrado em uma pequena parcela da população" (Portela Júnior; Lira, 2022, p. 111).

Rios e Ratts (2016) afirmam que sua perspectiva interseccional conclamava a solidariedade contra o colonialismo, utiliza o racismo como eixo de análise histórica. É sob essa densidade teórica que analisa-se a biografia infantojuvenil publicada pela Editora Mostarda. Pode-se afirmar que sua obra mobiliza um olhar interseccional (a 'tripla opressão') como forma de ver e analisar a História, que é em grande medida silenciada. Os autores Flavia Rios e Alex Ratts, na obra *A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez* (2016), discorrem que, "Conclamava todos os negros a um espírito de solidariedade e fraternidade a fim de promover uma luta contra processos de opressão, como o imperialismo e o colonialismo, este último pelo advento do racismo" (Rios; Ratts, 2016, p. 7).

Figura 24: Capa do Livro “Gonzalez”, biografia Editora Mostarda, Flávia Martins Carvalho.



Fonte: Carvalho, 2022.

Lélia Gonzalez foi uma intelectual, antropóloga, filósofa e ativista política, uma das maiores pensadoras do feminismo negro no Brasil. A sua contribuição para o letramento racial se manifesta na crítica contundente ao mito da democracia racial brasileira, desvela o racismo estrutural e suas manifestações. Foi uma das fundadoras do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e trabalhou incansavelmente pela inclusão das mulheres negras na política e na sociedade brasileira. É conhecida por sua defesa da interseccionalidade, um conceito que analisa as diferentes formas de opressão e se combina e reforça umas às outras.

A contundência da crítica de Lélia Gonzalez ao mito da democracia racial brasileira revela sua habilidade em desmascarar os discursos que escondem as desigualdades estruturais. A atuação intelectual e política, marcada pela defesa da interseccionalidade e pela valorização das culturas negras, contribuiu significativamente para a construção de um pensamento antirracista no Brasil.

Como afirma Cristiane Veloso de Araújo Pestana, em seu texto *A literatura afro-infantil: representação e representatividade*, “[...] o impacto das ilustrações pode auxiliar na construção de uma identidade negra positiva ou reforçar imaginários preconceituosos” (Pestana, 2019, p. 2). Nesse sentido, as imagens não apenas complementam o texto, entretanto criam uma conexão emocional com as histórias, potencializam seu poder formativo e transformador.

A obra escrita por Flávia Martins de Carvalho e ilustrada por Leonardo Malavazzi (2022) introduz o pensamento revolucionário de Lélia às crianças. Um dos pontos altos

da interação texto-imagem reside na paleta de cores vibrantes (verde, amarelo, azul, laranja), como mostra a imagem abaixo, que remete tanto à brasilidade quanto ao pan-africanismo (Biazetto, 2008), reforçam visualmente a Amefricanidade.

A narrativa visual acompanha o processo de conscientização racial de Lélia. Na infância e adolescência, a obra não hesita em mostrar como o racismo impacta a autoimagem. Carvalho (2022) descreve uma Lélia que tentava parecer com as meninas brancas para ser aceita. Essa fase de "embranquecimento" é superada quando Lélia assume sua estética ancestral. A Figura 26 é emblemática nesse sentido: Lélia é retratada com um turbante azul turquesa e cabelos volumosos, simboliza o momento em que se torna consciente de sua condição política e identitária.

Figura 25: Lélia sorrindo.



Fonte: Carvalho, 2022, p. 31.

Ao levar essas discussões para o universo infantojuvenil, a Editora Mostarda promove a construção de um olhar crítico desde cedo, permite que as crianças questionem a história oficial e reconheçam as estruturas que perpetuam desigualdades. A trajetória de Lélia, tal como apresentada na obra, inspira a reflexão sobre o papel da resistência, da organização coletiva e da produção de conhecimento como ferramentas de transformação social. A biografia retrata o isolamento de Lélia nos espaços de saber. Como professora universitária, é frequentemente representada como a única pessoa negra em ambientes majoritariamente brancos. O texto reforça que "[...] não era comum ver pessoas negras na Universidade" (Carvalho, 2022, p. 13), evidencia o pioneirismo de uma mulher que foi penúltima de 18 filhos de uma empregada doméstica de origem indígena e de um pai negro ferroviário.

Outro momento de tensão racial é ilustrado no casamento de Lélia com Luiz Carlos Gonzalez, um homem branco de origem espanhola cuja família nutria profundo preconceito (Figura 21). A ilustração, que posiciona o casal de costas um para o outro em um fundo de raios em degradê, simboliza as fissuras causadas pelo racismo nas relações interpessoais e o sofrimento gerado pela exclusão.

À medida que a narrativa avança e Lélia cresce, o ilustrador apresenta transformações significativas em sua aparência, especialmente quando assume conscientemente sua identidade negra, abandona os cabelos alisados e as perucas de cabelo liso para "[...] assumir seu cabelo crespo e volumoso, demonstrando por meio de seus trajes e adereços a sua ancestralidade africana" (Carvalho, 2022, p. 18) já que antes como afirmava a autora, "Lélia tentava, sem sucesso, ficar parecida com as meninas brancas, fosse no modo de vestir ou de pentear os cabelos, pois queria muito ser aceita. A Lélia adolescente ainda não tinha descoberto o quanto era linda com a sua própria beleza!" (Carvalho, 2022, p. 9).

Particularmente impactante é a ilustração em que Lélia aparece com um turbante azul turquesa, em um fundo multicolorido com elementos que remetem à natureza e à ancestralidade africana. Nesta imagem, seu rosto é retratado com expressão determinada e serena, simbolizam o momento de sua vida em que "[...] se tornou cada vez mais consciente da sua condição de mulher negra e da sua importância política na luta contra as opressões de gênero, raça e classe social" (Carvalho, 2022, p. 19). A escolha do turbante como elemento visual não é casual, mas carregada de significado político e identitário, representam a reconexão com as raízes africanas e a afirmação estética negra como ato de resistência.

Figura 26: Lélia de perfil.



Fonte: Carvalho, 2022, p. 18.

Outro elemento visual significativo é a representação dos espaços acadêmicos e intelectuais. Quando Lélia é retratada como professora universitária, a ilustração mostra como única pessoa negra em um ambiente predominantemente branco, com estudantes de pele clara. Esta representação visual dialoga diretamente com o texto que menciona como "[...] não era comum ver pessoas negras na Universidade, por isso Lélia não tinha muitas referências nas quais pudesse se inspirar" (Carvalho, 2022, p. 13). Esta cena estabelece um importante contraponto visual que evidencia o pioneirismo de Lélia e as barreiras raciais que teve que superar.

Figura 27: Lélia em sala de aula.



Fonte: Carvalho, 2022, p. 13.

A página que retrata o momento em que Lélia conhece e se casa com Luiz Carlos Gonzalez utiliza um fundo em degradê de azul turquesa e amarelo, que forma raios que emanam de um ponto central, cria uma composição que remete a um momento de transformação e, ao mesmo tempo, de tensão. O texto menciona que "Luiz Carlos era um homem branco, de origem espanhola, e sua família tinha um enorme preconceito contra pessoas negras" (Carvalho, 2022, p. 14) enquanto a ilustração mostra o casal de costas um para o outro, que simboliza visualmente as tensões raciais presentes nessa relação.

Figura 28: Lélia e Luiz Carlos.



Fonte: Carvalho, 2022, p. 15.

Para além, a obra também aborda o contexto da Ditadura Militar, utilizam imagens opressivas, como um tanque de guerra verde sobre um fundo vermelho (Figura 25), para explicar às crianças a privação de liberdade. Mesmo sob vigilância, Lélia manteve-se ativa, fundou o Movimento Negro Unificado (MNU) e lutou pela institucionalização do Dia Nacional da Consciência Negra.

A narrativa biográfica de Lélia Gonzalez é construída de forma a evidenciar o processo de conscientização racial e política que marcou sua trajetória. O texto inicia com seu nascimento em Belo Horizonte, em 1935, como a penúltima de 18 filhos de "[...] uma mulher de origem indígena que trabalhava como empregada doméstica" (Carvalho, 2022, p. 2) e um pai negro que, embora nascido após a Lei do Ventre Livre, enfrentou as consequências do racismo estrutural brasileiro.

Importante sublinhar que a obra não romantiza as dificuldades enfrentadas por Lélia em sua infância e juventude. Ao contrário, explicita como "[...] crianças como Lélia, pretas e pobres, não tinham muitas oportunidades de estudo", (Carvalho, 2022, p. 5) e como ela, na adolescência, "[...] foi uma garota tímida" (p. 6) que "[...] se sentia diferente da maioria das meninas negras da sua idade, já que elas não costumavam ter acesso aos estudos e trabalhavam desde muito novas" (Carvalho, 2022, p. 8). Estas passagens são fundamentais para contextualizar as barreiras sociais e raciais que Lélia precisou superar, ao passo que oferece aos jovens leitores a compreensão das desigualdades estruturais, que marcam a sociedade brasileira.

Um aspecto particularmente relevante da narrativa é a forma como aborda o processo de construção da identidade negra de Lélia. O texto menciona que, inicialmente, "Lélia tentava, sem sucesso, ficar parecida com as meninas brancas, fosse

no modo de vestir ou de pentear cabelos, pois queria muito ser aceita" (Carvalho, 2022, p. 9). Esta passagem dialoga diretamente com as teorias contemporâneas sobre o impacto do racismo na autoestima e na autoimagem de crianças negras, tema central nos estudos sobre letramento racial.

A transformação de Lélia é narrada como um processo gradual de conscientização: "Na idade adulta, Lélia se tornou cada vez mais consciente da sua condição de mulher negra e da sua importância política na luta contra as opressões de gênero, raça e classe social" (Carvalho, 2022, p. 19). A construção narrativa é fundamental para que os jovens leitores compreendam que a identidade racial não é algo dado ou natural, mas construído social e politicamente, em um processo que envolve conscientização, resistência e afirmação.

Um dos aspectos mais inovadores da obra é a forma como introduz, em linguagem acessível, conceitos teóricos complexos desenvolvidos por Lélia Gonzalez. O texto menciona explicitamente o conceito de "pretuguês", descrito como "[...] termo que criou para explicar o resultado da 'africanização' do português" (Carvalho, 2022, p. 25). A obra explica que "Lélia usou uma forma coloquial e debochada de se expressar, com frases como 'O lixo vai falar, e numa boa' ou 'Cumé que a gente fica?', que não eram comuns em artigos produzidos por intelectuais" (Carvalho, 2022, p. 25).

Esta passagem é particularmente significativa por introduzir aos jovens leitores a ideia de que a linguagem não é neutra, mas carregada de intencionalidade, de poder e política. Ao valorizar o "pretuguês" como uma forma legítima de expressão, a obra contribui para o letramento racial crítico, desafia hierarquias linguísticas, que historicamente desvalorizam formas de falar associadas à população negra e às classes populares.

Aliado a isso, a obra apresenta a vinculação de Lélia Gonzalez com o Candomblé, incorporando a filosofia dos orixás como base para o equilíbrio entre intelecto e espiritualidade. Essa abordagem promove uma importante ruptura com a racionalidade eurocêntrica — que historicamente cindiu corpo, mente e sagrado —, ao reposicionar os saberes de terreiro como legítimas matrizes de produção de conhecimento. Desse modo, a representação positiva da religiosidade de matriz africana consolida-se como um passo crucial no combate ao racismo religioso no ambiente escolar. Ao deslocar essas práticas

do lugar do exótico ou do folclore, a narrativa literária atua diretamente na desconstrução de estigmas coloniais, validando a dimensão civilizatória afro-brasileira conforme preconizam os marcos legais afirmativos.

A obra aborda de forma consistente a perspectiva interseccional que caracterizou o pensamento de Lélia Gonzalez. O texto menciona explicitamente como '[...] o combate ao racismo, ao machismo, ao sexismo e à desigualdade social, males que atingiam principalmente mulheres negras, passou a ser sua grande bandeira' (Carvalho, 2022, p. 19). O excerto introduz aos jovens leitores a ideia de que diferentes formas de opressão se entrecruzam e afetam de maneira específica as mulheres negras, conceito central para o feminismo negro.

Essa imbricação de opressões, contudo, extrapola a arena pública da militância política, penetrando na dimensão mais íntima da subjetividade. Essa realidade torna-se visualmente tangível na Figura 28 (Lélia e Luiz Carlos), momento em que a narrativa gráfica demonstra como o racismo atinge violentamente a esfera do afeto. Ao ilustrar as barreiras e tensões enfrentadas pelo casal, o projeto gráfico sinaliza para o leitor infantojuvenil que as engrenagens da discriminação não operam apenas em estruturas macroambientais, mas moldam e ferem as vivências amorosas, os laços emocionais e o próprio direito ao afeto das mulheres negras.

A atuação política de Lélia é apresentada em suas múltiplas dimensões: sua participação na fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), sua atuação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), seu trabalho pela transformação do 20 de novembro em "Dia Nacional da Consciência Negra" e sua participação nas audiências públicas durante a elaboração da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Tal abordagem multifacetada permite que os jovens leitores compreendam como o ativismo negro e feminista se manifesta em diferentes espaços e instâncias.

Figura 29: Lélia Gonzalez e Benedita da Silva.



Fonte: Carvalho, 2022, p. 29.

Particularmente significativa é a ilustração que mostra Lélia ao lado de Benedita da Silva, ambas com vestes coloridas com estampas que remetem à estética africana. Esta representação visual não apenas valoriza a estética negra como forma de resistência política, destaca a importância da solidariedade e da articulação entre mulheres negras na luta por direitos e reconhecimento.

Compreende-se que a obra sobre Lélia Gonzalez apresenta um elevado potencial pedagógico para a formação de leitores críticos e conscientes das questões raciais e de gênero. A linguagem acessível, combinada com ilustrações ricas em significados, permite que crianças e jovens se aproximem de conceitos complexos como racismo estrutural, interseccionalidade, amefricanidade e “pretuguês” de forma gradual e contextualizada.

A narrativa biográfica, ao apresentar os desafios enfrentados por Lélia desde a infância até se tornar uma intelectual reconhecida, oferece aos jovens leitores, especialmente às meninas negras, um modelo de identificação positiva e empoderamento. Ao mesmo tempo, para leitores não-negros, a obra proporciona uma oportunidade de conhecer perspectivas e experiências diferentes das suas, contribui para o desenvolvimento da empatia e da consciência racial crítica.

A obra estabelece conexões importantes entre passado e presente, ao mencionar como “[...] em 2020, grande parte da produção intelectual de Lélia foi reunida no livro 'Por um feminismo afro-latino-americano'” (Carvalho, 2022, p. 25). A atualização temporal permite que jovens leitores compreendam a relevância contemporânea do

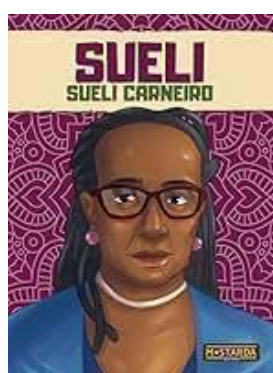
pensamento de Lélia Gonzalez e como suas contribuições continuam a influenciar debates atuais sobre raça, gênero e desigualdade no Brasil e na América Latina.

A biografia de Lélia Gonzalez pela Editora Mostarda é um potente instrumento de letramento racial, dialoga diretamente com as diretrizes estabelecidas pela Lei n.º 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece entre suas competências gerais o respeito à diversidade e a valorização da pluralidade cultural. Permite que crianças e jovens questionem a história oficial, reconheçam a interseccionalidade das opressões e se inspirem em uma intelectual que provou que o "pretuguês" e a "Amefricanidade" são os alicerces de uma identidade brasileira autêntica. A interação entre o texto de Carvalho (2022) e as cores de Malavazzi garante que a voz de Lélia continue a "incomodar os sonhos dos injustos" e a despertar novas gerações para a resistência.

5.5 SUELI CARNEIRO: ATIVISMO E FILOSOFIA

Sueli Carneiro (1950) é uma filósofa, escritora e ativista, fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra. A sua obra é crucial para o letramento racial, especialmente por meio do conceito de epistemicídio, que se refere à aniquilação de formas de conhecimento e saberes produzidos por grupos oprimidos.

Figura 30: Capa do livro Sueli, Editora Mostarda.



Fonte: Site Editora Mostarda, 2022.

A ótica de Carneiro (2010) argumenta que o racismo no Brasil não se manifesta apenas na violência física, para além, na deslegitimação e invisibilização do conhecimento negro.

Em sua tese Sueli Carneiro (2005) elabora o conceito de epistemicídio em articulação ao conceito de biopoder. O epistemicídio consiste nas estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento. Formas de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca. A teórica ainda destaca que o epistemicídio tem se constituído no instrumento operacional para a consolidação das hierarquias raciais por ele produzidas e a partir desse diagnóstico é possível compreender como o esvaziamento político e racial da categoria de interseccionalidade também corresponde a uma lógica que determina por quem e como o conhecimento pode ser produzido e articulado (Carneiro 2005; Bilge, 2018) (Carneiro; Bilge *apud* Anjos; Bueno, 2021, p. 364).

No campo da interseccionalidade, Sueli Carneiro é uma das vozes mais proeminentes do feminismo negro brasileiro. Destaca que a experiência da mulher negra é atravessada por opressões de raça e gênero, que não podem ser analisadas

isoladamente. Na obra de Clara Akotirene, *Feminismos Plurais*, organizado por Djamila Ribeiro (2019), a autora afirma que,

A crítica de Sueli Carneiro perpassa o não-uso do termo interseccionalidade durante suas empreitadas analíticas. Ressalvada a inovação conceitual, nenhuma diz respeito à geração de feministas negras que aderiu à interseccionalidade. A geração da filósofa brasileira guarda consigo a nota epistêmica do feminismo negro, é repetida sua intenção escrita de defender outro marco civilizatório de humanidade para as pessoas negras viverem nesta nação (Akotirene, 2019, p. 57).

Sua contribuição reside em trazer para o centro do debate a especificidade da mulher negra, que enfrenta o racismo e o sexismo de forma simultânea e interligada. Na obra sobre Sueli Carneiro, a ilustração da página 28 apresenta a autora sentada com uma postura séria, o que evidencia o comprometimento e autoridade. Essa representação visual dialoga com o conteúdo textual, que destaca suas conquistas acadêmicas, “Seu trabalho sobre a dinâmica das relações raciais no Brasil foi tão bom que a banca de jurados da Universidade de São Paulo não só a declarou mestre sobre o assunto como também doutora em Filosofia da Educação” (Luis, 2022, p. 29).

Figura 31: Sueli em frente ao computador.



Fonte: Luis, 2022, p. 28.

Entre essas figuras, destaca-se Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista, cuja atuação tem sido essencial para o desenvolvimento do feminismo negro no país. A sua produção intelectual desvela os mecanismos de exclusão racial e de gênero, questiona mitos fundadores da identidade nacional, como o da democracia racial e evidencia a persistente invisibilidade das mulheres negras.

A obra infantojuvenil dedicada a Sueli Carneiro, publicada pela Editora Mostarda, busca apresentar sua trajetória de forma acessível, sem simplificar a

complexidade de suas reflexões. Por meio de ilustrações expressivas e linguagem adaptada ao público jovem, o livro introduz temas como desigualdade racial, identidade e resistência, promove um espaço de diálogo e aprendizado desde a infância.

A biografia infantojuvenil de Sueli Carneiro, escrita por Rodrigo Luis e ilustrada por Eduardo Vetillo, introduz às crianças a figura central da filósofa, escritora e ativista, uma das maiores referências do feminismo negro no Brasil e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra.

A obra percorre a trajetória de Sueli desde sua infância e juventude em São Paulo, sua formação acadêmica em filosofia na USP, sua militância no movimento negro e feminista, até sua consolidação como intelectual e defensora incansável dos direitos das mulheres negras. A análise da interação texto-imagem neste livro permite explorar como as ilustrações buscam representar conceitos cruciais como interseccionalidade, epistemicídio e a luta contra o racismo e o sexismo, materializa a densidade do pensamento e da atuação de Sueli Carneiro para o público infantojuvenil.

As ilustrações de Vetillo apresentam um estilo vibrante e expressivo, com forte uso de cores e padrões que remetem à estética afro-brasileira. A representação de Sueli Carneiro busca capturar sua força intelectual, sua serenidade combativa e sua presença marcante em diferentes fases da vida. A capa já estabelece esse tom, com um retrato de Sueli em primeiro plano, olhar direto e firme, sobre um fundo com grafismos complexos em tons de rosa e roxo, cores frequentemente associadas ao feminismo, mas aqui ressignificadas no contexto do feminismo negro (figura 22).

Ao dar início à análise das ilustrações, as primeiras páginas mostram Sueli adolescente que participa de uma manifestação estudantil contra a ditadura militar, segura um cartaz que diz "Liberdade para todos!". A imagem a posiciona como uma jovem engajada desde cedo, mas o texto complementa ao mencionar sua experiência solitária como aluna negra em uma escola majoritariamente branca, introduz a complexidade de sua posição.

Figura 32: Sueli em manifestação.

Fonte: Luis, 2022, p. 6.

A experiência universitária na Universidade de São Paulo (USP) é visualmente representada com Sueli na interação com colegas e professores, como o geógrafo Milton Santos. As ilustrações buscam transmitir o ambiente intelectual efervescente e as tensões raciais presentes. A fundação do Geledés é um momento central na trajetória de Sueli e é representada com uma ilustração que a mostra ao lado de outras mulheres negras, como Sônia Nascimento, em um ambiente de trabalho colaborativo. A imagem busca transmitir a força do coletivo e a importância da organização autônoma das mulheres negras. O texto explica o significado do nome "Geledés", “O nome vem das sociedades iorubás e se refere ao culto do poder feminino” (Luis, 2022, p. 24).

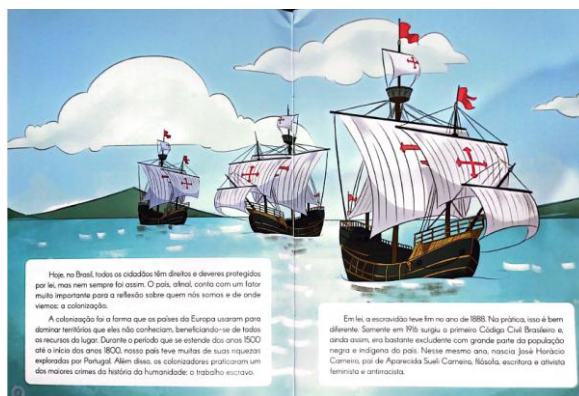
Figura 33: Sueli ao lado de Sonia Nascimento.

Fonte: Luis, 2022, p. 24-25.

Um dos conceitos centrais no pensamento de Sueli Carneiro é o de *epistemicídio*, que se refere à destruição sistemática dos saberes e formas de conhecimento dos povos subalternizados, especialmente negros e indígenas (Carneiro, 2005). A obra infantojuvenil dedicada à autora aborda essa temática de forma sensível e acessível. No

início da obra, nas páginas 2 e 3, a ilustração das caravelas portuguesas chega ao Brasil, acompanhada de um texto que contextualiza a colonização e a escravidão, serve como ponto de partida visual para refletir sobre a imposição de um modelo civilizatório europeu e o apagamento das culturas originárias e africanas. “Hoje, no Brasil, todos os cidadãos têm direitos e deveres protegidos por lei, mas nem sempre foi assim. O país, afinal, conta com um fator muito importante para a reflexão sobre quem nós somos e de onde viemos: a colonização” (Luis, 2022, p. 2).

Figura 34: Navios para contexto histórico da obra.



Fonte: Luis, 2022, p. 2-3.

Nesse sentido, a representação de Sueli como filósofa e intelectual, desempenha um papel crucial no enfrentamento simbólico desse apagamento. As ilustrações (figuras 35, 36 e 37) a seguir mostram no ato de escrever, estudar e palestrar, ou seja, na ocupação de espaços de produção de conhecimento historicamente dominados por homens brancos.

Figura 35: Sueli intelectual.



Fonte: Luis, 2022, p. 10.

Figura 36: Sueli intelectual 2.

Fonte: Luis, 2022, p. 18.

Figura 37: Sueli Intelectual 3.

Fonte: Luis, 2022, p. 23.

A obra funciona como uma introdução ao feminismo negro para o público infantojuvenil, ao destacar a trajetória de uma de suas principais formuladoras e a importância de pensar as opressões de gênero e raça de forma articulada. A representação de Sueli em espaços de poder e liderança (palestrar, fundar o Geledés, participar de comissões) desafia estereótipos e oferece modelos positivos de atuação para meninas negras.

O estilo visual de Eduardo Vetillo é particularmente potente. Suas ilustrações não se limitam a um registro realista, incorporam elementos gráficos, padrões e uma paleta de cores ousada que conferem dinamismo e expressividade às cenas. A composição das páginas é criativa, utiliza diferentes ângulos e enquadramentos. A representação dos cabelos e traços de Sueli e outras personagens negras é feita com cuidado e respeito, valoriza a diversidade da beleza negra. A interação texto-imagem é bem-sucedida em apresentar a complexidade da trajetória e do pensamento de Sueli Carneiro de forma acessível, mas não simplista.

Em suma, a biografia infantojuvenil de Sueli Carneiro, publicada pela Editora Mostarda, constitui uma obra fundamental para a formação crítica de crianças e

adolescentes. Ao apresentar uma das principais intelectuais e ativistas do feminismo negro no Brasil, o livro contribui para que o público jovem tenha acesso a temas como racismo institucional (Silva, 2019), interseccionalidade e epistemicídio (Carneiro, 2005), sem renunciar à sensibilidade e do engajamento necessários à abordagem dessas questões.

A colaboração entre texto e imagem — como destaca Linden (2011) — resulta em uma narrativa potente, que combina profundidade conceitual com um apelo visual marcante. As ilustrações, com seu estilo expressivo, não apenas acompanham o conteúdo escrito, mas o ampliam, conferem à leitura uma dimensão afetiva e estética que celebra a força, a inteligência e a beleza da mulher negra e sua luta por reconhecimento e justiça.

Como fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra -, Sueli é conhecida por sua luta contra o racismo e o sexismo e por seu trabalho em defesa dos direitos das mulheres negras. Na obra *Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro* (2019), organizado por Heloísa Buarque de Hollanda, uma citação de Sueli Carneiro abre as portas do subcapítulo intitulado “Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro”, “Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais” (Carneiro *apud* Hollanda, 2019, p. 69).

Sueli Carneiro é um marco histórico. O artigo de Jurema Werneck (2021) da *Revista Marie Claire*, publicado no site *Portal Geledés*, com título *Biografia de Sueli Carneiro é sopro de mudanças*, reafirma a importância da primeira biografia de Sueli Carneiro, *Continuo Preta*, da autora Bianca Santana (2021):

Imagine uma mulher negra pobre nascer, em 1950, em uma São Paulo segregacionista. E crescer em um Brasil excludente e racista como primogênita de uma família de seis irmãos, com seu pai e mãe. Todos pretos, pobres, sobre quem a sociedade desigual despejava, e ainda despeja, profecias autorrealizáveis de pobreza, baixa escolaridade, uma vida de sacrifícios e morte precoce. Pois bem, essa mulher negra, aos 70 anos celebrados ainda no início da pandemia – que parece não acabar nunca –, compartilhou sua história de vida como denúncia e recusa contundente às apostas racistas, afirmando: “Eu ainda estou aqui!”. Na trajetória de Sueli Carneiro, o que é escuro é traduzido como resistência e luta e é cheio de possibilidades de mudança, contradizendo o poeta. Em seu caminho, tudo é espelho, reflexo de

quem vem antes, oportunidade de autoconhecimento coletivo como mulheres negras, como mulheres, como brasileiras e brasileiros, como humanidade.

A potência de termos a biografia de uma mulher negra disponibilizada para todo mundo é poder espelhar o que existe, quem existe e existiu a partir do fio condutor daquela história de vida (Werneck, 2021, s/p).

Embora a biografia de Sueli Carneiro, como apresentada por Jurema Werneck, esteja completa, revela não apenas a trajetória de uma mulher negra que desafiou as estruturas racistas da sociedade brasileira, mas a força simbólica de sua existência como ato político e pedagógico. A história, marcada pela resistência e pela afirmação de uma identidade coletiva, ecoa como um espelho para outras mulheres negras e para toda a sociedade. Essa potência de narrar vidas negras como forma de denúncia e inspiração se conecta diretamente com outras figuras fundamentais do pensamento e da militância negra no Brasil.

A biografia escrita por Rodrigo Luis (2022) e ilustrada por Eduardo Vetillo percorre o caminho de Sueli desde a infância em uma São Paulo segregacionista até sua consagração na Universidade de São Paulo (USP). O desafio visual de Vetillo é materializar conceitos abstratos como o epistemicídio.

Insta verificar que a obra inicia contextualiza a colonização e a escravidão por meio da imagem das caravelas (Figura 22), serve como base para discutir o apagamento cultural. O texto de Luis (2022) utiliza essa cena para provocar no leitor mirim uma reflexão sobre "quem nós somos e de onde viemos", estabelece o marco histórico necessário para compreender a resistência de Sueli.

Conforme analisado por Jurema Werneck (2021), a história de Sueli Carneiro é uma "[...] recusa contundente às apostas racistas". Ao narrar sua vida para crianças, a Editora Mostarda oferece um espelho de resistência. Sueli não é apenas uma sobrevivente da ditadura ou do racismo estrutural; é a prova viva de que "[...] o que é escuro é traduzido como resistência e luta" (Werneck, 2021, s/p.).

A interação entre o texto informativo de Luis e o estilo vibrante de Vetillo garante que temas como racismo institucional e interseccionalidade sejam acessíveis sem perder a profundidade. A obra cumpre, portanto, o papel de decolonizar o imaginário infantil, transforma a trajetória de Sueli em um farol para que futuras gerações possam afirmar, com a mesma altivez: "Eu ainda estou aqui!" (Werneck, 2021, s/p.).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta presente dissertação buscou explorar a importância fundamental da literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira voltada ao público infantojuvenil no processo de construção da identidade de crianças e jovens, especialmente aqueles que se identificam com as experiências de mulheres negras. Por meio da análise de obras biográficas da Editora Mostarda, que retratam figuras emblemáticas como Beatriz Nascimento (2022), Carolina Maria de Jesus (2019), Conceição Evaristo (2021), Sueli Carneiro (2022) e Lélia Gonzalez (2022), no aprofundamento em conceitos como letramento racial, letramento negro, educação antirracista e a representação do corpo negro na literatura, foi possível evidenciar o papel transformador dessa produção literária. As discussões foram ancoradas nas diretrizes das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, reforçam a urgência e a relevância de se integrar essa literatura ao currículo.

A ausência histórica de representatividade negra na literatura, especialmente a infantojuvenil, gerou um vazio que impactou diretamente a formação identitária de crianças negras. Por muito tempo, os corpos negros foram silenciados, estereotipados ou hipersexualizados, como discutido em artigos que abordam a erotização da mulher negra na literatura. A inserção de biografias de mulheres negras líderes, como as analisadas, atua como um poderoso contraponto a essa narrativa hegemônica. Ao se depararem com personagens que espelham suas vivências, suas cores e suas histórias, crianças negras encontram modelos positivos de força, inteligência e perseverança, essenciais para a construção de uma autoestima sólida e de uma identidade racial positiva.

Essa reversão do trauma colonial é o que alicerça a Pedagogia do Encantamento: por meio do cuidado estético e do afeto, as obras ultrapassam a mera obrigatoriedade curricular e passam a encantar o olhar da criança, transformando fenótipos historicamente subalternizados em signos de beleza, orgulho e poder. Para crianças não negras, essa literatura oferece uma janela para a diversidade cultural e para a compreensão das complexidades das relações étnico-raciais no Brasil, promovem a empatia e a desconstrução de preconceitos.

O letramento racial e o letramento negro emergem como conceitos centrais nesse processo. O letramento racial, ao capacitar os indivíduos a lerem e interpretarem as relações raciais de forma crítica, enquanto o letramento negro valoriza os saberes e as

experiências da população negra. Ambos são impulsionados pela literatura infantojuvenil de temática da cultura africana e afro-brasileira. As obras biográficas, ao apresentarem as trajetórias de vida de mulheres negras que superaram adversidades e se tornaram referências, contribuem para que as crianças desenvolvam uma consciência crítica sobre o racismo e as desigualdades, ao mesmo tempo em que celebram a riqueza da cultura e da história afro-brasileira. A literatura, nesse contexto, não é apenas um instrumento de entretenimento, mas uma aliada pedagógica e política fundamental para a educação antirracista.

O conceito de *escrevivência*, cunhado por Conceição Evaristo (2008), revela-se um pilar para compreender a profundidade das obras analisadas. A *escrevivência*, como a escrita que emerge da vivência e da experiência de ser mulher negra, é um ato de resistência que dá voz a narrativas historicamente silenciadas. A biografia infantojuvenil de Conceição Evaristo pela Editora Mostarda, por exemplo, traduz a *escrevivência* para o universo infantil, mostra como a trajetória de uma mulher negra líder é construída por meio da oralidade, da memória ancestral e da resiliência. A representação visual e textual de Conceição ao escrever, ler e interagir com sua comunidade demonstra que o corpo negro, antes objetificado e marginalizado na literatura, torna-se protagonista de sua própria história, um corpo que escreve, que pensa e que resiste.

Essa abordagem da *escrevivência* na literatura infantojuvenil é crucial para a descolonização do imaginário. Ao apresentar o corpo negro em sua plenitude – com suas dores, suas alegrias, suas lutas e suas conquistas – essas obras rompem com estereótipos e contribuem para a construção de uma imagem mais digna e potente da negritude. A trajetória de Carolina Maria de Jesus, com sua valorização da educação e da escrita como meios de superação, e as contribuições de Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez para o letramento racial e a interseccionalidade (Carneiro, 2005), são exemplos claros de como a *escrevivência* se manifesta como um recurso emancipatório (Godoy, 2022), permite que o povo afro-brasileiro reescreva sua história e afirme sua identidade.

As Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08, ao tornarem obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, fornecem o arcabouço legal para a inserção dessa literatura nas escolas. As obras biográficas de mulheres negras, como as da Editora Mostarda, são instrumentos valiosos para a implementação dessas leis, pois oferecem um material didático rico e acessível para educadores. Ao apresentar a vida e a obra de figuras

como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, a literatura infantojuvenil não apenas cumpre uma exigência legal, promove uma educação mais inclusiva e representativa.

Além disso, a exposição precoce a essas narrativas estimula o interesse dos jovens leitores em buscar as obras completas das autoras negras em fases posteriores de sua trajetória escolar. Ao conhecerem a história de vida de Carolina Maria de Jesus, por exemplo, as crianças são incentivadas a ler *Quarto de Despejo* (1960) ou *Diário de Bitita* (2014) quando mais velhas, compreendem o contexto e a profundidade de suas escritas. Da mesma forma, a familiaridade com Conceição Evaristo desde a infância facilita a conexão e o interesse por suas produções acadêmicas, literárias e filosóficas, garantem que o legado dessas intelectuais continue a ser estudado e valorizado. Esse ciclo virtuoso de leitura e aprendizado é fundamental para a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde a literatura infantojuvenil que traz as personalidades negra em evidência é reconhecida como um pilar essencial para a construção da identidade e do letramento racial.

A insistência na análise deste *corpus* não é aleatória. Busca-se valorizar e não excluir um material que já se encontra disponível e em circulação na rede municipal de ensino de Londrina. Mais do que a presença física dos livros, destaca-se que houve um investimento institucional na formação docente, via cursos de extensão voltados para o letramento racial a partir destas obras.

Descartar a coleção baseado puramente no critério de autoria seria desperdiçar um movimento pedagógico já iniciado. O papel da pesquisa, portanto, é fornecer ferramentas críticas para que o professor utilize esse material — que possui um trabalho cuidadoso na linguagem verbal e não-verbal — potencializando os acertos da Pedagogia do Encantamento por meio de uma mediação afirmativa e consciente, capaz de preencher as lacunas de autoria através do resgate dessas lideranças.

A Editora Mostarda reafirma seu compromisso com a pauta racial ao ampliar seu catálogo com autores negros contemporâneos, como Júlio Emílio Braz, Francisco Lima Neto, André Augusto Diaz, Anita Machado, Cassia Valle, Luciana Palmeira, Mário Aranha, Flávia Martins de Carvalho e Marjorie Silva, demonstram que a coleção analisada é parte de um projeto editorial em evolução.

Em um contexto educacional marcado pela implementação da Lei n.º 10.639/03 e pelas diretrizes da BNCC para a educação das relações étnico-raciais, as obras

apresentam-se como um recurso pedagógico valioso, capaz de promover reflexões críticas sobre raça, gênero, linguagem e poder, contribuem para a formação de leitores conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A leitura dessas biografias pode ser o ponto de partida para que leitores busquem as obras originais dessas autoras, bem como outros textos que abordem a temática da cultura africana e afro-brasileira. Esse estímulo à leitura e à pesquisa é fundamental para a construção de um letramento racial sólido e para a formação de cidadãos críticos e conscientes da importância da diversidade e da representatividade na construção da história e da sociedade. Sob essa perspectiva, este trabalho não encerra a discussão, mas abre o 'trinco da mala' para que novas pesquisas investiguem a recepção dessas obras em sala de aula, garantindo que a amefricanidade e o pretuguês deixem de ser conceitos abstratos e se tornem vivências concretas na formação de nossas crianças.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Gostosuras e bobices**. 5ª ed. São Paulo-SP: Paulus, 2007.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Letramento racial**. Academia Brasileira de Letras, 2023. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/letramento-racial>. Acesso em: 07 fev. 2024.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo-SP: Sueli Carneiro; Pólen, 152 p. (Feminismos Plurais / Coordenação de Djamila Ribeiro), 2019.

ALMEIDA, Neide de. **Letramento racial: um desafio para todos nós**. Geledés, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-por-neide-de-almeida/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

ANJOS, José Carlos dos; BUENO, Winnie de Campos. Da interseccionalidade à encruzilhada: operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras. Dossiê: Interseccionalidades, Direitos e Políticas. Civitas. **Revista de Ciências Sociais**. 2021. p. 359-369.

ARAUJO, Débora Cristina de. As relações étnico-raciais na Literatura Infantil e Juvenil. **Educar em Revista**. Curitiba-PR, Brasil, v. 34, n. 69, p. 61-76, maio/jun. 2018. Acesso em 01 jun. 2025.

ARRUDA, Aline Alvez. **Carolina, uma biografia**: relato fascinante sobre a trajetória de uma escritora necessária. Literafro – UFMG. 2021.

BARBOSA, Fabiely da Silva. **Interação, Afeto e Ancestralidade: A Relação Entre Avós E Netos Em Duas Obras Da Literatura Infantil E Juvenil De Temática Africana E Afro-Brasileira'** 02/05/2023 89 fls. Mestrado em Estudos da Linguagem Instituição de Ensino: Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR, 2023.

BARREIROS, Ruth Ceccon. A literatura infantil afro-brasileira e a formação leitora no ensino fundamental. In: **Anais do 17º Congresso de Leitura do Brasil–COLE**. 2009. p. 01-09.

BARBALHO, Edilma Assis de Souza. Práticas de Letramento para Educação das Relações Étnico-Racial. **Anais do 10º Congresso Nacional de Educação**. 2024. Disponível em: https://editorarealize.com.br/edicao/anais-do-x-congresso-nacional-de-educacao/pesquisa?autor=&titulo=PR%C3%81TICAS+DE+LETRAMENTO+PARA+EDUCA%C3%87%C3%83O+DAS+RELA%C3%87%C3%95ES+%C3%89TNICO-RACIAL&area_tematica=. Acesso: 02 de jun. 2025.

BASSOLÉ, Marie-Hélène. **Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus e Cartas a uma favelada**. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2022.

BERND, Zilá. Literatura negra brasileira: racismo e defesa de direitos humanos. **Letras. Santa Maria**. N. 16 (jan./jun. 1998), p. 91-102, 1998.

BIAZZETO, Cristina. As cores na ilustração do livro infantil e juvenil. In: OLIVEIRA, Ieda de (Org.). **O que é qualidade em ilustração infantil e juvenil**. São Paulo-SP: DCL, 2008. p. 75-91.

Book Center Brazil. **A Tradução da Obra Literária de Conceição Evaristo para o Francês**. 2021. Disponível em: <https://bookcenterbrazil.wordpress.com/2021/11/08/a-traducao-da-obra-literaria-de-conceicao-evaristo-para-o-frances/> Acesso: 08. jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 29 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: proposta de práticas de implementação. Brasília-DF: MEC/SEB, 2019. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 29 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CEB 6/2011. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 15/2010, com orientações para que material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 29 ago. 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP 003/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 17 de jun. 2004.

BRAZ, Júlio Emílio. **Pretinha, eu?** São Paulo-SP: Moderna, 1998.

BRAZ, Júlio Emílio. **Análise Crítica**. Editora Mostarda. Disponível em: <https://www.editoramostarda.com.br/analise-critica-colecao-black-power/> Acesso em: 29 mai. 2025.

CAMAZANO, Priscila. Educação cidadã é primordial para enfrentar racismo, diz Kabengele Munanga. **Geledés – Instituto da Mulher Negra**, 2023 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/educacao-cidada-e-primordial-para-enfrentar-racismo-diz-kabengele-munanga/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. São Paulo-SP: Instituto da Mulher Negra, 2011.

CARVALHO, Flávia Martins de; Gonzalez: Lélia Gonzalez. **Como é a representatividade da mulher negra na literatura**. Série Letras Pretas. Canal Enfrente. Mova. Filmes. Campinas-SP: Mostarda, 2023.

CASTRO, Eliana Moura de; MACHADO, Marília Novais de Mata. **Muito bem, Carolina!** Editora C/Arte, 2007.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos; GOMES, Jerusa Vieira. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1998.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise e didática**. 2000.

CORREA, Adriana Gonçalves; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; CARVALHO, Érika Loureiro de. Quando a representatividade importa: reflexões sobre racismo, valorização identitária negra e Educação Básica. **Práxis Educativa**, v. 17, 2022.

CUTI. Literatura negra brasileira: notas a respeito de condicionamentos. IN: QUILOMBOJE (ORG.) **Reflexões sobre literatura afro-brasileira**. São Paulo-SP: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1985. p.15-24.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura e exclusão**. São Paulo-SP: Editora Contexto, 2012.

DEBUS, Eliane. **A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens**: lendo Joel Rufino dos Santos, Rogério Andrade Barbosa, Júlio Emílio Brás, Georgina Martins. São Paulo-SP: Cortez: Centro de Ciências da Educação, 2017.

DIAS, Michael. **Práticas pedagógicas antirracistas**: vida e obra de Carolina Maria de Jesus como conteúdo curricular na Educação Básica. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos-SP, 2023.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura Afro-brasileira**. Belo Horizonte-MG: Nandyala, 2014.

DUARTE, Eduardo de Assis. Faces do negro na literatura brasileira. In: **Portal Literafro**. Belo Horizonte-MG: UFMG, 2022. Disponível em <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-criticos/1676-eduardo-de-assis-duarte-faces-do-negro-na-literatura-brasileira>> Acesso em 29 de jun. 2025.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n.º 31. Brasília-DF. janeiro-junho de 2008, pp. 11-23.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura afro-brasileira**: 100 autores do século XVIII ao XXI. Coordenação Eduardo de Assis Duarte. – 1ª. ed. - Rio de Janeiro-RJ: Pallas, 2020.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). **Escrivivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações Goya Lopes. 1ª. ed. Rio de Janeiro-RJ: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EDITORA MOSTARDA. **Cultura Organizacional**. Conheça a Editora. Editora Mostarda. 2024. Disponível em: < <https://www.editoramostarda.com.br/cultura-organizacional/>> Acesso em: 29 de set. 2024.

EDITORA MOSTARDA. **Análise crítica** – Coleção Black Power. Editora Mostarda. Disponível em: <https://www.editoramostarda.com.br/analise-critica-colecao-black-power/>. Acesso em: 03 jan. 2025.

EDITORA DO BRASIL S.A. **Importância da Diversidade na Literatura Infantil**: Como incluir diferentes culturas e perspectivas nas histórias para crianças. Blog da Editora do Brasil, 18 out. 2024. Disponível em: <https://editoradobrasil.com.br/importancia-da-diversidade-na-literatura-infantil-como-incluir-diferentes-culturas-e-perspectivas-nas-historias-para-criancas/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

EVARISTO, Conceição. **Literatura Negra: Uma poética de nossa afro-brasilidade**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. 3ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. A escrituragem das mulheres negras reconstrói a história brasileira. Entrevista concedida a Morgani Guzzo. 2021. **Geledés – Instituto da Mulher Negra**, São Paulo-SP, 25 jul. (aproximadamente), disponível em: Geledés. Acesso em: 20 dez. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte-MG, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro-RJ: Pallas, 2015.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador-BA: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Editora Malê. 2019.

FERREIRA, Amanda Crispim. **Escrituragens, as lembranças afrofemininas como um lugar da memória afro-brasileira**: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. 2013. 114 fls. Dissertação (Mestrado em Letras). UFMG. Belo Horizonte-MG, 2013.

FERREIRA, Ananda da Luz. **A literatura infantil de autoria negra**. In: PEREIRA, Ailton Leal; SANTOS, Ana Fátima Cruz dos (Orgs). **Literatura e contemporaneidade: estudos em literatura afro-brasileira e africana no Brasil**. Itapiranga, SC: Editora Schreïben, 2023, 149 p.

FERREIRA, Ananda da Luz. **Histórias de lá e de cá: fortalecendo a identidade racial na educação infantil**. In: MACEDO, Aldenora Conceição de; BARBOSA, Jaqueline

Aparecida (Orgs.) *Práticas pedagógicas de resistência: a escola como lugar da diversidade*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. 178 p.

FIORAVANTI, Carlos. Os precursores de Lobato: Livros para crianças escritos por autores nacionais já circulavam no final do século XIX. Edição 253. 2017. **Revista Pesquisa Fapesp**. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/os-precursos-de-lobato/>> Acesso em: 02. Mai. 2025.

GARCIA, Débora. Como é a representatividade da mulher negra na literatura? Canal Enfrente. **Letras Pretas**. Youtube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z5XGlZKKTzA>. Acesso em: 08 jan. 2025.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **100 livros infantis com meninas negras** – 50/100 Parte I. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/100-livros-infantis-com-meninas-negras-50100-parte-i/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

GODOY, Maria Carolina de. Era uma vez... Infância, representação e afro-brasilidade no reino da Literatura infantojuvenil. **Revelli**, Universidade Federal de Goiás (UFG), v. 11, 2019a.

GODOY, Maria Carolina de. Literatura e afro-brasilidade: um percurso do afeto em narrativas infantojuvenis. In: FELDMAN, Alba Krishna Topan; MUNHOZ, Ruan Felliipe. (Orgs.) **Perspectivas multiculturais e pós-coloniais**. Irrompendo a literatura convencional. Maringá-PR: Trema, 2019b. p. 207-221.

GODOY, Maria Carolina de. Retratos de meninas e de mulheres negras: afeto e pertencimento na literatura infantil. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, Unigranrio*, n. 54, 2022. Disponível em: Retratos de meninas e de mulheres negras: afeto e pertencimento na literatura infantil. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades** (unigranrio.edu.br). Acesso em 20 de set. de 2024.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v. 10639, n.º 03, p. 39-62, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.º 23, p. 75–85, ago. 2003.

GOMES, Nilma Lino. ARAÚJO, Marlene de. **Infâncias Negras: vivências e lutas por uma vida justa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2023. 3ª Reimpressão.

GONZÁLEZ, Lélia. **Ruptura Colonial pela Escrita: o Feminismo Negro no Brasil**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Paz e Terra, 1999.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro-RJ. N.º 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro-RJ: Marco Zero, 1982. (Coleção Dois Pontos; v. 3). 115 p.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo-SP, v.31, n.º1, p. 77-89, jan./abr. 2005.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura juvenil**: adolescência, cultura e formação de leitores. São Paulo-SP: Melhoramentos, 2011a.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura e Educação**: Interseções Necessárias. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2011b.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura infantil**: múltiplas linguagens na formação de leitores. São Paulo-SP: Melhoramentos, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro-RJ: Lamparina, 2015.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu. Rio de Janeiro-RJ: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HENSON, Bryce. The Continuities of Beatriz Nascimento's Black Radical Thought. **Black Perspectives**. Disponível em: <https://www.aaihs.org/the-continuities-of-beatriz-nascimentos-black-radical-thought/>. Acesso em: 03 de out. 2024.

HOOKS, bell. Olhares negros: raça e representação. *Eating the Other: Desire and Resistance*, bell hooks; tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir**: a Educação como Prática da Liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo-SP: Martins Fontes, 2013.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Interseccionalidades**: pioneiras do feminismo negro brasileiro. São Paulo-SP: Bazar do Tempo, 2019. 52p. (Coleção Pensamento feminista brasileiro).

HUNT, Peter. Crítica, teoria e literatura infantil. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo-SP: SESI-SP, 2014a.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10ª. ed. São Paulo-SP: Ática, 2014b.

JÚNIOR, Otávio. **Da minha janela**. São Paulo-SP: Salamandra, 2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. 1968. Tradução Jess Oliveira. 1ª. ed. Rio de Janeiro-RJ: Cobogó, 2019.

LAITANO, Cláudia. Raça e Cor: Uma Entrevista com David Brookshaw. **Organon**, v. 37, n. 74, 2022.

LAJOLO, Marisa. A figura do negro em Monteiro Lobato. **Presença pedagógica**, v. 4, n.º 23, p. 23-31, 1998.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil brasileira – história e histórias. São Paulo: Ática, 1988.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Revista Em Aberto**. Brasília-DF, ano 16, n.º 69, p. 2-9, jan./mar. 1996.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: história e histórias. São Paulo-SP: Ática, 1984.

LETRAS PRETAS. Como é a representatividade da mulher negra na literatura? YouTube, **Canal Enfrente**, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z5XGlZKKTzA>. Acesso em: 08 jan. 2025.

LIMA, Heloísa Pires. **Histórias da Preta**. São Paulo-SP: Companhia das Letrinhas, 2004.

LINDEN, Sophie Van der. **Para ler o livro ilustrado**. São Paulo-SP: Cosac Naify, 2011.

LOBATO, Monteiro. **Histórias de tia Nastácia**. São Paulo-SP: Brasiliense, 6ª ed. 1957.

LOBATO, Monteiro. **A menina do narizinho arrebitado**. Edição da "REVISTA DO BRASIL". MONTEIRO LOBATO & COMP. São Paulo-SP: 1920.

LOBO, Luiza. Dez anos de literatura feminina brasileira. **Letras de Hoje**, v. 21, n. 4, 1986.

LUIS, Rodrigo. **Sueli**: Sueli Carneiro. 1ª ed. – Campinas-SP: Editora Mostarda, 2022.

LUIZ, Maria Fernanda. **Entre prosas e livros**: a literatura infantil-negro brasileira interroga, tensiona e expande o campo da literatura infantil brasileira. 2022. 220 fls. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, São Carlos-SP, 2022.

MALTESE, Maria Julia. **Beatriz**: Beatriz Nascimento. Editora Mostarda, São Paulo-SP. 1ª Edição. 2022.

MARTINS, Georgina. **Gosto de África**. Belo Horizonte-MG: Mazza Edições, 2004.

MARQUES, Matheus Augusto de Santana. Um Brasil para os Brasileiros: **o projeto intelectual de Carolina Maria de Jesus**. Mestrado, defendido em 2023. Literatura e Cultura. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2023.

MEDEIROS, Daniel. No Instagram, crianças 'influencers' incentivam o hábito da leitura. 2022. **Folha de Pernambuco**. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/cultura/no-instagram-criancas-influencers-incentivam-o-habito-da-leitura/219089/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert. **Cinderela negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. Editora Bertolucci. 2ª ed. 2015.

MELO, Henrique Furtado de; GODOY, Maria Carolina de. **Sobre A Escrivência De Conceição Evaristo Como Recurso Emancipatório Do Povo Afro-Brasileiro**. Simpósio 3-Literatura em trânsito: em viagem à casa do outro, v. 1285, p. 1304. 2017.

MOCIÑO-GONZÁLEZ, Isabel; DEBUS, Eliane Santana Dias. Biografias de mujeres para la infancia en el contexto brasileño y gallego. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, p. e75262, 2022.

MORAES, Janaina Perpinelli. **A importância da Leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental I**. Bragança Paulista-SP, 2020. n.º 1, 2019b. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/about>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2ª ed. **Rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, 2005. 204 p.

MUNÇÃO, Ana Paula da Costa. **Mobilidade em trânsito: Carolina Maria de Jesus e sua luta inspiradora para a mobilidade social**. 2024. 117fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2024.

NASCIMENTO, Raquel Alves dos Santos. **Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus na Alemanha: mesma tradução, diferentes leituras - uma análise a partir dos paratextos das diversas edições sob a ótica da Linguística de Corpus**. 2022. 374 fls. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Acesso em: 08. jun. 2025.

NILHA, Orlando. **Carolina: Carolina Maria de Jesus**. 1ª ed. – Campinas-SP: Editora Mostarda, 2019.

NILHA, Orlando. **Conceição: Conceição Evaristo**. Campinas-SP: Mostarda, 2019.

NOTÍCIA PRETA. Editora lança coleção de biografias de personalidades negras para crianças. **Notícia Preta**, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/editora-lanca-colecao-de-biografias-de-personalidades-negras-para-criancas/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

OLIVEIRA, Clarice Maynarte; RIBEIRO, Larissa Alves; RABELO, Juliana Lemos; CUNHA, Anna Patrícia dos Santos; ALMEIDA, João Ricardo Jardim de; SOARES, Janaína. Impacto do racismo na saúde mental da criança negra: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n.º 6, p. 28768-28782, 2021.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Omo-Oba: histórias de princesas**. São Paulo-SP: Mazza Edições, 2009.

OLIVEIRA, Kiusam de. **O mundo de Tayó**. São Paulo-SP: Melhoramentos, 2013.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. **A tessitura dos personagens negros na Literatura Infantojuvenil Brasileira**. Dados Bibliográficos. Literafro. O portal da literatura afro-brasileira, 2018.

PAIM, Luciane de Lima. **Ancestralidade e memória nas escrevivências de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo: o elo entre passado e presente nas narrativas.** 2023. 169 fls. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 28 mar. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/29265>. Acesso em: 08 juln. 2025

PALLAS EDITORA. **Autora Conceição Evaristo.** Disponível em: <https://pallaseditora.com.br/autora/conceicao-evaristo/>. Acesso em: 17 mai. 2025.

PERPÉtua, Elzira Divina. **A Vida Escrita de Carolina Maria de Jesus.** Editora Nandyala, 2014.

PESTANA, Cristiane Veloso de Araujo. A literatura afro-infantil: representação e representatividade. **Literafro: Portal de Literatura Africana**, p. 1-9, 2019.

PESTANA, Cristiane Veloso de Araujo. **Eu sou o que vejo - Representação e Representatividade negra na Literatura Infantil Contemporânea.** 2023. 220 fls. (Doutorado em Letras). Estudos Literários Instituição de Ensino: Universidade Federal De Juiz De Fora, Juiz de Fora-MG, 2023.

PESTANA, Leyliane Neto; SILVA Cleber Cezar da. **A literatura infantil afro-brasileira e a construção da identidade étnico-racial.** 2022. 12 fls. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal Goiano, Campus 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/3654/1/TCC%20-%20Leyliane%20Neto%20Pestana%20%20ajuda.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025.

PINHO, Osmundo. Black Power. **Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe.** S/d. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-black-power#:~:text=O%20movimento%20Black%20Power%20surgiu,nos%20anos%20e%20d%C3%A9cad%20seguintes>. Acesso em: 29 de set. 2024.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: para familiares e professores.** Editora Planeta, 2023.

PINN, Maria Lúcia de Godoy. Maria Beatriz Nascimento: caminhos para (re)escrever a História. **Aedos**, v. 14, n.º 31, p. 133-150, jul.–dez., 2022.

PINTO, Marília Carvalho. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 27, p. 73-99, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2023.

PORTELA JUNIOR, Aristeu. LIRA, Bruno Ferreira Freire Andrade. América Latina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez. **Horiz. Antropol**, Porto Alegre-RS, 2022, p. 105-131.

PRADO, Luiz. **Carolina Maria de Jesus é referência para quem contesta o poder: reedição de “Quarto de Despejo”, publicado há 60 anos, e homenagens mostram importância da “escritora favelada”.** 2021. Jornal Usp. <https://jornal.usp.br/?p=396529> Acesso em 08 de mai. 2025.

PRÊMIO JABUTI. **Premiados por edição** (2015 – categoria id d34f50e9-481e-e811-a837-000d3ac0a338). Disponível em: <https://www.premiojabuti.com.br/jabuti/premiados-por-edicao/premiacao/?ano=2015&categoria=d34f50e9-481e-e811-a837-000d3ac0a338>. Acesso em: 17 mai. 2025.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos avançados**, v. 18, p. 161-193, 2004.

PUBLISHNEWS. **Editora Mostarda firma parceria com Carreiras Unicamp e abre espaço para novos talentos no mercado editorial**. PublishNews, 26 ago. 2025. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2025/08/26/editora-mostarda-firma-parceria-com-carreiras-unicamp-e-abre-espaco-para-novos-talentos-no-mercado-editorial>. Acesso em: 10 fev. 2026.

RATTS, Alex. A trajetória intelectual ativista da de Beatriz Nascimento. Portal Geledés. Publicado originalmente em: **Revista Eparrei**, n.º 8. Santos-SP: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2005, p.49 – 51. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/a-trajetoria-intelectual-ativista-de-beatriz-nascimento/#>> Acesso em: 03 de out 2024.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo-SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007. 136 p.

RIOS, Flavia. RATTS, Alex. A Perspectiva Interseccional de Lélia Gonzalez. **Pensadores negros–pensadoras negras do século XIX e XX**, v. 1, p. 387-402, 2016.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo Negro para um novo marco civilizatório. Uma perspectiva brasileira. Ensaio. SUR 24 – **Revista Internacional de Direitos Humanos**. V. 13, n.º 24, pp. 99 a 104. 2016.

ROSA, Sonia. **O menino Nito**. Belo Horizonte-MG: Mazza Edições, 2006.

ROSA, Sonia. Literatura negro afetiva para crianças e jovens. Portal Geledés. 31/08/2021. Acesso em: 04 out. 2025. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/literatura-negro-afetiva-para-criancas-e-jovens/>.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Carolina Maria de Jesus**: uma escritora improvável. Rio de Janeiro-RJ: Garamond. Fundação Biblioteca Nacional, 2009. 168 p.

SANTOS, Tatiane Silva. **O corpo-fetiche**: representações da escritora Carolina Maria de Jesus no discurso jornalístico. 2022. 220 fls. Tese (Doutorado em Educação, Linguagem e Psicologia) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo-SP, 2022. doi:10.11606/T.48.2022.tde-28062022-105050. Acesso em: 08. jun. 2025.

SANTOS, Wedja Maria da Conceição. **O papel da literatura infanto-juvenil afro-brasileira na construção da identidade da criança negra no contexto da educação infantil**. 2020. 17 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em:

https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/3819/1/tcc_art_wedjamariadaconceicao_santos.pdf. Acesso em 02 jun. 2025.

SESC SÃO PAULO. O que é amefricanidade? **Amefricanidade – Sesc São Paulo**, s.l., 2022. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/amefricanidade/>. Acesso em: 08 jun. 2025.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres Negras no Brasil**. São Paulo-SP: Editora UEL, 2015.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (Seduc). **Diálogo com as diferenças: respeitar e conhecer faz parte do aprender**. Aracaju: Seduc-SE, 2021. Cartilha. Disponível em: https://www.se.gov.br/noticias/educacao_cultura_esportes/dialogo_com_as_diferencas_cartilha_sobre_a_educacao_para_as_relacoes_etnico_raciais_ja_esta_disponivel. Acesso em: 21 jun. 2025.

SILVA, Ayodele Floriano; LUIZ, Maria Fernanda; ABRAMOWICZ, Anete. Literatura infantil e juvenil negra: o lugar da menina negra. **Zero-a-seis**, v. 24, 2022.

SILVA, Cidinha da. A Lélia Gonzalez que emerge deste livro. 2021.

SILVA, Elika da. **Literatura infantil digital e suas mediações: um estudo de aplicativos literários na perspectiva de professoras(es)**. 2024. 222 fls. Tese de Doutorado. (Doutorado em Educação). Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2024.

SILVA, Marcela de Oliveira Santos. Biografia, um exercício histórico. **3º Encontro Internacional História & Parcerias**. ISBN 978-65-8804-04-1. Anpuh-Rio. 2021.

SILVA, Vivian Stefanne Soares. Produção, validação e difusão: biografias de personagens negros para as crianças. **Revista Leia Escola**, Campina Grande-PB, v. 24, n.º 1, p. 155–168, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.13604289. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/leia/article/view/2282>. Acesso em: 03 jan. 2025.

SILVESTRE, Nelci. **O jogo das máscaras: uma análise sob a (perda da) identidade em Dançando no Escuro de Caryl Phillips**. 2015. 285 fls. Tese de Doutorado no Curso de Pós-graduação em Letras - Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2015.

SOARES, Elza. A carne. **Álbum Do Cócix Até o Pescoço**. 2002. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>> Acesso em: 13 dez. 2024.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista brasileira de educação**, p. 5-17, 2004.

SOUZA, Elizandra. Como é a representatividade da mulher negra na literatura? **Canal Enfrente**. Letras Pretas. Youtube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z5XGIZKKTzA>. Acesso em: 08 jan. 2025.

SOUZA, Francisca Katrine de Carvalho. **A favela em perspectiva comparada: A expressão do espaço nas obras Quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus e Becos da Memória de Conceição Evaristo**. 2023. 118 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Letras - Campus Bacabal) - Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2023.

SOUZA, Florentina. LIMA, Maria Nazaré. *Literatura afro-brasileira*. Salvador-Ba: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília-DF: 2006.

TEIXEIRA, Adrieli. **Elementos Identitários e de Representatividade Afro-Brasileira na Narrativa Cabelo Ruim?**, De Neusa Baptista Pinto, 2023. 77 fls. Dissertação. (Mestrado em Letras) Universidade Do Estado De Mato Grosso, Cáceres, *Campus* Universitário de Sinop, 2023.

TOQUETÃO, Sandra Cavaletti. **A influência das mídias digitais na cultura da infância**. 2023. 210 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2023.

TRANCOSO, Joelma dos Santos Rocha; DE OLIVEIRA, Kiusam Regina. **Pedagogia eco-ancestral: caminhos para (r) existência de infâncias negras**. @ rquivo Brasileiro de Educação, v. 8, n. 17, p. 10-26, 2020.

TV BRASIL. **Sem Censura: Conceição Evaristo faz relato sobre suas vivências e comenta a “escrivência”**. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iHp_qWaS3IY Acesso: 08. jun. 2025.

TWINE, France Winddance. **A white side of black Britain: Interracial intimacy and racial literacy**. Duke University Press, 2020.

UNIÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES (UBE). **Indicados ao Prêmio Juca Pato 2024**. Disponível em: <https://ube.org.br/https-ube-org-br-juca-pato-2024-indicacoes/indicados-2/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

VALENTE, Thiago Alves. *Literatura infantil brasileira (1984), de Lajolo e Zilberman: entre histórias e histórias*. In: MORTATTI, Maria do Rosario Longo; BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani; OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de. (Org.). **Clássicos brasileiros sobre literatura infantil (1943-1986)**. Marília-SP: Oficina Universitária; São Paulo-SP: Cultura Acadêmica, 2020. p. 241-274. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-5954-021-1>. p 241-274

VALÉRIO, Amanda Crispim Ferreira. **A poesia de Carolina Maria de Jesus: um estudo de seu projeto estético, de suas temáticas e de sua natureza quilombola**. 2020. 359 fls. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/9164>. Acesso em: 31 jan. 2025.

VIZZOTTO, Luciana Placucci. **Romance de retalhos: uma análise da composição e da edição de Pedços da fome de Carolina Maria de Jesus**. 2024. 127 fls. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2024. doi:10.11606/D.8.2024.tde-11022025-105724. Acesso em: 08. jun. 2025.

WERNECK, Jurema. Biografia de Sueli Carneiro é sopro de mudanças. **Revista Marie Claire**, publicado no site Portal Geledés, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/jurema-werneck/noticia/2021/06/biografia-de-sueli-carneiro-e-sopro-de-mudancas.html>. Acesso em: 21 jun. 2025.

ZILBERMAN, Regina. **A Leitura e o Ensino da Literatura**. Porto Alegre-RS: Mercado Aberto, 2005.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 4ª ed. São Paulo-SP: Global, 1985.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. **Um Brasil para crianças**: para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos. 3ª. ed. São Paulo-SP: Global, 1988. Brasília-DF, ano 16, n.º 69. 1986.

ZUBARAN, Maria Angélica; WORTMANN, Maria Lúcia; KIRCHOF, Edgar Roberto. Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representações e identidades. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 56, 2016.